A Arquitectura Industrial em Portugal no século XX

Para o (re)conhecimento das

ADEGAS COOPERATIVAS

da Junta Nacional do Vinho

DAVID MANUEL REVEZ LOPES. JULHO 2012 DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM ARQUITECTURA ORIENTADA PELO PROFESSOR DOUTOR JOÃO ROCHA



UNIVERSIDADE DE ÉVORA DEPARTAMENTO DE ARQUITECTURA

REGISTO FOTOGRÁFICO

A Arquitectura Industrial em Portugal no século XX

Para o (re)conhecimento das ADEGAS COOPERATIVAS da Junta Nacional do Vinho

REGISTO FOTOGRÁFICO



ÍNDICE

| | Introdução | 7 |
|------|----------------------|-----|
| I | Trás-os-Montes | 16 |
| ΙΙ | Beira transmontana | 80 |
| III | Lafões | 148 |
| IV | Beira litoral norte | 160 |
| V | Bairrada | 182 |
| VI | Baixo Mondego | 238 |
| VII | Leiria | 258 |
| VIII | Baixo Zêzere | 290 |
| IX | Beira baixa | 314 |
| Χ | Oeste | 338 |
| ΧI | Ribatejo | 464 |
| XII | Península de Setúbal | 542 |
| XIII | Alentejo | 564 |
| XIV | Algarve | 616 |
| | Fontes das figuras | 660 |
| | Anexos | 667 |

"As fotografias são documentos, mas também a conceptualização de um olhar fascinado."

Duarte Belo in *Portugal*, *Luz e Sombra*

INTRODUÇÃO

O volume tem por objectivo ser um documento válido para o registo das adegas cooperativas que constituíram a planificada rede na área da jurisdição da extinta Junta Nacional do Vinho. Para isso, este trabalho reúne de forma inédita, através de fotografias actuais do autor e fotografias históricas do arquivo do Instituto da Vinha e do Vinho, o conjunto de adegas que constituiram essa rede.

A constituição deste registo está organizado conforme o próprio plano da rede de adegas cooperativas elaborado pela própria Junta Nacional do Vinho em 1952. Através das zonas de interesse, ou regiões vitícolas, definidas ainda no mesmo plano, determinou-se a lógica geográfica como determinante para organizar o registo das diversas adegas aí estabelecidas. Em cada área geográfica, a sequência de apresentação das adegas segue cronológicamente as datas das suas implantações.

O registo de cada adega é iniciado por um esquema da implantação baseado no ortofoto na página seguinte, sendo legendado para a clarificação do seu entendimento. No seguimento, se existir, apresenta-se as fotografias históricas, e por fim as fotografias actuais.

A organização geográfica tornou pertinente a publicação dos diversos mapas da planificação, permitindo o conhecimento da constituição integral do plano. Esta divulgação também permite uma aproximação à noção unitária da rede, elucidando gráficamente os diversos factores que definiram as localizações das adegas.

O principal critério para a selecção fotográfica, foi que se possibilitasse a maior aproximação possível, representando as principais características de cada adega. A divulgação de fotografias antigas foi pertinente para a percepção da originalidade dos edifícios, sendo directamente confrontadas com o estado actual exposto na fotografia do autor.

15

100

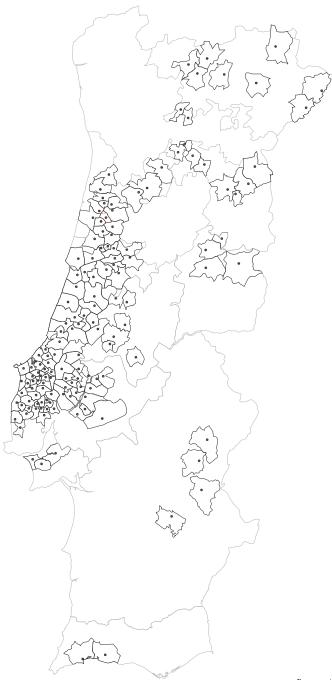
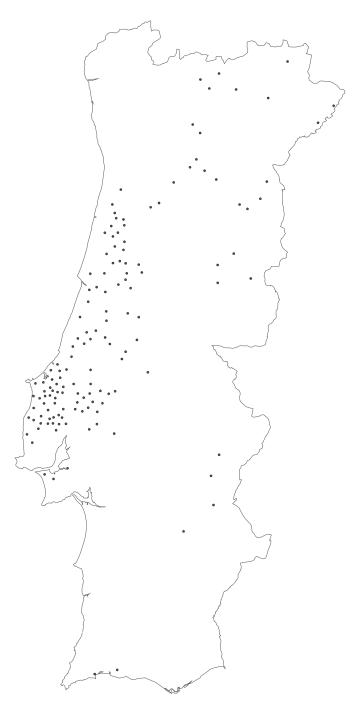


figura 1 - adegas planeadas e áreas de influência plano da rede de adegas na área da jnv



m 15 50 100

figura 2 - rede de adegas planeadas plano da rede de adegas na área da jnv

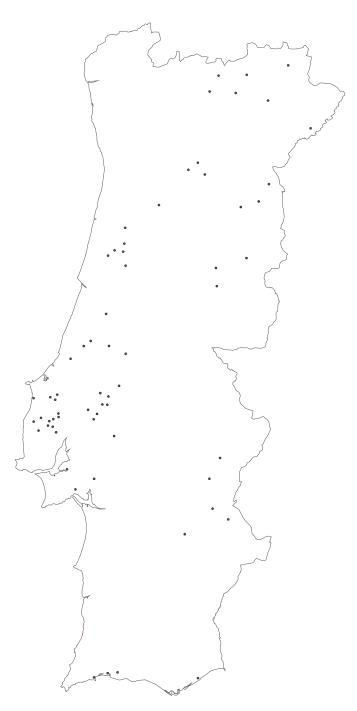


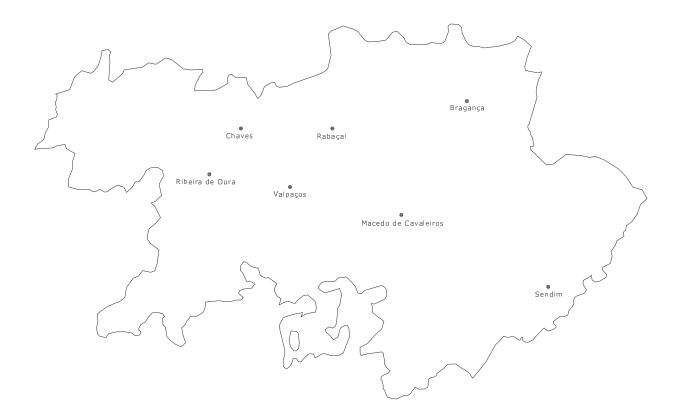
figura 3 - adegas concretizadas plano da rede de adegas na área da jnv



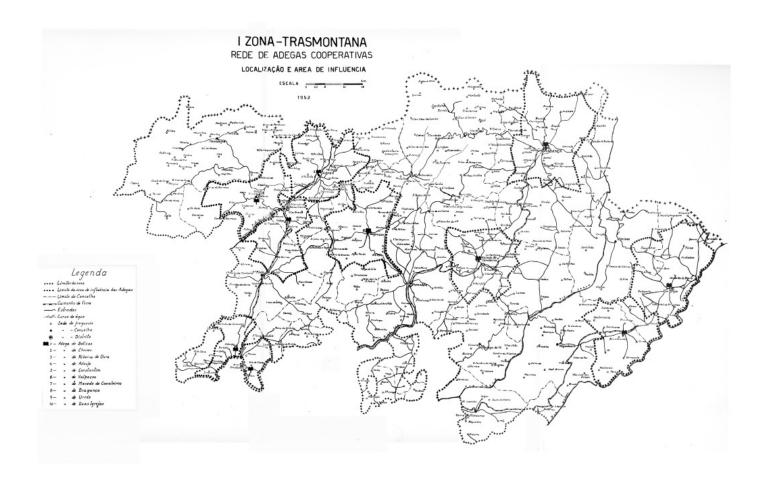
figura 4 - regiões vinícolas determinadas no plano plano da rede de adegas na área da jnv



I ZONA TRÁS-OS-MONTES



km 5 15 30







km 5 15 30

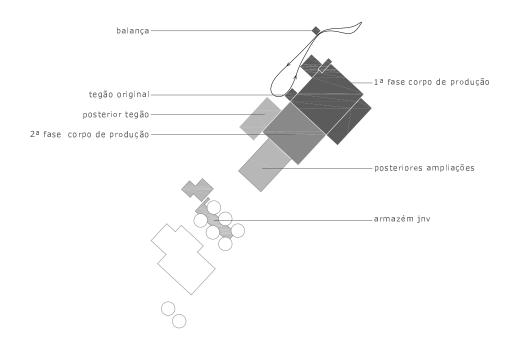


km 5 15 30



m 5 15 30

figura 11 - áreas de influência zona transmontana



CHAVES

adega cooperativa. ars arquitectos. primeira laboração em 1956.

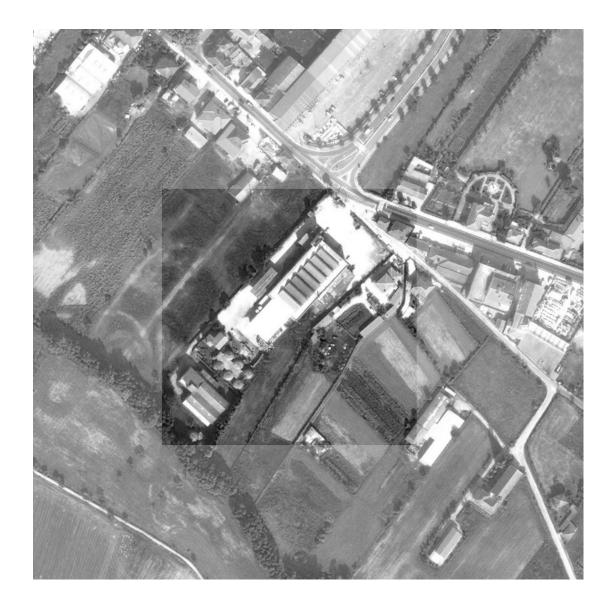


figura 13 ortofoto da implantação



figura 14 - alçado principal (vista nordeste) registo antigo



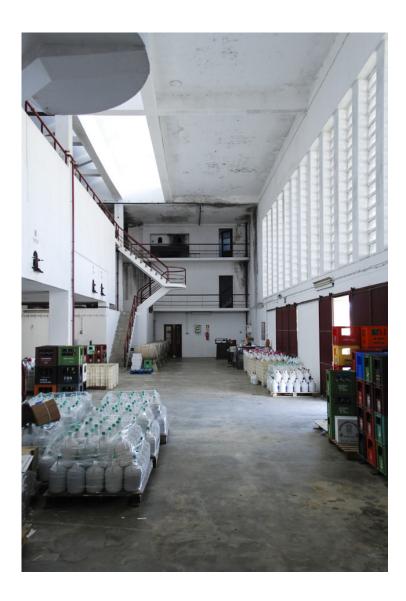


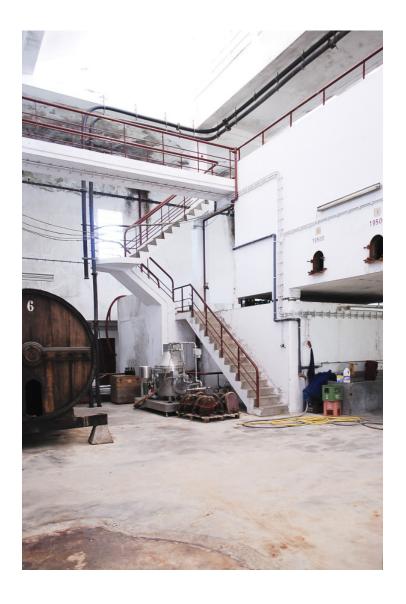


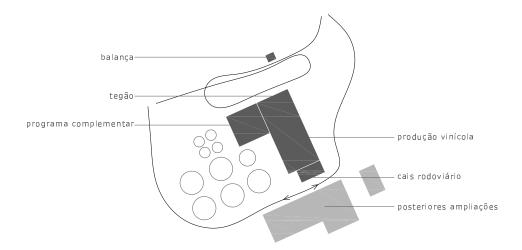


figura 18 - alçado principal (nordeste) registo actual (novembro 2010)









BRAGANÇA

adega cooperativa. arquitecto vasco leone. primeira laboração em 1958.











figura 27 - alçado principal (nordoeste) registo actual (janeiro 2011)







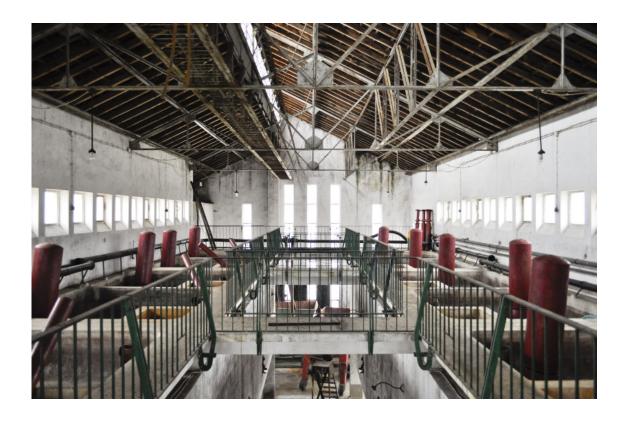
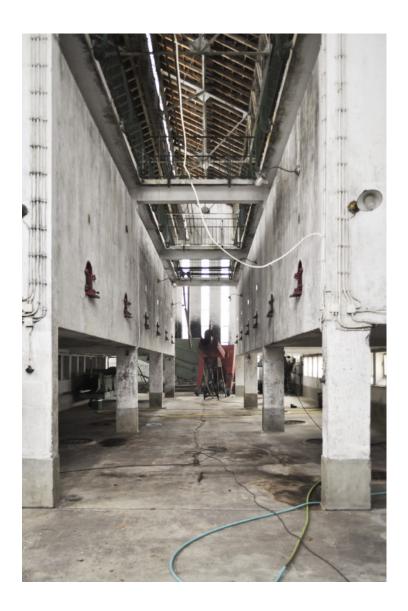
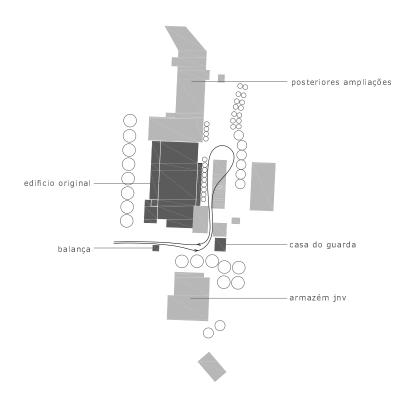


figura 31 - piso superior (taças das ânforas argelinas) registo actual (janeiro 2011)





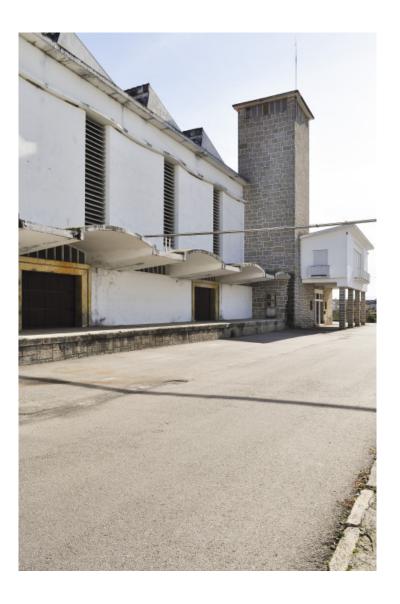
VALPAÇOS

adega cooperativa. ars arquitectos. primeira laboração em 1958.



figura 34 ortofoto da implantação





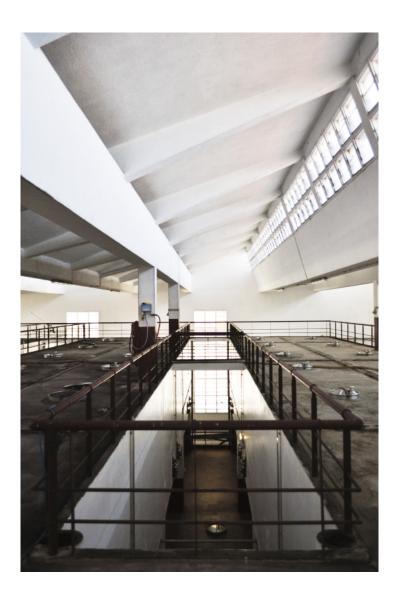
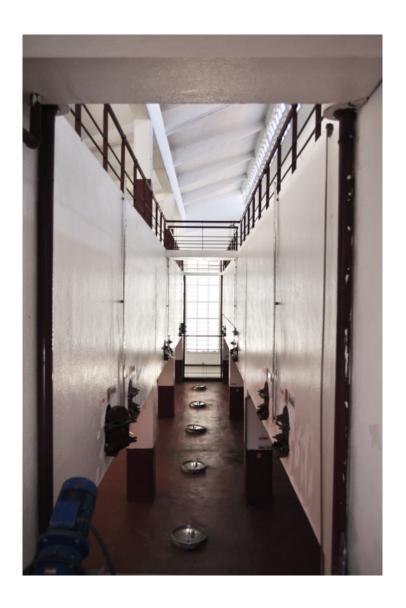
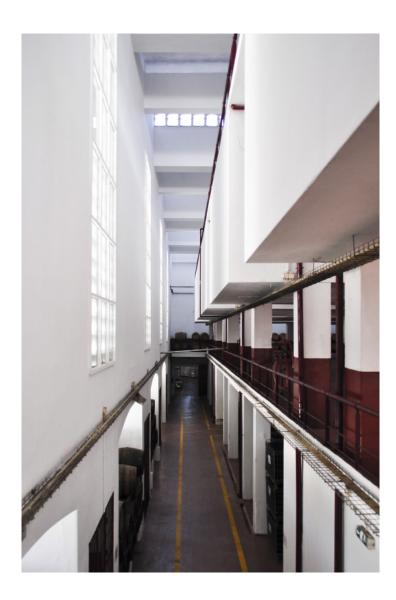
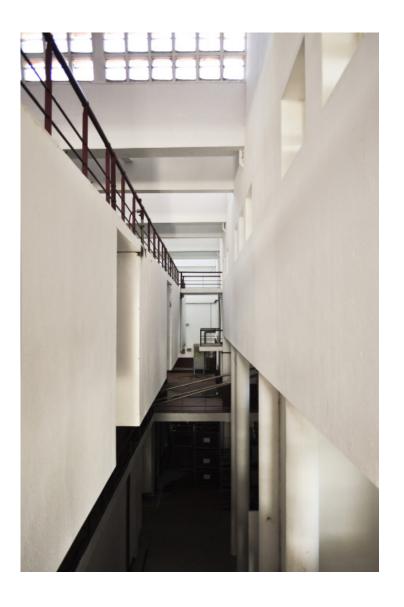
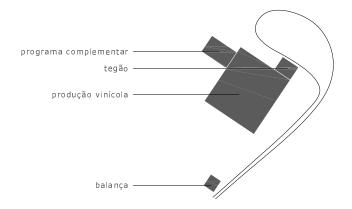


figura 37 - piso superior (topos dos depósitos de fermentação) registo actual (novembro 2010)









MACEDO DE CAVALEIROS

adega cooperativa. primeira laboração em 1963.

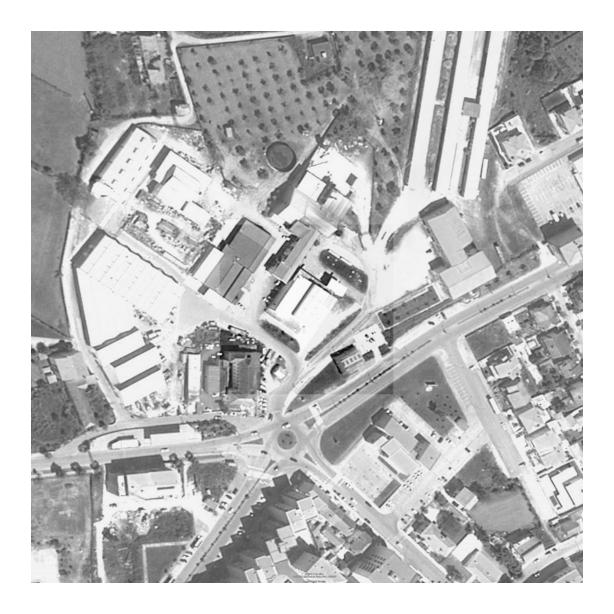


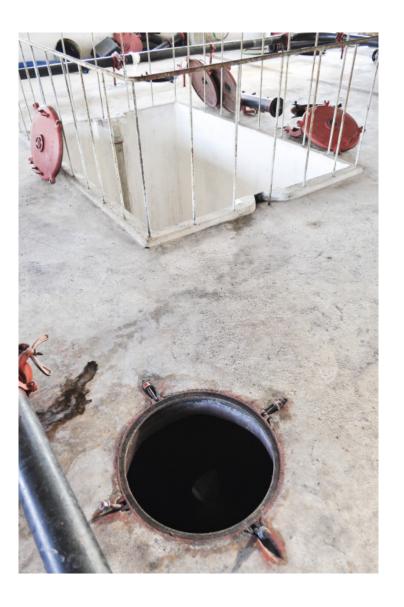
figura 42 ortofoto da implantação

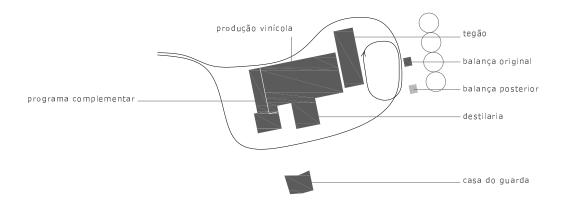






figura 45 - piso superior (topo dos depósitos de fermentação) registo actual (novembro 2010)





RIBEIRA DE OURA

adega cooperativa. ars arquitectos. primeira laboração em 1965.



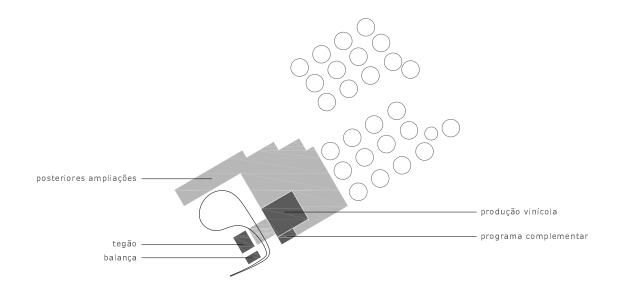
figura 48 ortofoto da implantação











SENDIM

adega cooperativa. primeira laboração em 1967.

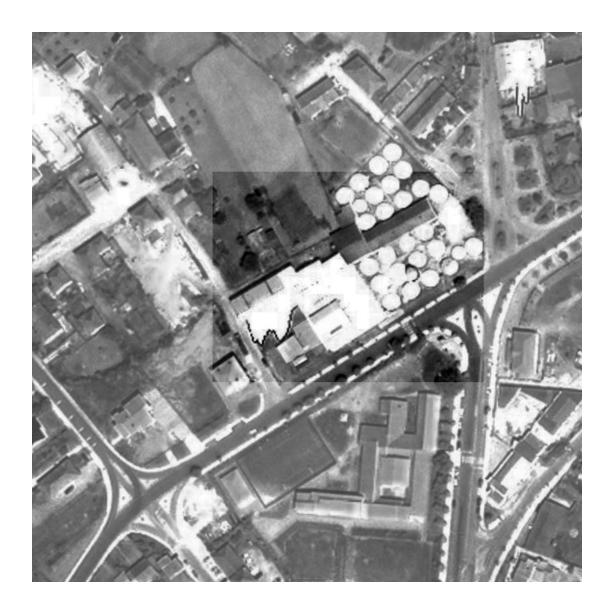


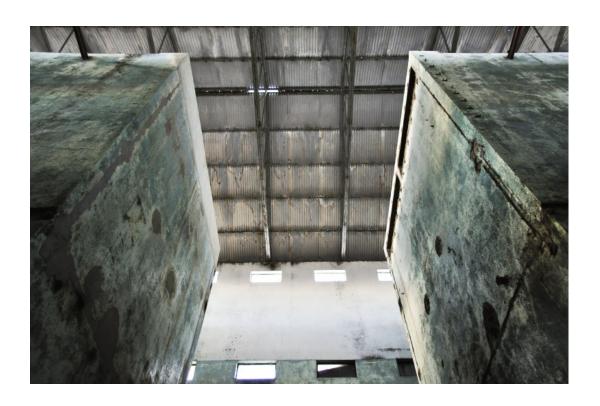
figura 54 ortofoto da implantação

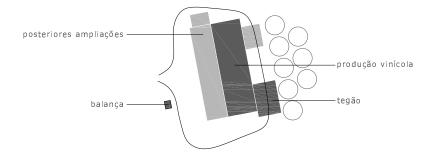






figura 57 - piso intermédio registo actual (novembro 2010)





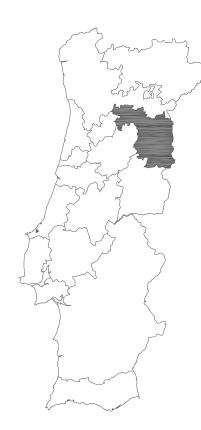
RABAÇAL

adega cooperativa. primeira laboração em 1979.



figura 60 ortofoto da implantação





II ZONA BEIRA TRANSMONTANA



m 5 15

figura 63 - adega concretizadas zona transmontana





• sede de concelho

• sede de freguesia km 5

figura 65 - limites dos concelhos beira transmontana

• sede de freguesia

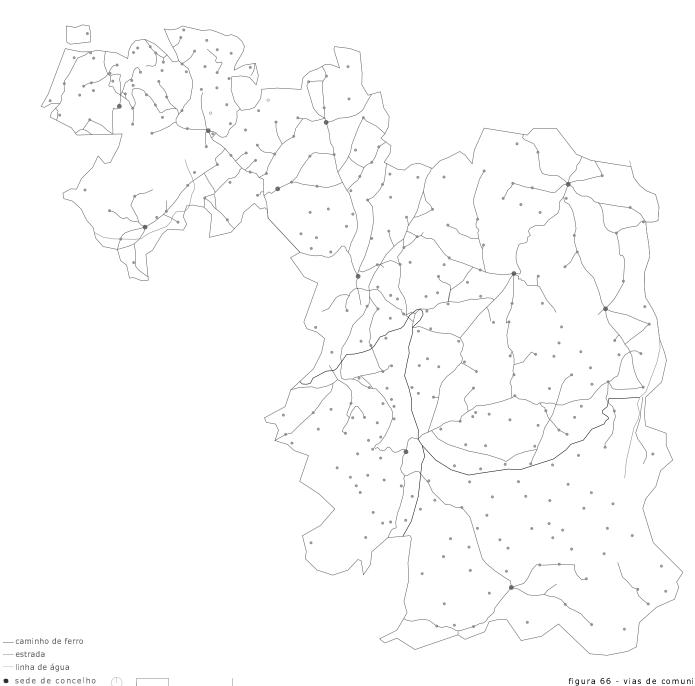


figura 66 - vias de comunicação beira transmontana



figura 67 - vias de comunicação influentes

adegas planeadas

5

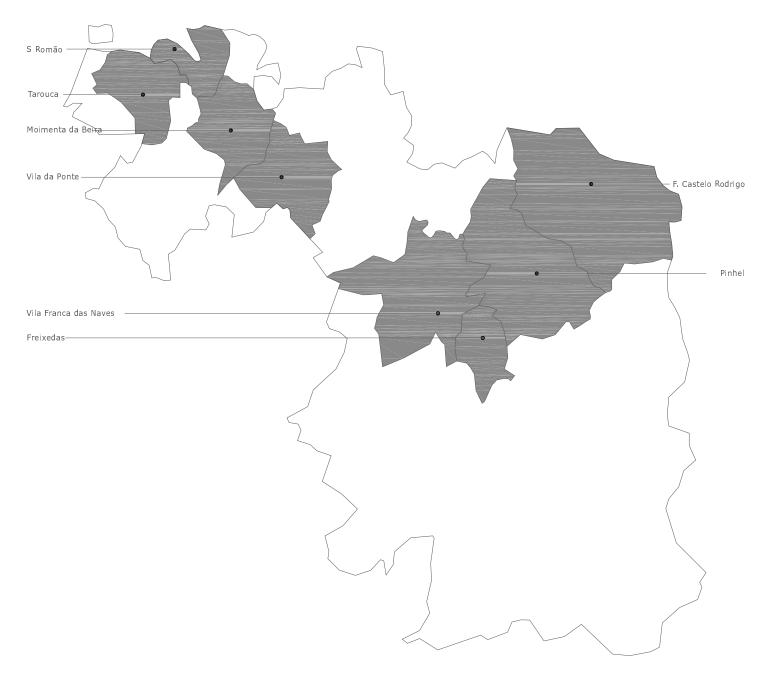
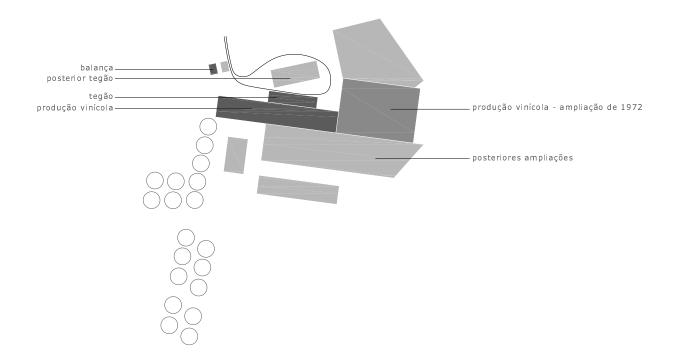


figura 68 - áreas de influência beira transmontana



PINHEL

armazém JNV. primeira laboração em 1947.



figura 70 ortofoto da implantação

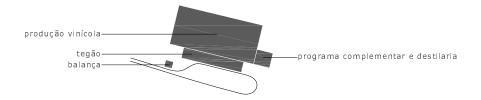


figura 71 - vista nordoeste registo antigo









MARTIM REI (SABUGAL)

adega cooperativa JNV/JCI. primeira laboração em 1953.



figura 76 ortofoto da implantação

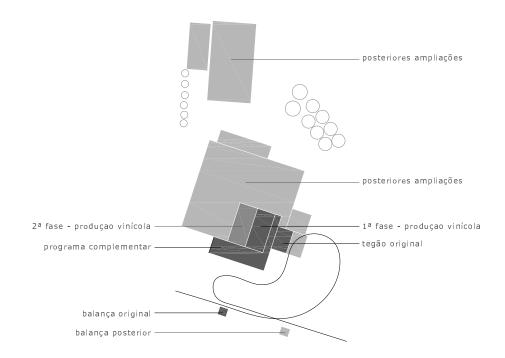


figura 77 - colónia agricola de martim rei registo actual (novembro 2010)









MOIMENTA DA BEIRA

adega cooperativa. arquitecto alexandre stinkritzer bastos. primeira laboração em 1957.



figura 82 ortofoto da implantação

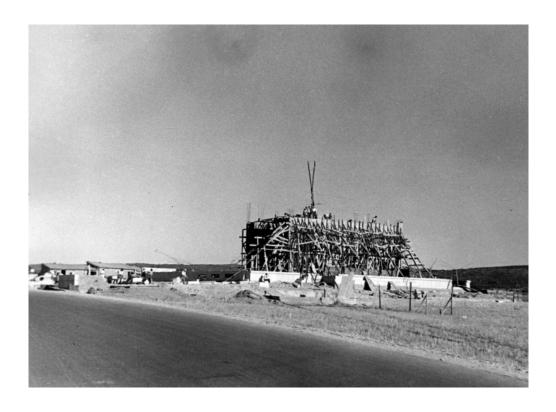


figura 83 - vista sudoeste (durante a construção) registo antigo

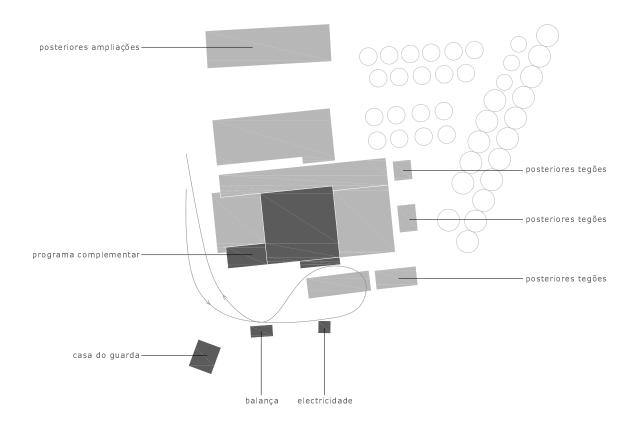












FIGUEIRA DE CASTELO RODRIGO

adega cooperativa. arquitecto falcão e cunha. primeira laboração em 1960.



figura 90 ortofoto da implantação



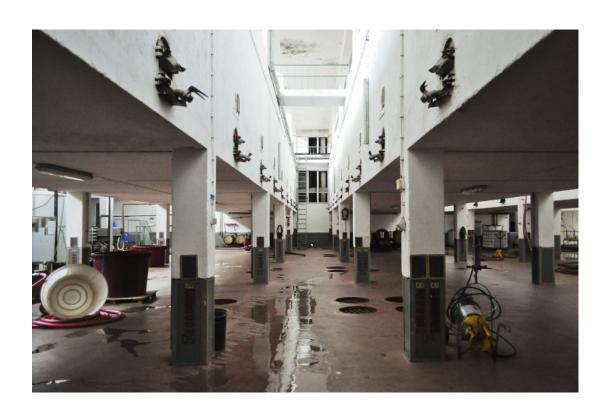
figura 91 - vista sudoeste registo antigo

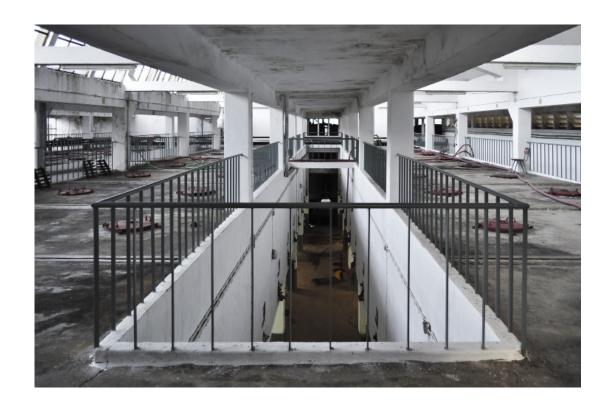


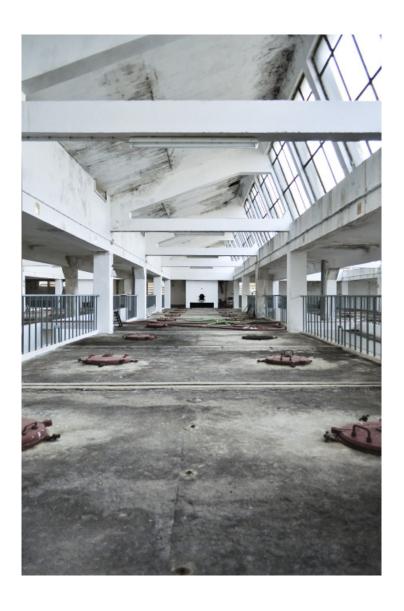


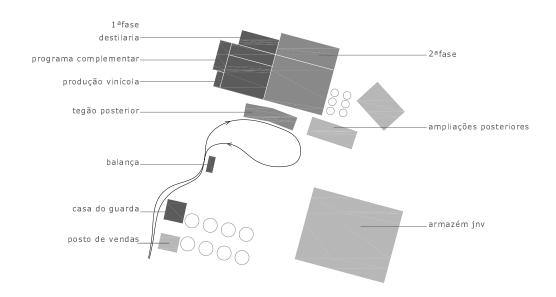












VILA FRANCA DAS NAVES

adega cooperativa. arquitecto josé vitorino da costa bastos. primeira laboração em 1960.



figura 100 ortofoto da implantação



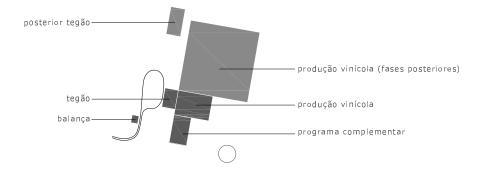












TAROUCA

adega cooperativa. primeira laboração em 1962.



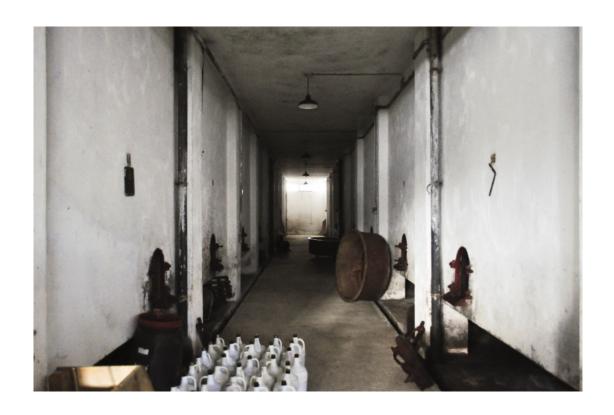
figura 108 ortofoto da implantação



figura 109 - vista sudoeste (durante a construção) registo antigo

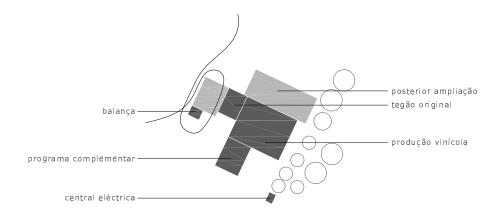












SÃO ROMÃO

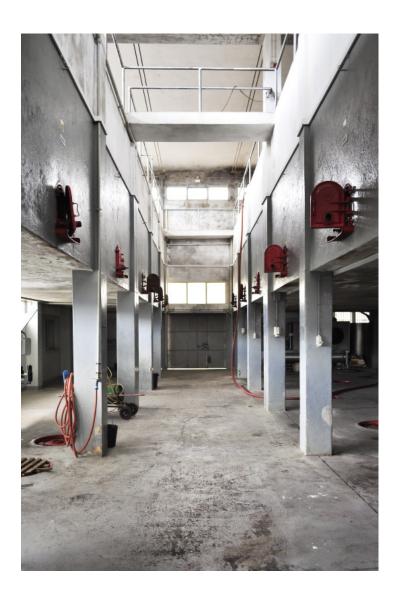
adega cooperativa. primeira laboração em 1964.

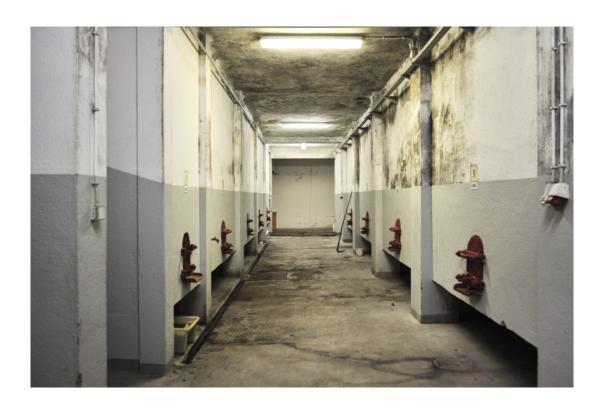


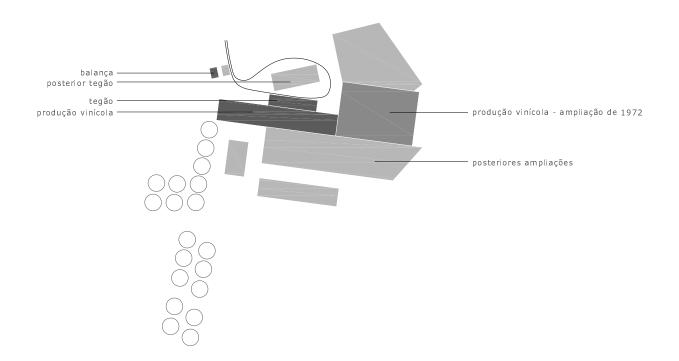
figura 116 ortofoto da implantação











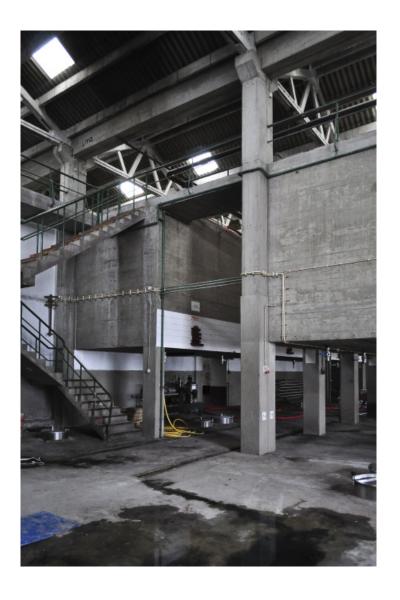
PINHEL

adega cooperativa. primeira laboração em 1972 (ampliação).



figura 122 ortofoto da implantação









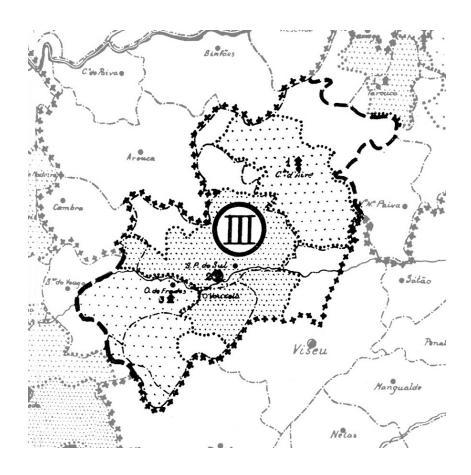
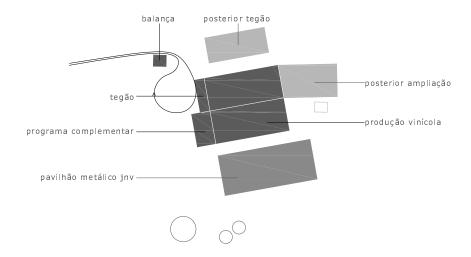


figura 127 - III zona representada na carta de conjunto lafões



LAFÕES - SÃO PEDRO DO SUL

adega cooperativa. primeira laboração em 1947.



figura 129 ortofoto da implantação







figura 132 - alçado principal (nordeste) registo actual (novembro 2010)





figura 134 - piso inferior (tonéis de armazenamento) registo antigo





IV ZONA BEIRA LITORAL NORTE

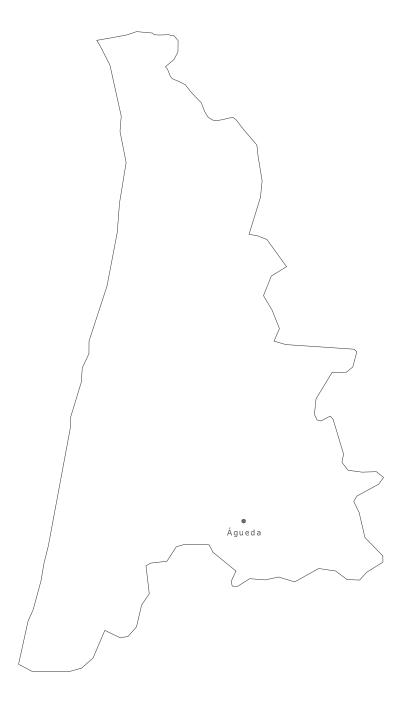


figura 137 - adega concretizada beira litoral norte

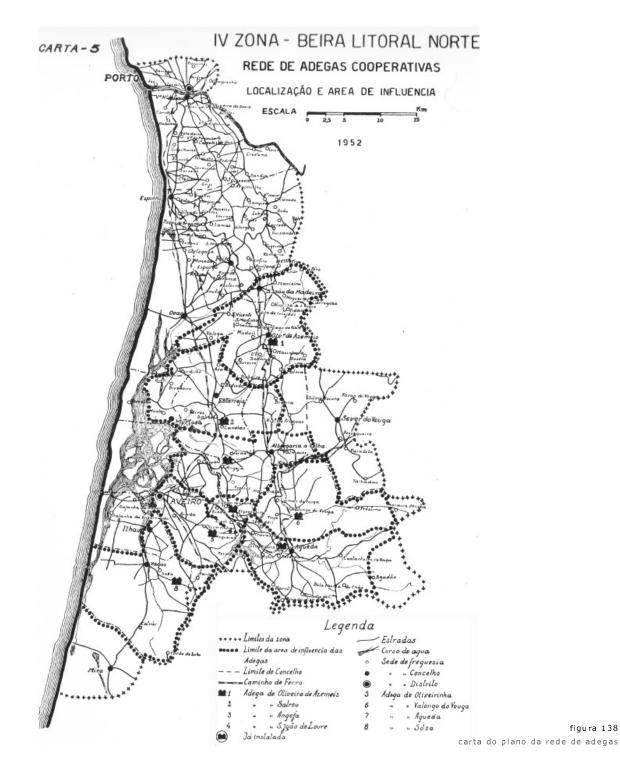


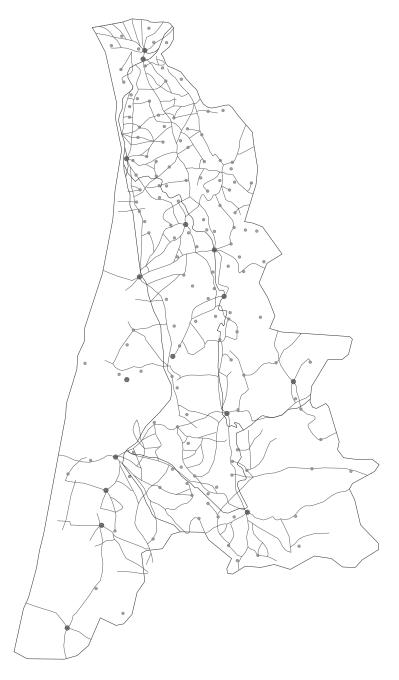
figura 138



—linha de água

sede de concelhosede de freguesia

figura 139 - limites dos concelhos beira litoral norte



— caminho de ferro

— estrada

sede de concelho

• sede de freguesia



figura 140 - vias de comunicação beira litoral norte



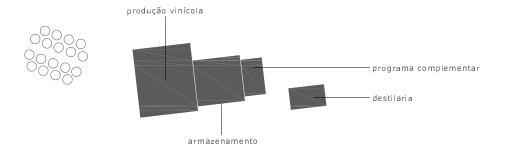
figura 141 - vias de comunicação influentes beira litoral norte



─linha de água • adegas planeadas



figura 142 - áreas de influência beira litoral norte



ÁGUEDA

armazém regulador JNV. arquitecto josé gallard silva. primeira laboração em 1953.



figura 144 ortofoto da implantação



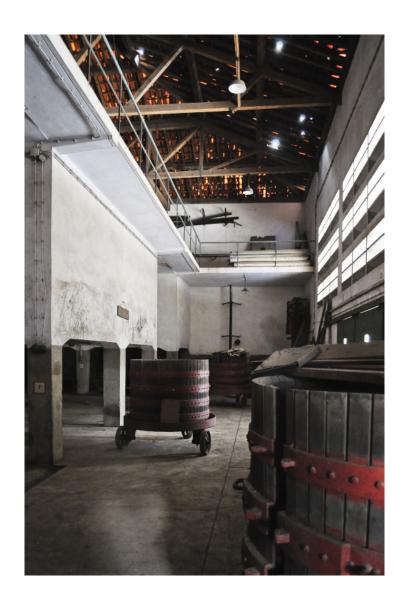








figura 149 - vista nordoeste registo actual (novembro 2010)

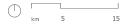


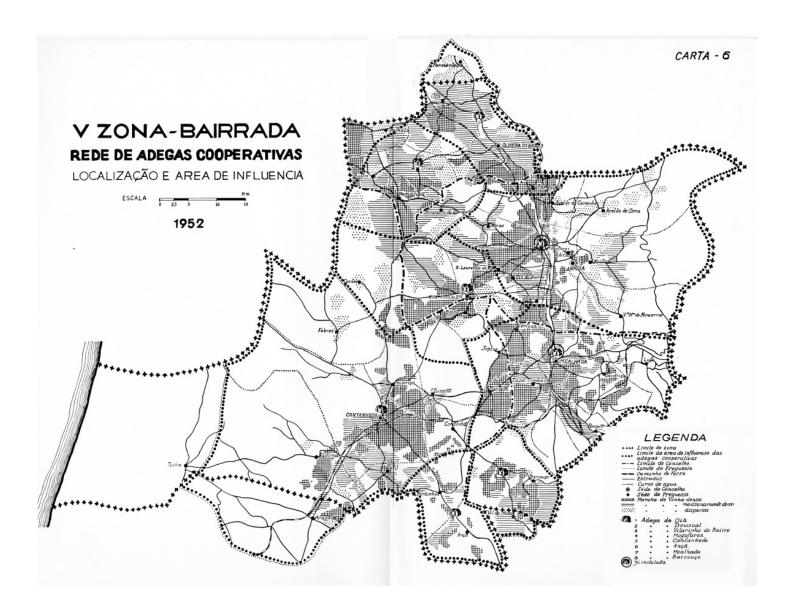














• sede de freguesia

figura 156 - limites dos concelhos



__caminho de ferro

— estrada

• sede de concelho

sede de freguesia



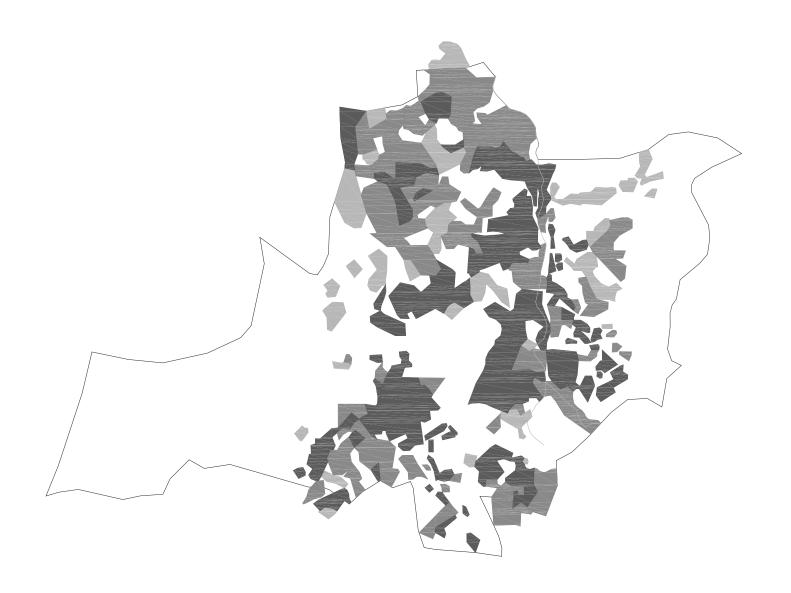
figura 157 - vias de comunicação bairrada



figura 158 - vias de comunicação influentes bairrada



figura 159 - áreas de influência bairrada



mancha de vinha densa

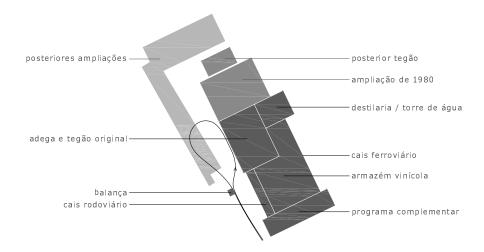
mancha de vinha medianamente densa

mancha de vinha dispersa

—linha de água



figura 160 - densidade de produção bairrada



MOGOFORES

armazém regulador JNV. arquitecto josé gallard silva. primeira laboração em 1950.



figura 162 ortofoto da implantação



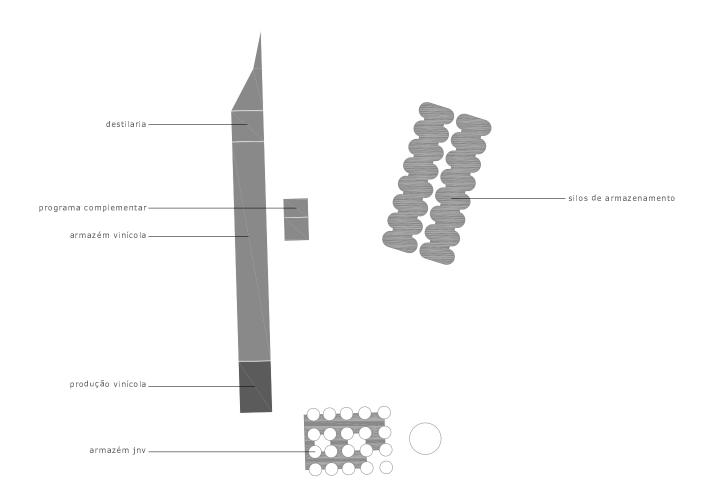
figura 163 - serviços administrativos e laboratório registo antigo





figura 165 - vista sul do edifício da adega registo actual (janeiro 2011)





MEALHADA

armazém regulador JNV. primeira laboração em 1951.

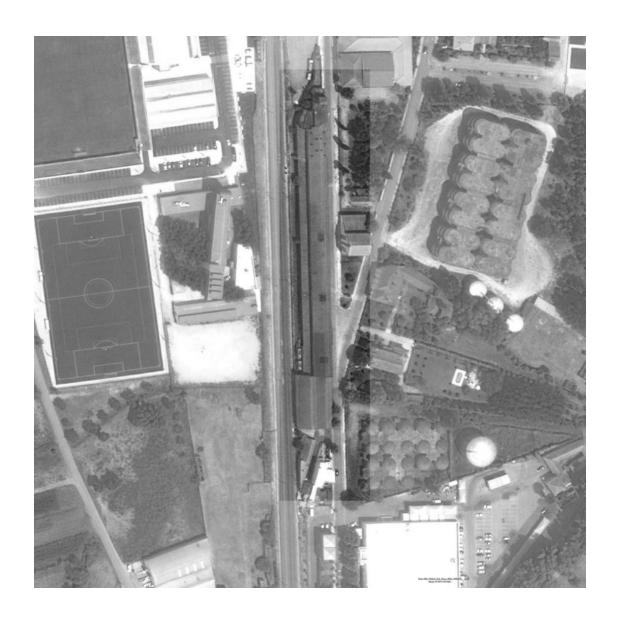


figura 168 ortofoto da implantação







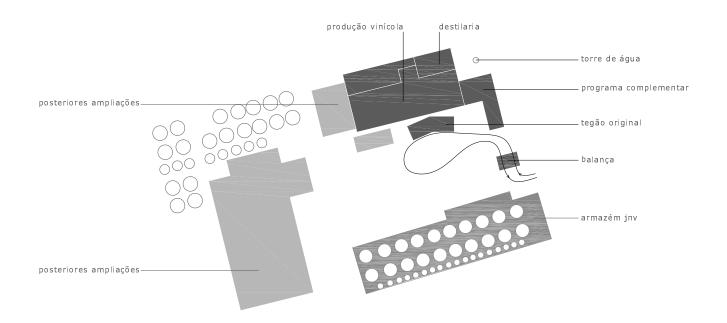












CANTANHEDE

adega cooperativa. arquitecto josé vitorino da costa bastos. primeira laboração em 1957.



figura 178 ortofoto da implantação













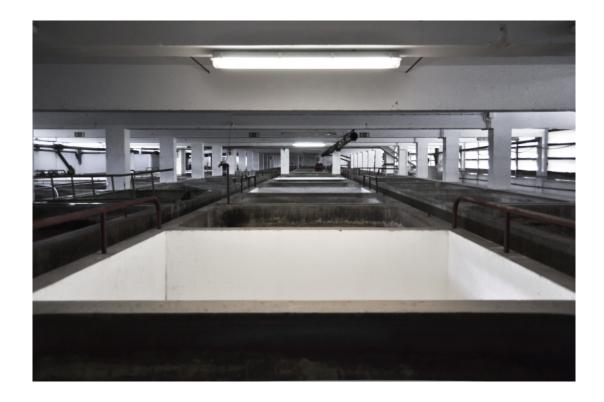
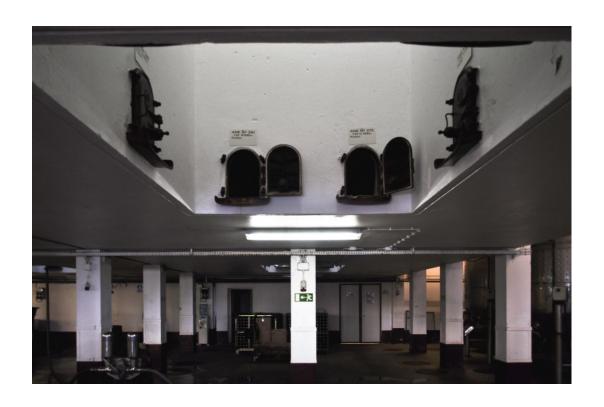
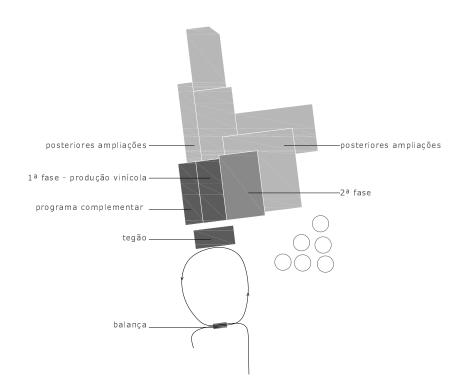


figura 185 - piso superior, taças das ânforas argelinas registo actual (novembro 2010)





MEALHADA

adega cooperativa. primeira laboração em 1960.

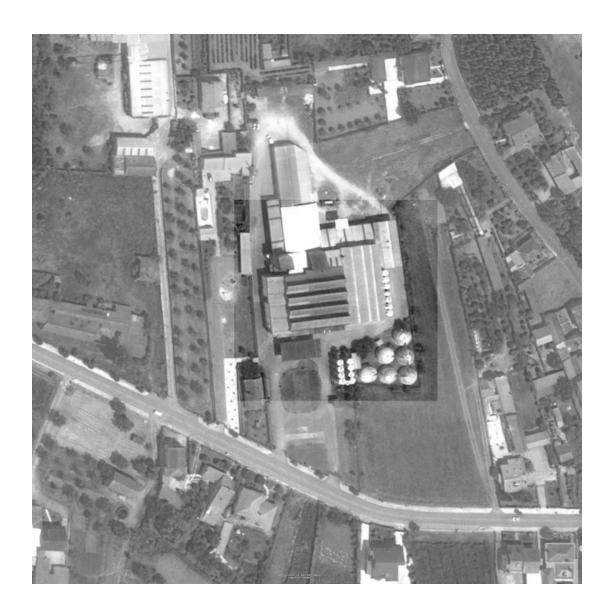


figura 188 ortofoto da implantação

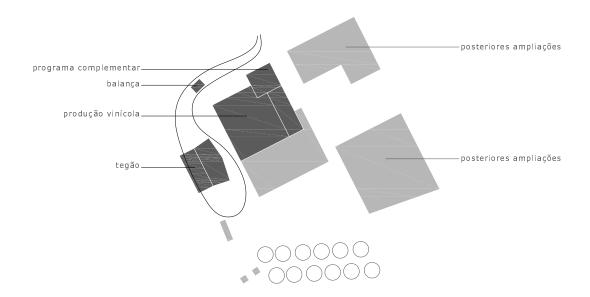






figura 191 - piso do topo dos depósitos de fermentação registo actual (novembro 2010)





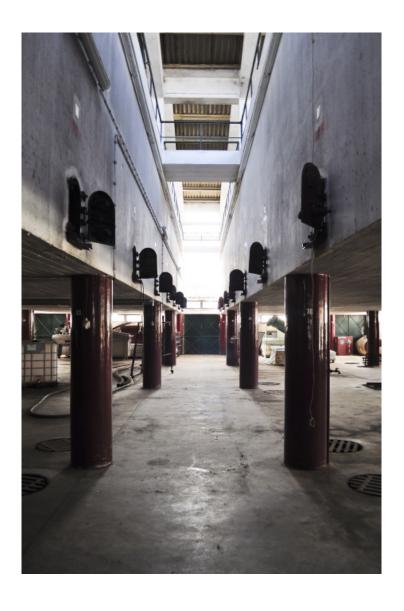
VILARINHO DO BAIRRO

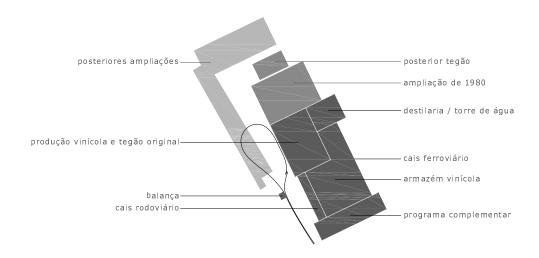
adega cooperativa. primeira laboração em 1969.



figura 194 ortofoto da implantação







MOGOFORES

adega cooperativa. primeira laboração em 1980.



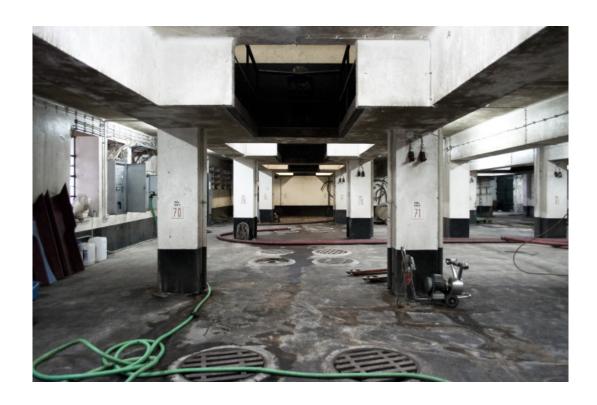
figura 198 ortofoto da implantação







figura 201 - organização dos postigos registo actual (janeiro 2011)





VI ZONA BAIXO MONDEGO

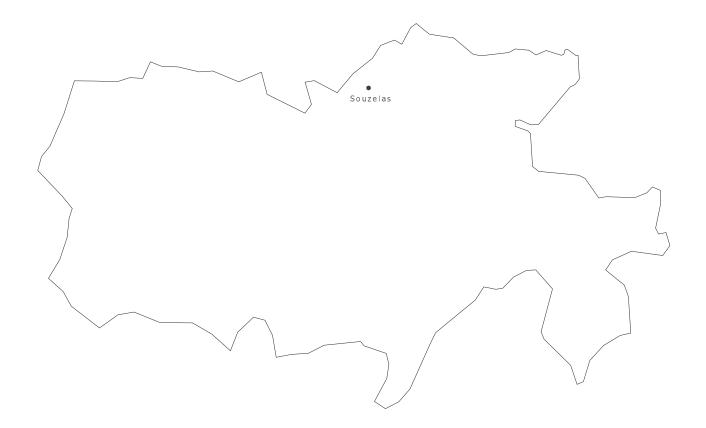
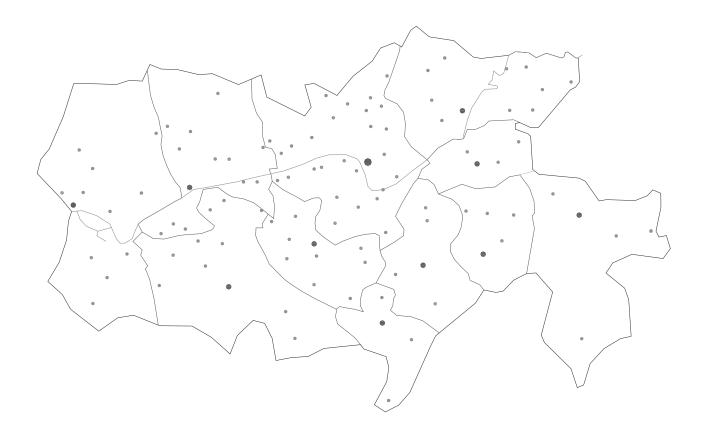
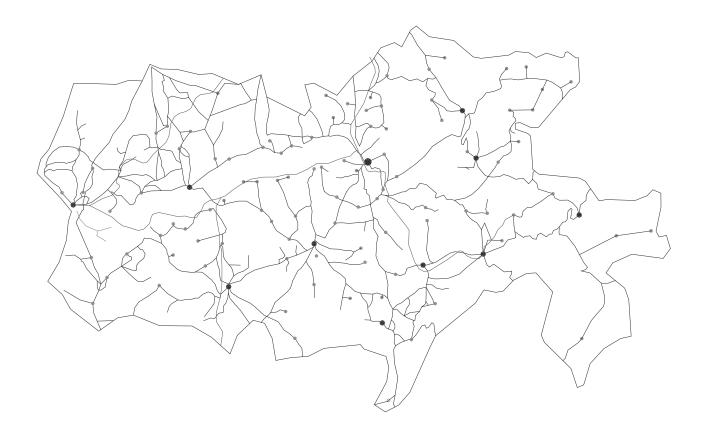


figura 204 - adega concretizada baixo mondego





• sede de freguesia



• sede de freguesia 5

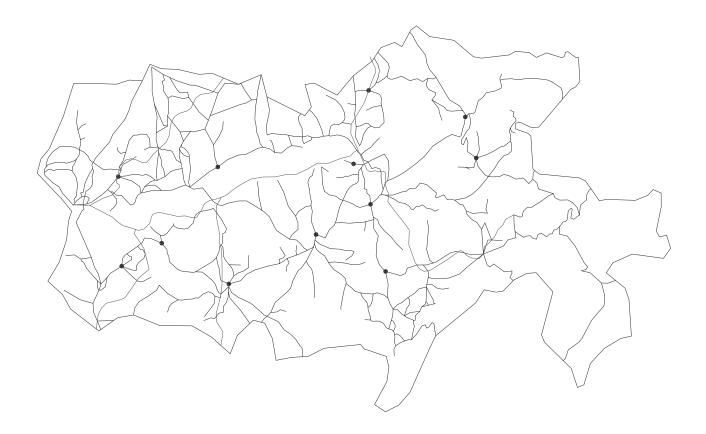
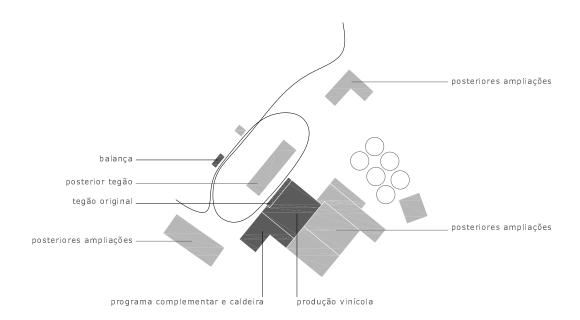


figura 208 - vias de comunicação influentes baixo mondego



• adegas planeadas

figura 209 - áreas de influência baixo mondego



SOUSELAS

adega cooperativa. arquitecto manuel lima. primeira laboração em 1960.



figura 211 ortofoto da implantação











figura 216 - piso do topo dos depósitos de fermentação registo actual (novembro 2010)

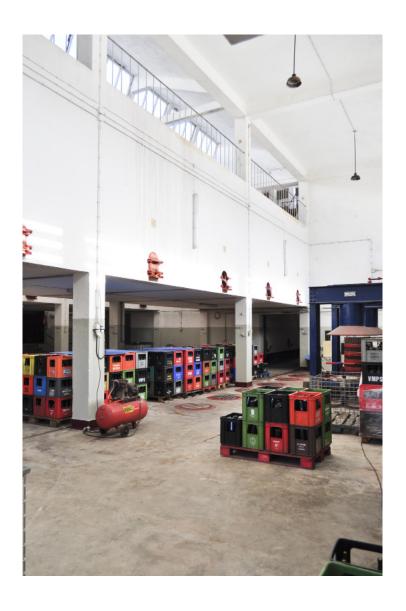


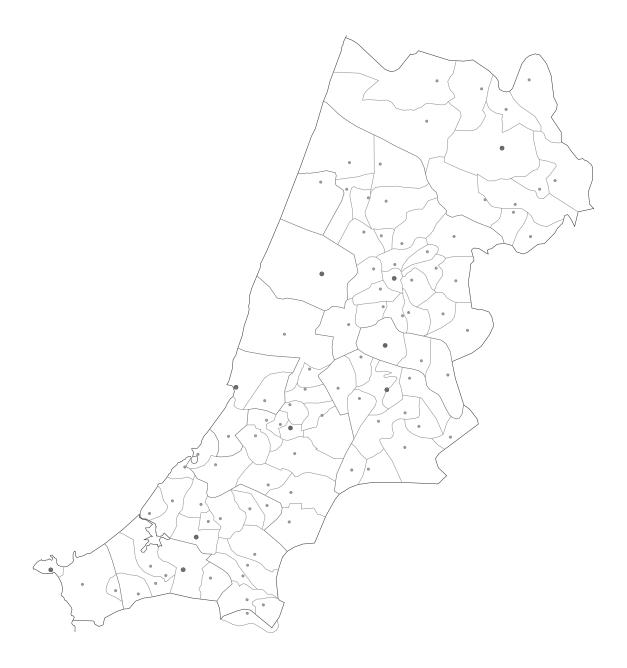




figura 219 - adegas concretizadas zona de leiria



figura 220 - carta do plano da rede de adegas



• sede de concelho

sede de freguesia

figura 221 - limites dos concelhos zona de leiria



sede de concelho

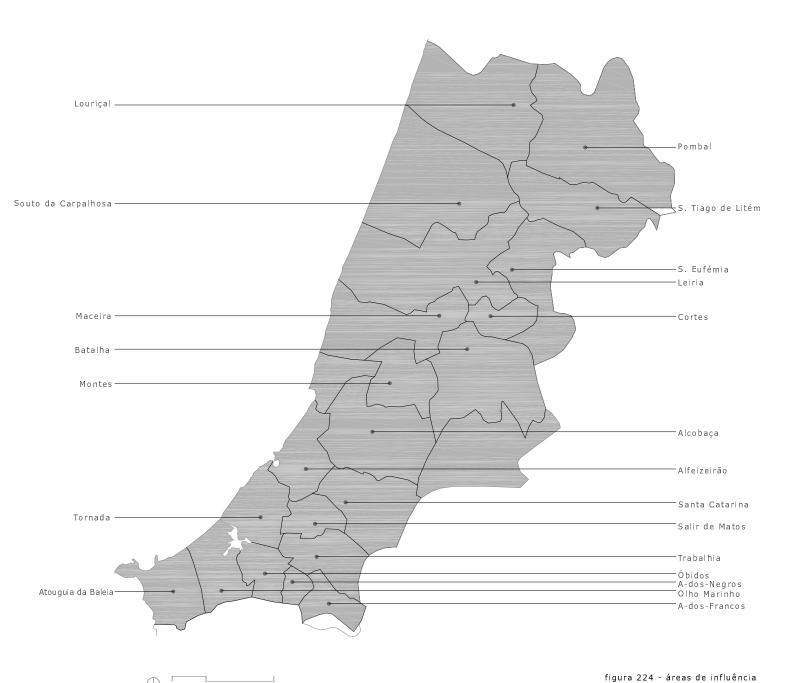
• sede de freguesia 15 figura 222 - vias de comunicação zona de leiria



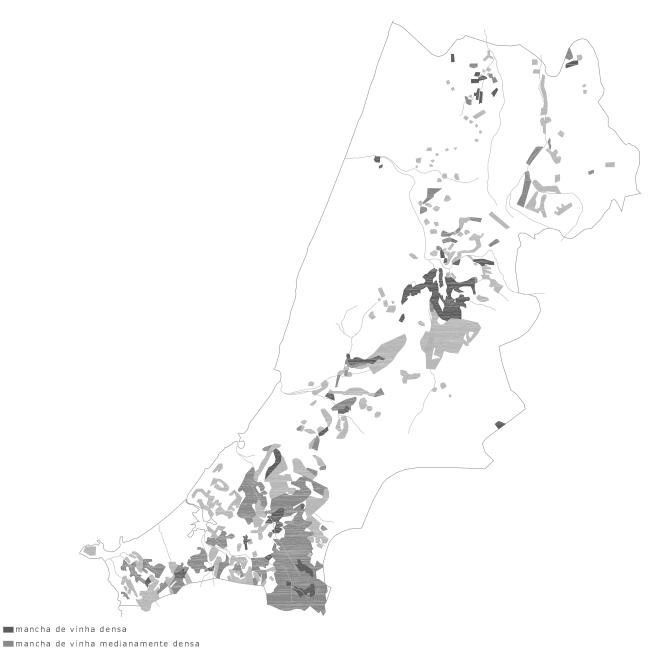
figura 223 - vias de comunicação influentes zona de leiria

• adegas planeadas km 5

adegas planeadas

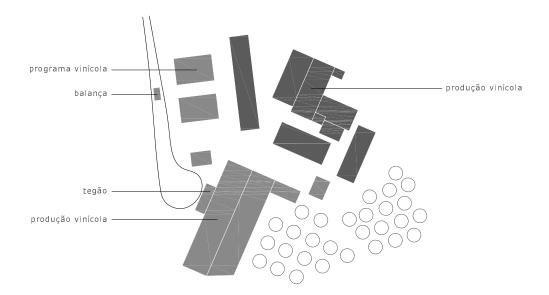


zona de leiria



mancha de vinha dispersa
—linha de água

figura 225 - densidade de produção
zona de leiria



ALCOBAÇA

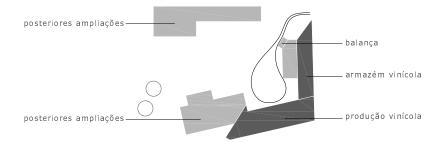
adega cooperativa. primeira laboração em 1948/92.



figura 227 ortofoto da implantação

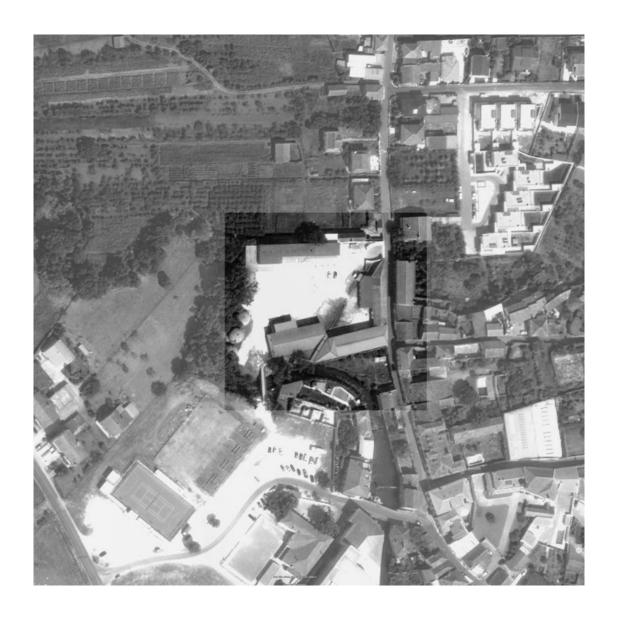






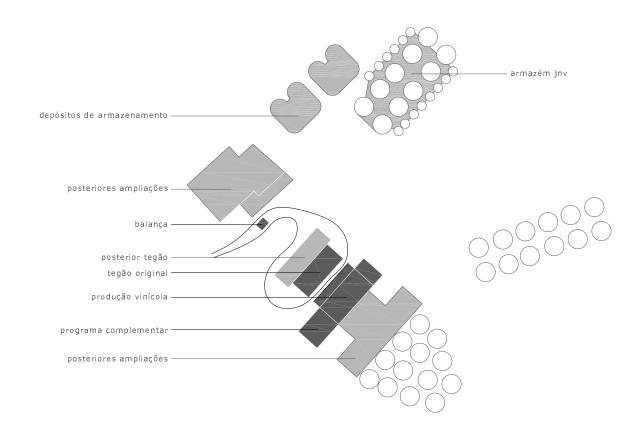
CORTES

armazém regulador JNV. primeira laboração em 1951









BATALHA

adega cooperativa. primeira laboração em 1962.



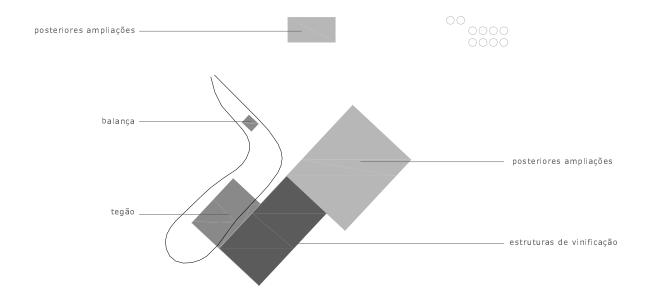
figura 235 ortofoto da implantação











POMBAL

adega cooperativa. primeira laboração em 1992.



figura 241 ortofoto da implantação





VIII ZONA BAIXO ZÊZERE



figura 244 - adegas concretizadas baixo zêzere





• sede de concelho

sede de freguesia

figura 246 - limites dos concelhos baixo zêzere



sede de concelhosede de freguesia

km 5 1

figura 247 – vias de comunicação baixo zêzere



• adegas planeadas km 5 15

figura 248 - vias de comunicação influentes baixo zêzere

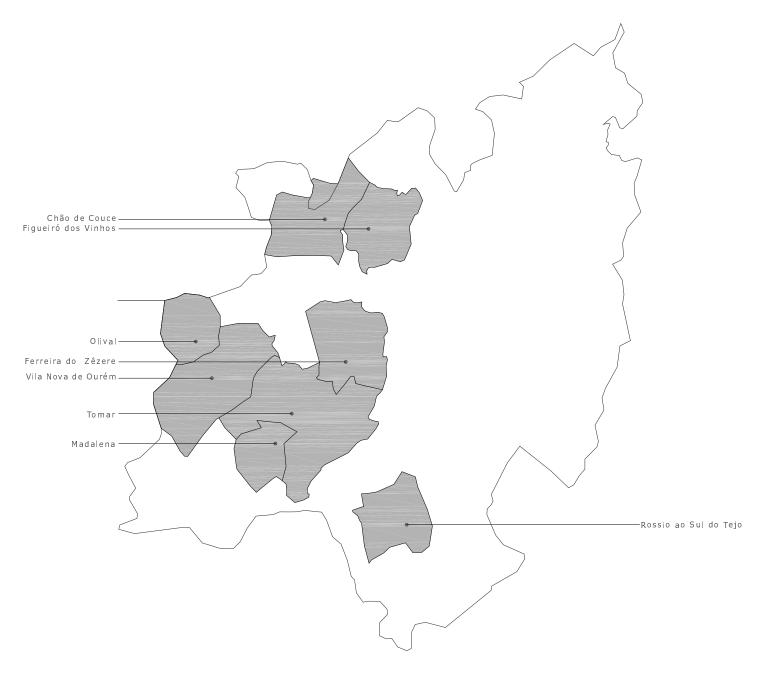
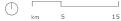
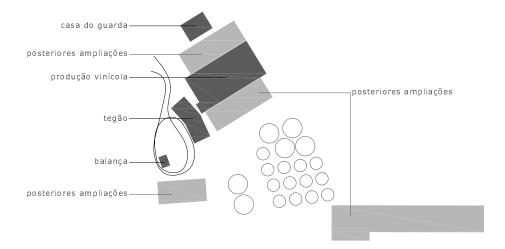


figura 249 - áreas de influência baixo zêzere

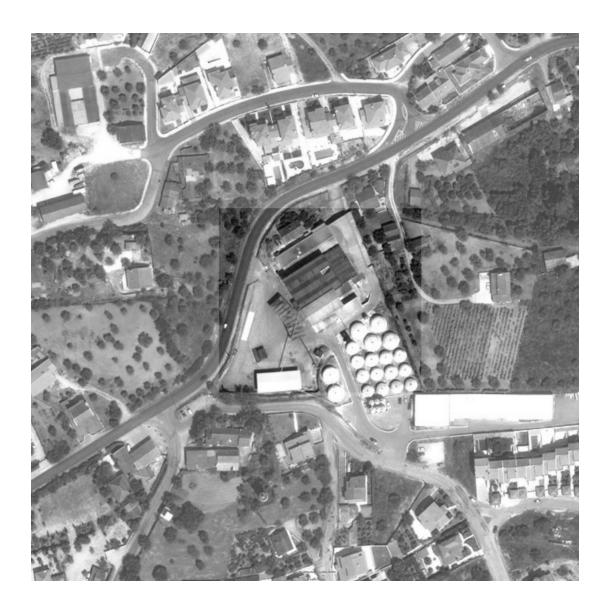
• adegas planeadas





TOMAR

adega cooperativa. primeira laboração em 1965.



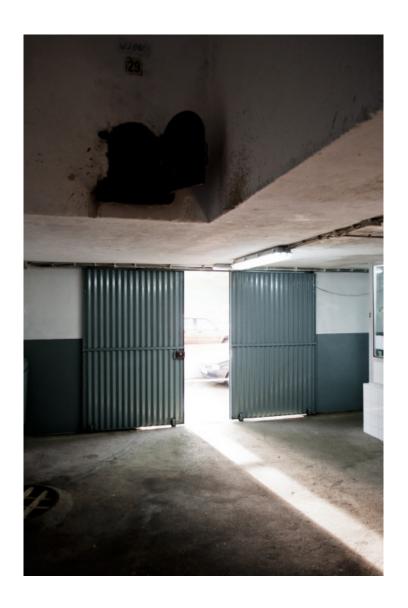


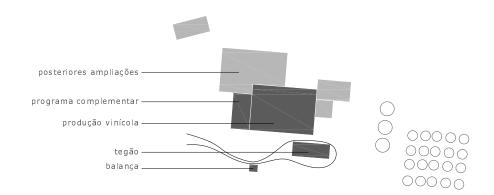












OURÉM

adega cooperativa. primeira laboração em 1992.

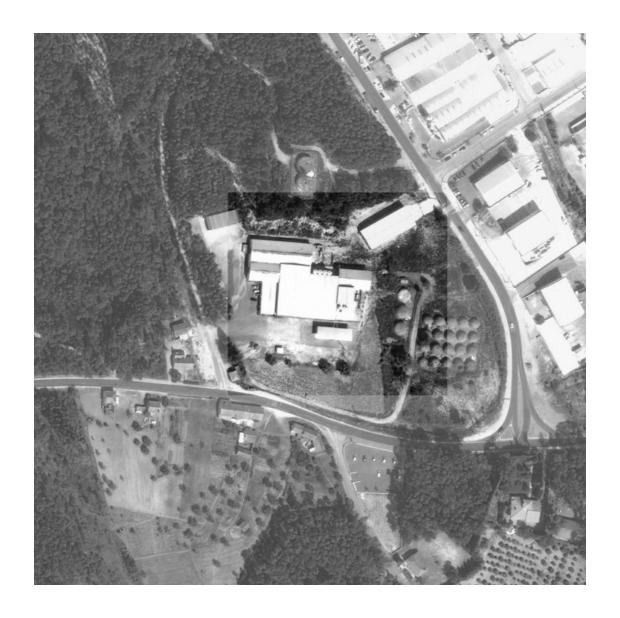


figura 259 ortofoto da implantação







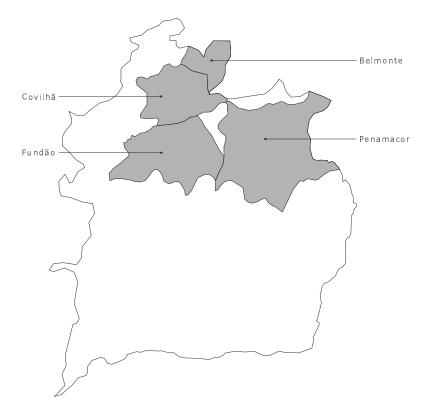


figura 263 - adegas planeadas e áreas de influência correspondentes beira baixa

15

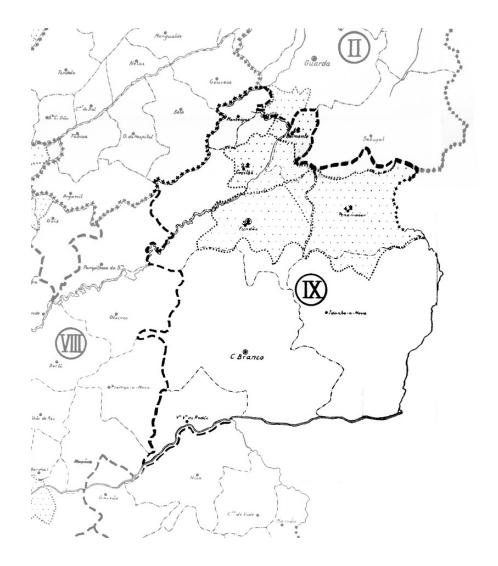
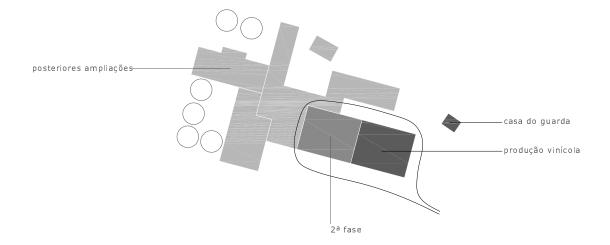


figura 264 - IX zona representada na carta de conjunto beira baixa



FUNDÃO

adega cooperativa. primeira laboração em 1949.



figura 266 ortofoto da implantação



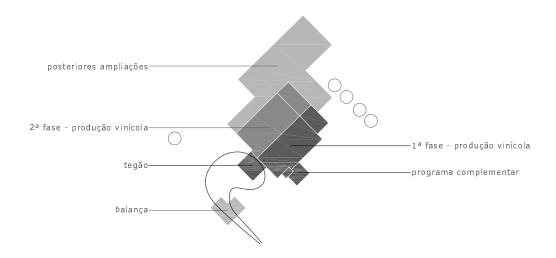












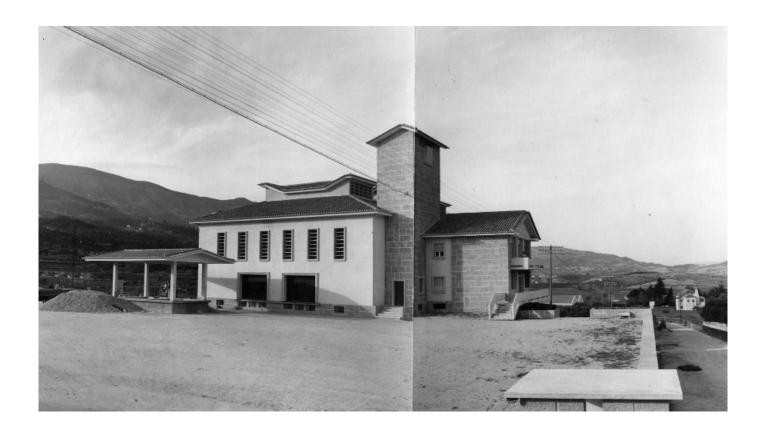
COVILHÃ

adega cooperativa. ars arquitectos. primeira laboração em 1957.



figura 274 ortofoto da implantação

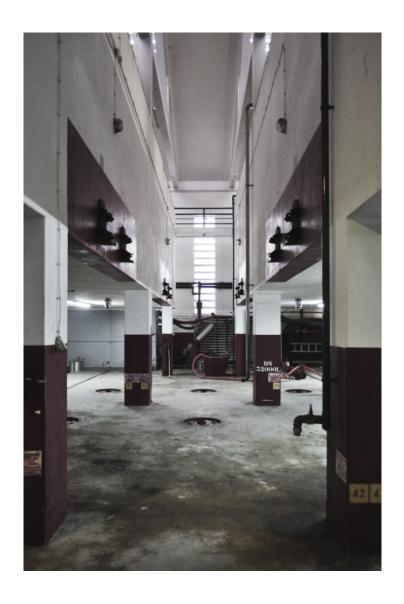


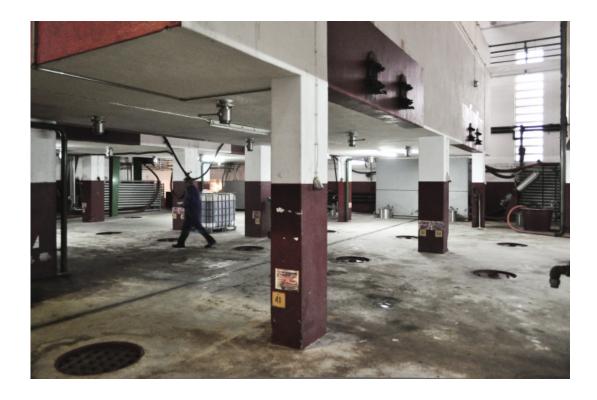














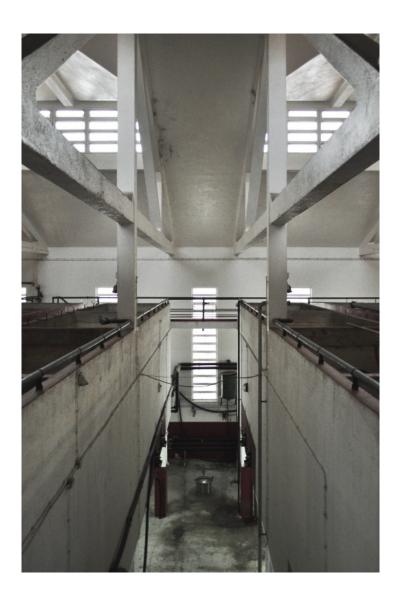


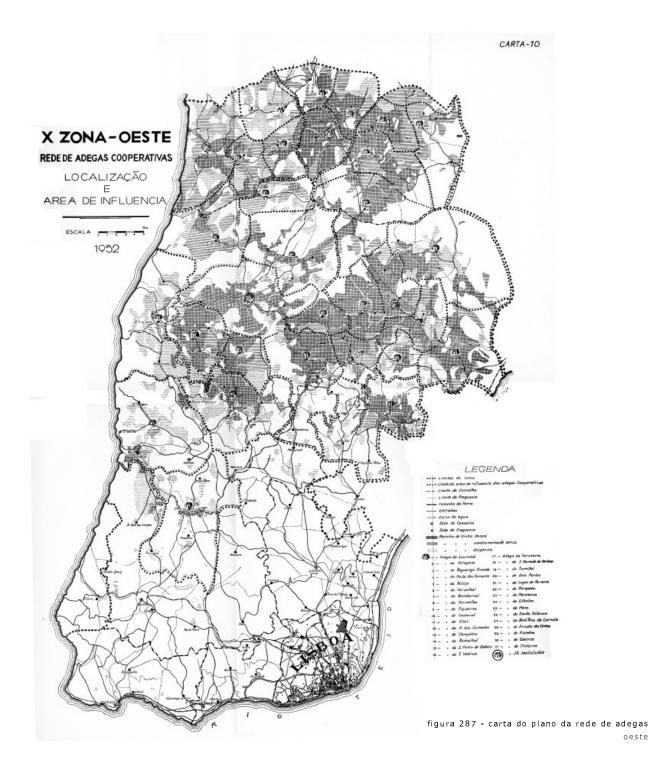
figura 283 - nível das taças das ânforas argelinas registo actual (novembro 2010)

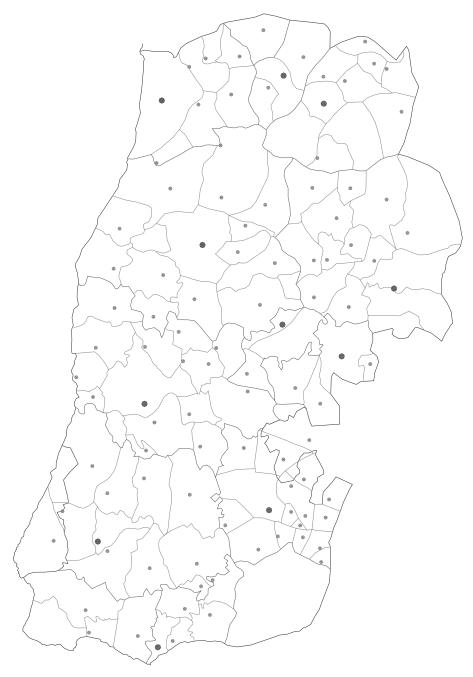




15

figura 286 - adegas concretizadas oeste





sede de concelho

• sede de freguesia

15

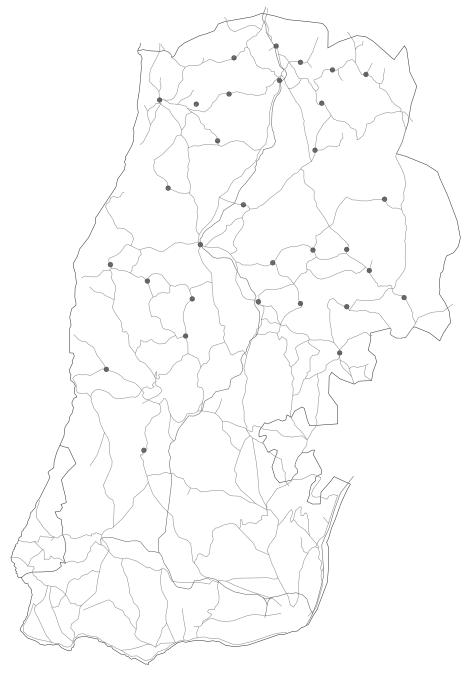
figura 288 - limites dos concelhos oeste



• sede de concelho

• sede de freguesia

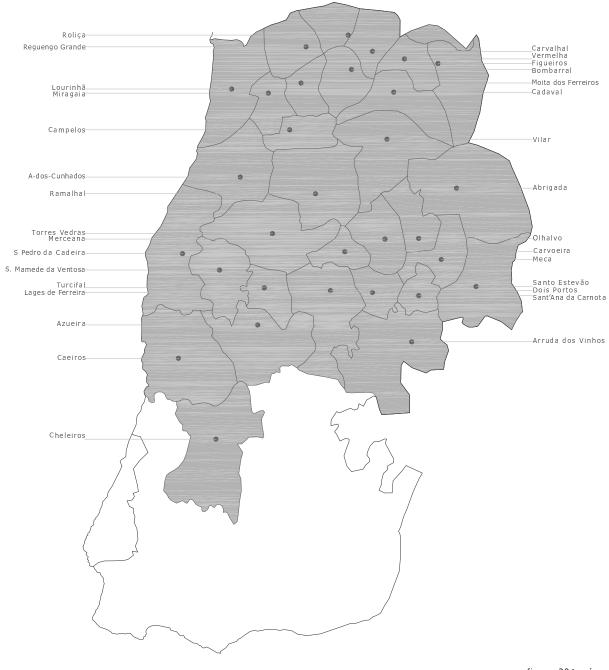
figura 289 - vias de comunicação oeste



15

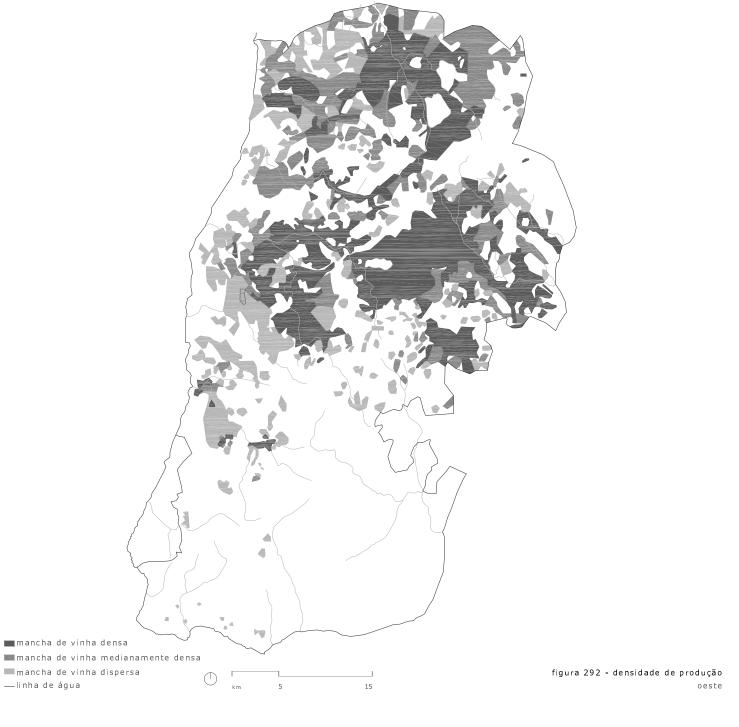
figura 290 - vias de comunicação influentes oeste

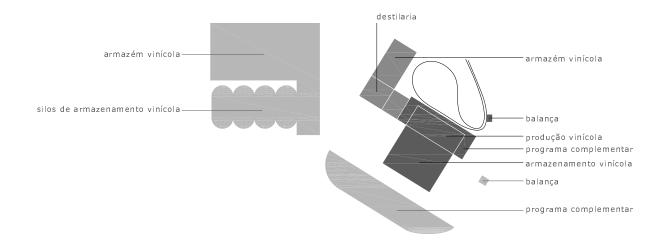
adegas planeadas



15

figura 291 - áreas de influência oeste





TORRES VEDRAS

armazém regulador JNV. primeira laboração em 1949.



figura 294 ortofoto da implantação

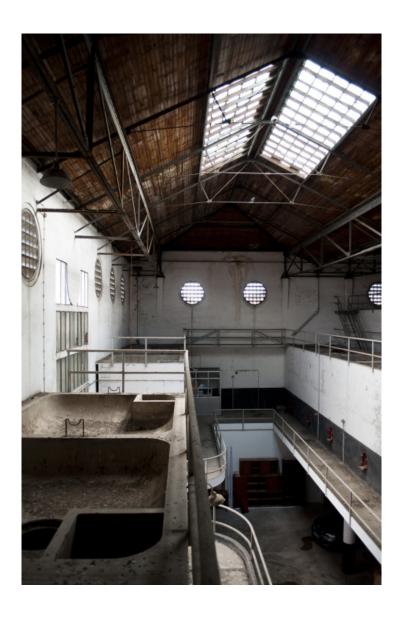




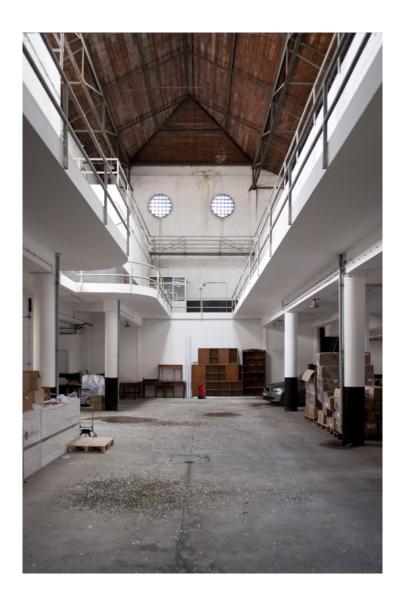


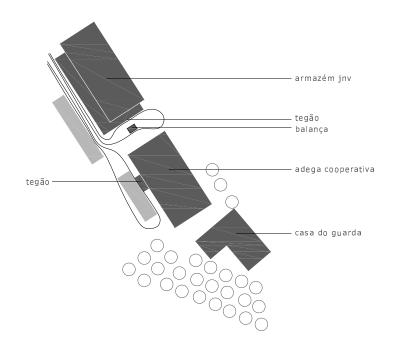












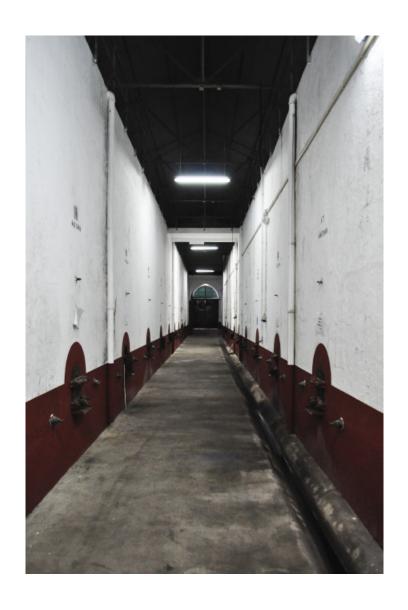
OLHALVO

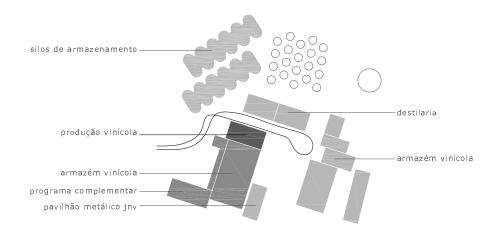
adega cooperativa JNV. primeira laboração em 1950.



figura 304 ortofoto da implantação







BOMBARRAL

armazém regulador JNV. primeira laboração em 1952



figura 308 ortofoto da implantação



figura 309 - complexo vinícola registo antigo

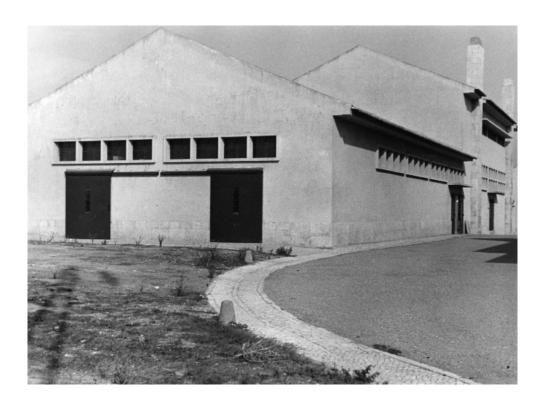
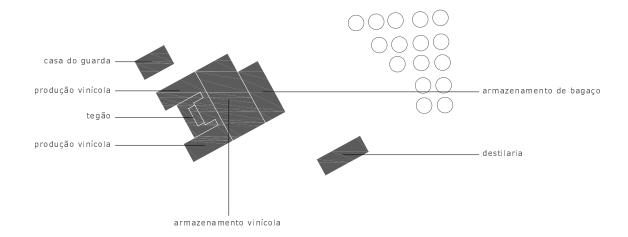




figura 311 - alçado principal (nordoeste) registo actual (novembro 2010)





SÃO MAMEDE DA VENTOSA

adega cooperativa JNV. primeira laboração em 1952.



figura 314 ortofoto da implantação





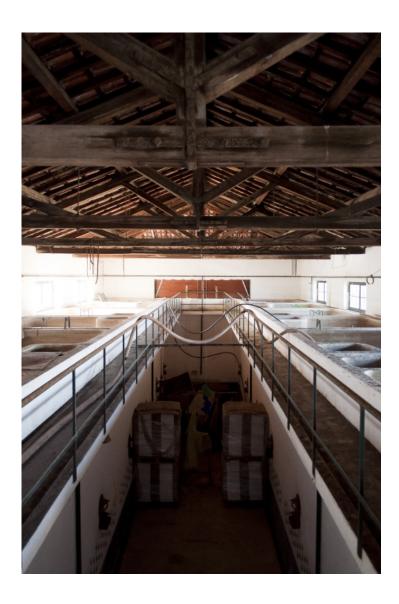
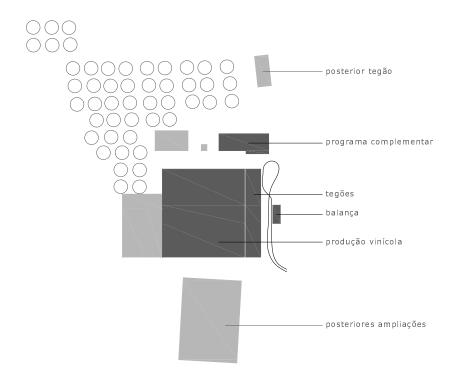


figura 317 - nível dos topos das ânforas argelinas registo actual (novembro 2010)



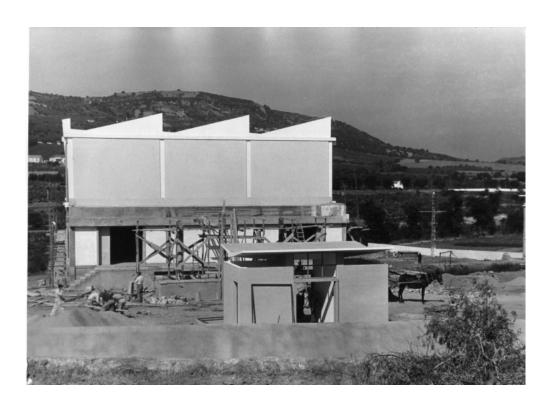


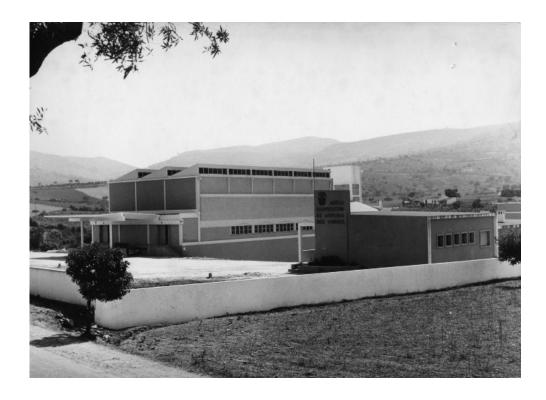
ARRUDA DOS VINHOS

adega cooperativa. primeira laboração em 1957.













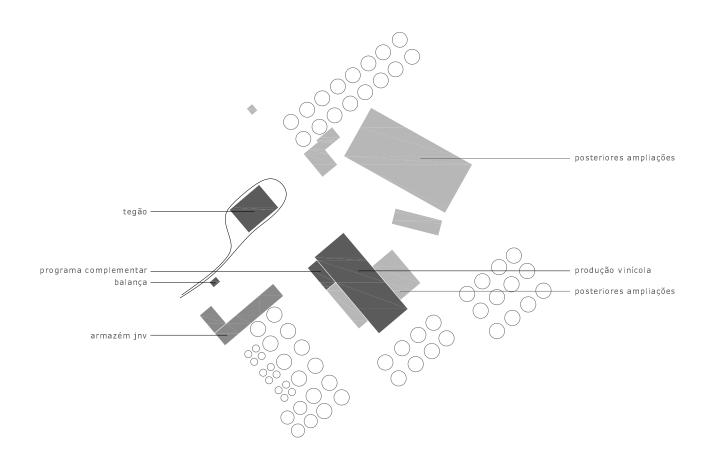












CARVOEIRA

adega cooperativa. ars arquitectos. primeira laboração em 1960.



figura 332 ortofoto da implantação





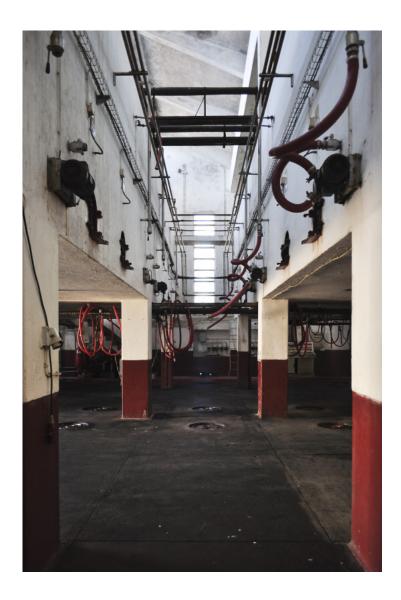


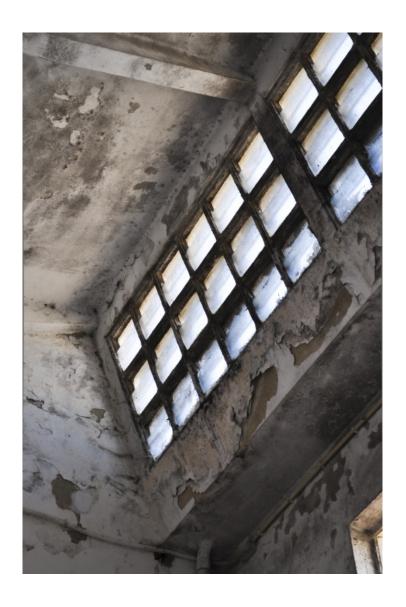
figura 335 - vista norte registo antigo

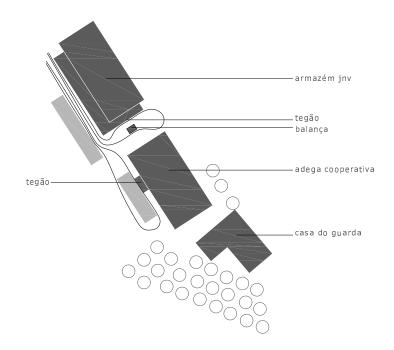










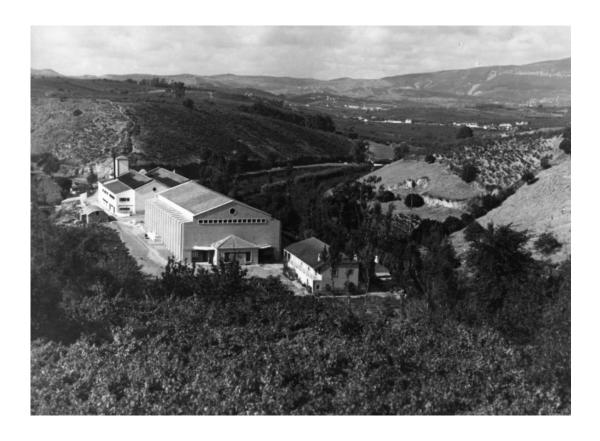


OLHALVO

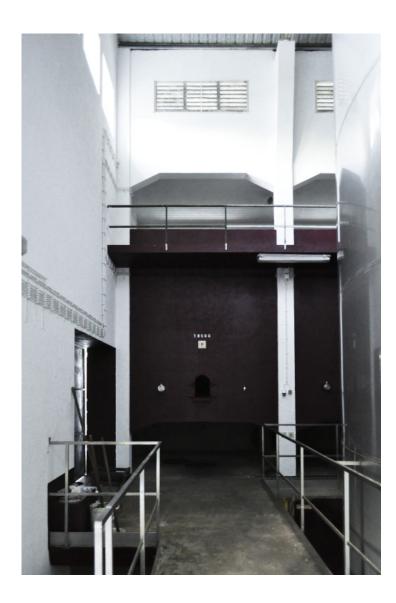
adega cooperativa. primeira laboração em 1962.



figura 342 ortofoto da implantação









LOURINHÃ

adega cooperativa. primeira laboração em 1962.



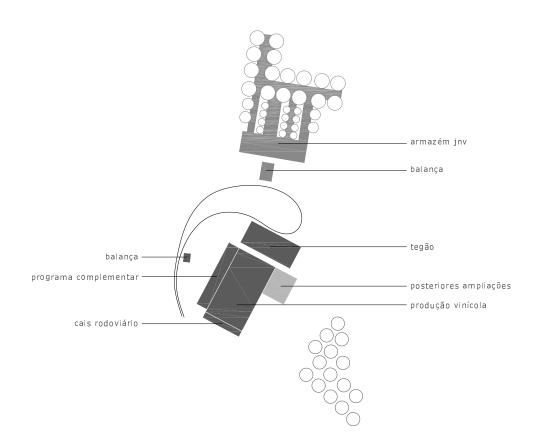
figura 347 ortofoto da implantação











DOIS PORTOS

adega cooperativa. primeira laboração em 1964.

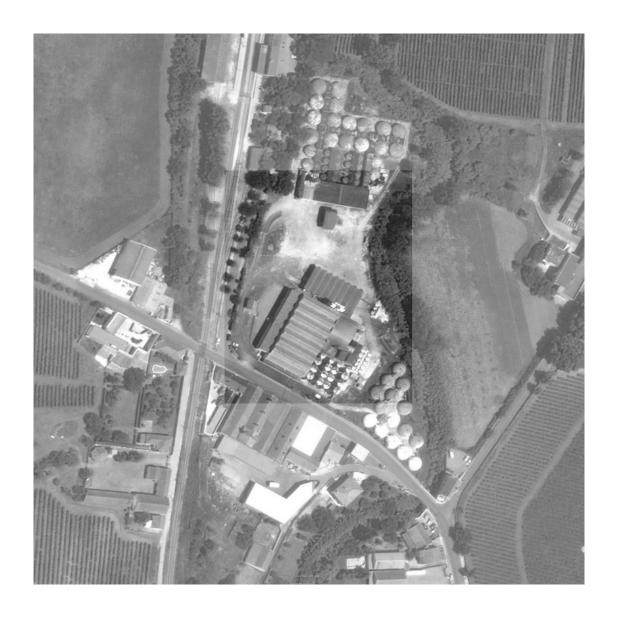


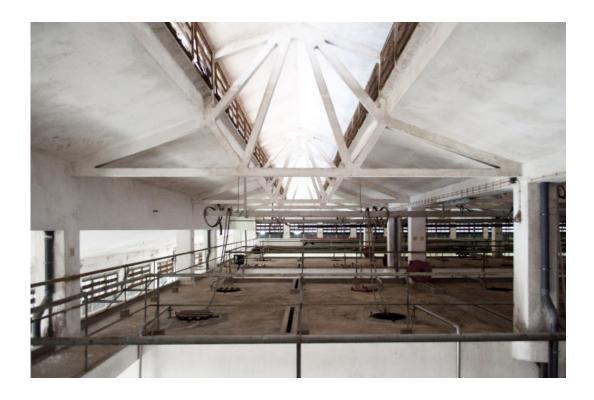
figura 353 ortofoto da implantação

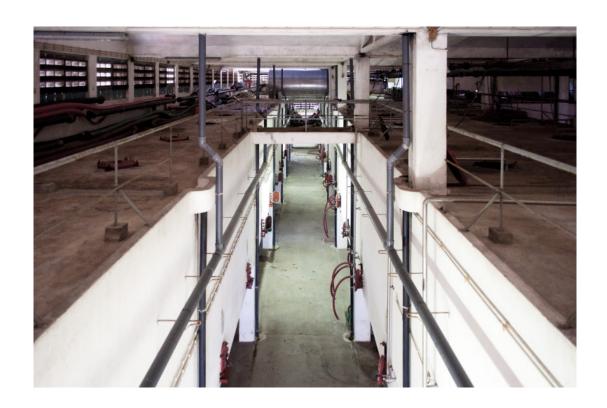


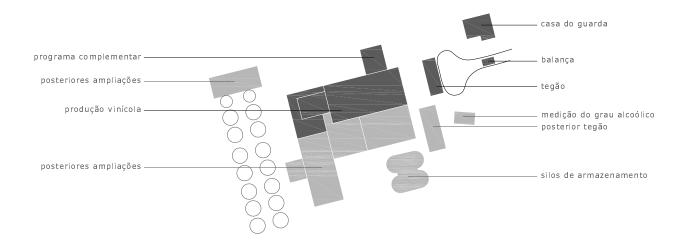












SOBRAL MONTE AGRAÇO

adega cooperativa. primeira laboração em 1964.



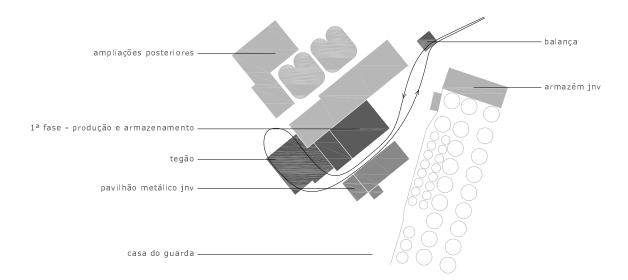
figura 361 ortofoto da implantação











MERCEANA

adega cooperativa. arquitectos erich corsépius e manuel alzina de menezes. primeira laboração em 1965.

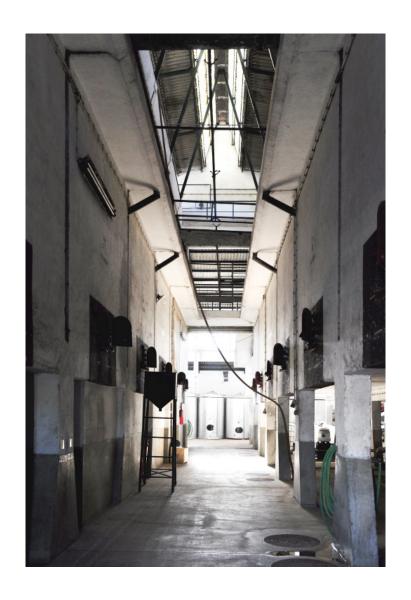


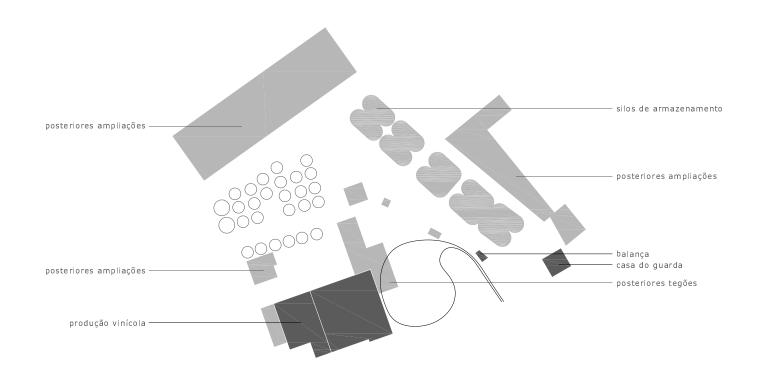
figura 367 ortofoto da implantação











VERMELHA

adega cooperativa. primeira laboração em 1966.

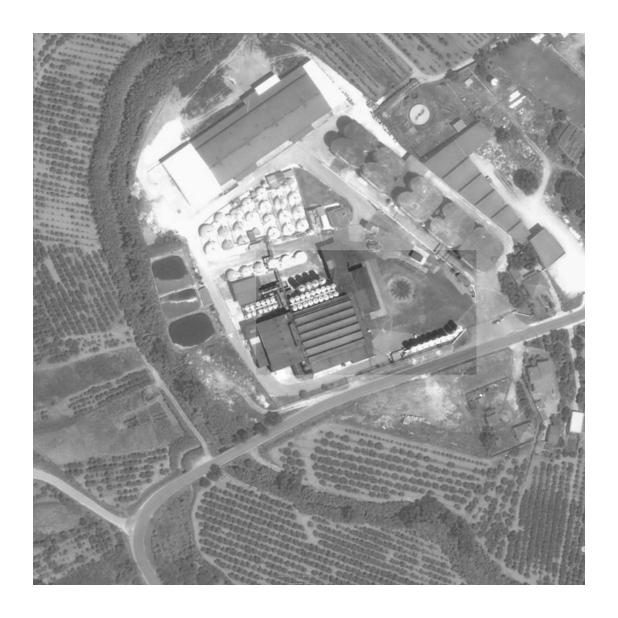
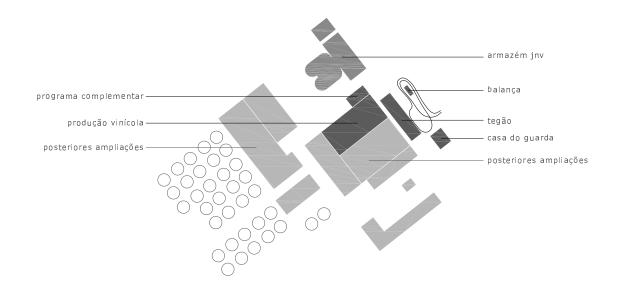


figura 373 ortofoto da implantação







AZUEIRA

adega cooperativa. primeira laboração em 1969.

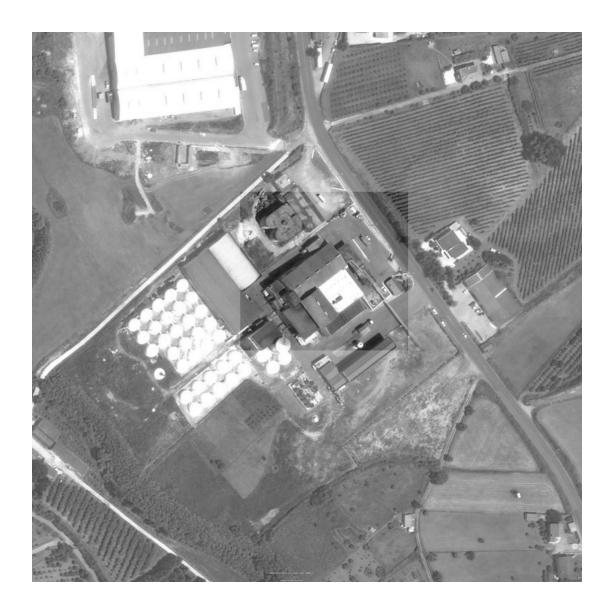
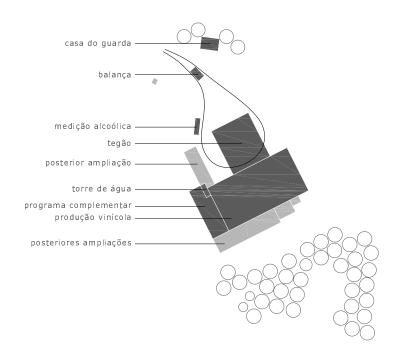


figura 377 ortofoto da implantação







CADAVAL

adega cooperativa. arquitecto josé tudela. primeira laboração em 1969.

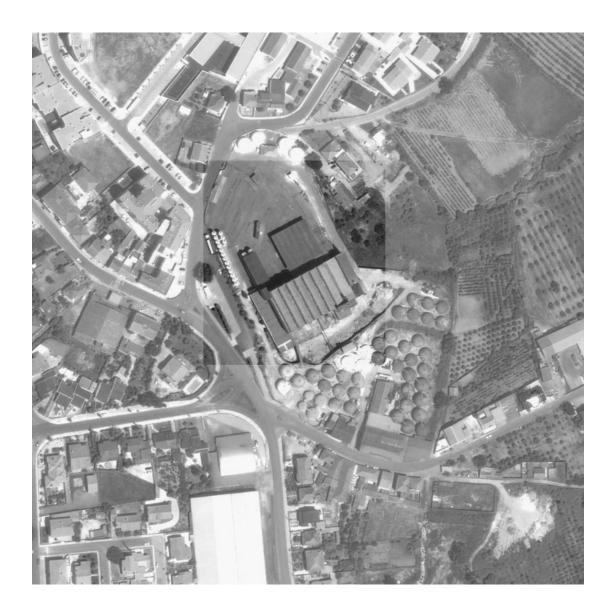
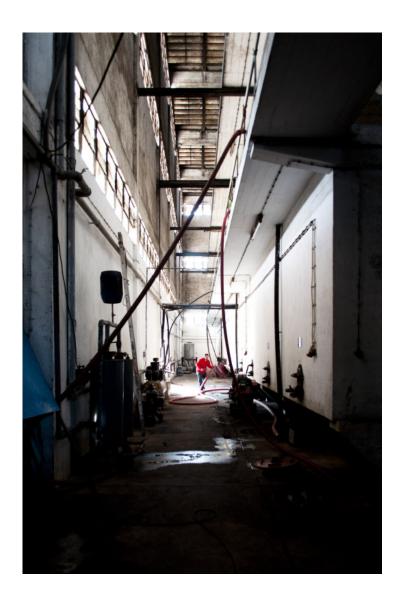
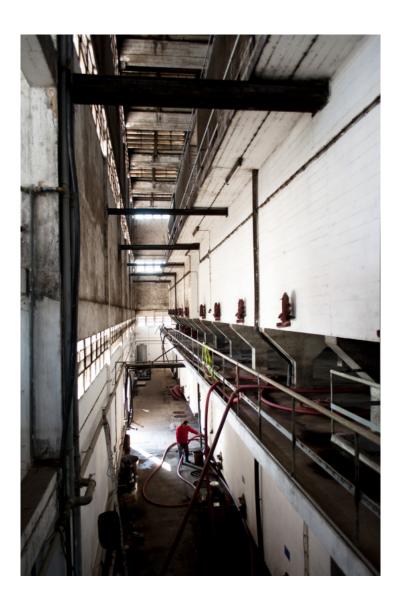


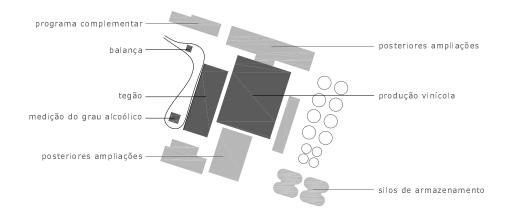
figura 381 ortofoto da implantação











BOMBARRAL

adega cooperativa. primeira laboração em 1970.

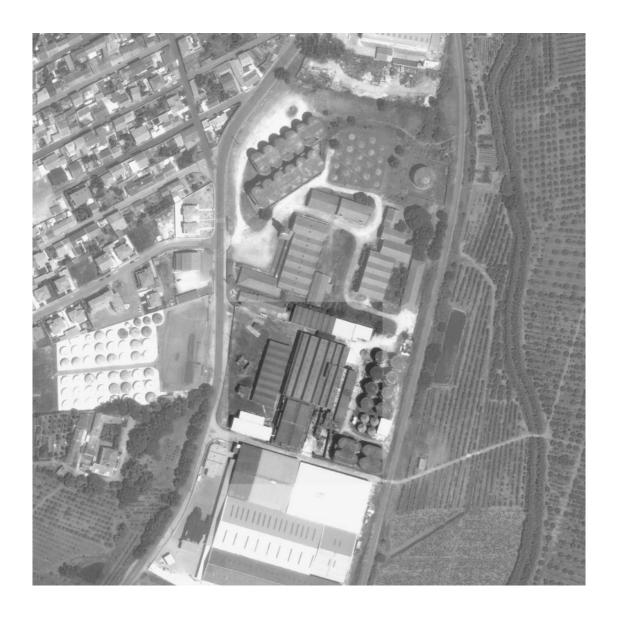
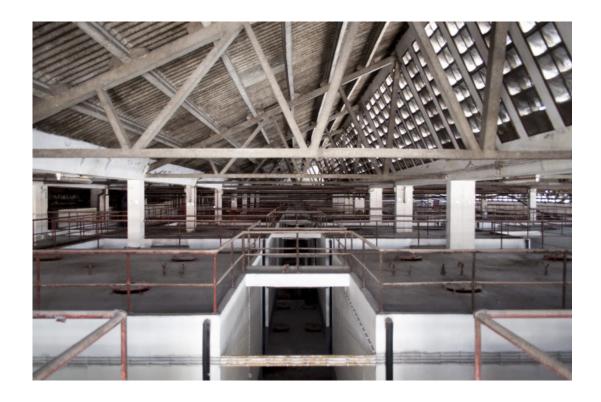
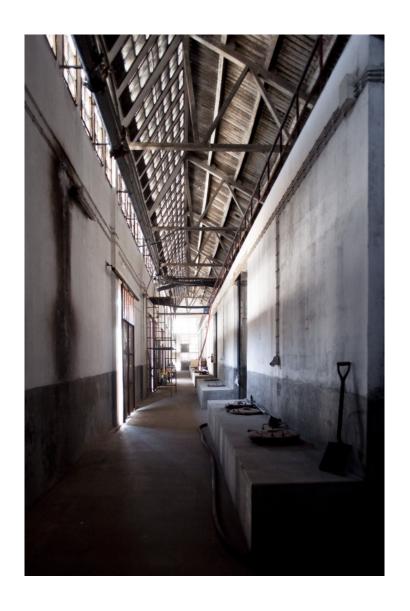
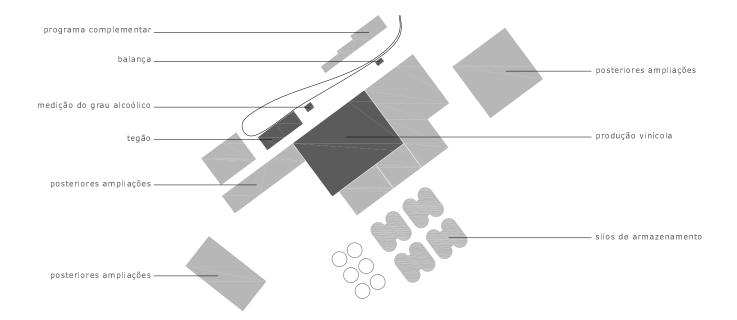


figura 387 ortofoto da implantação









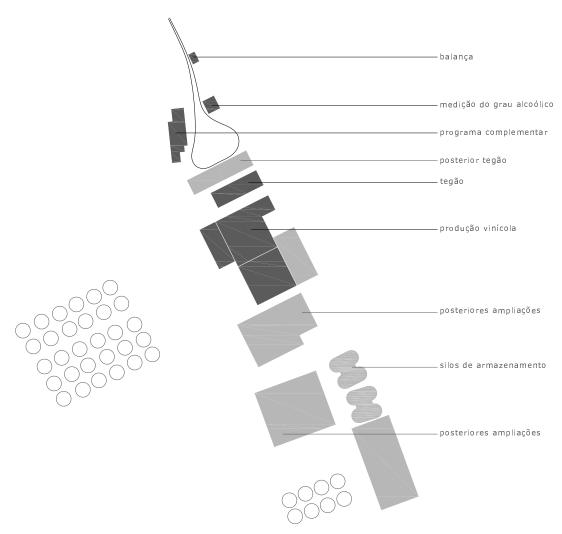
TORRES VEDRAS

adega cooperativa. primeira laboração em 1971.



figura 392 ortofoto da implantação





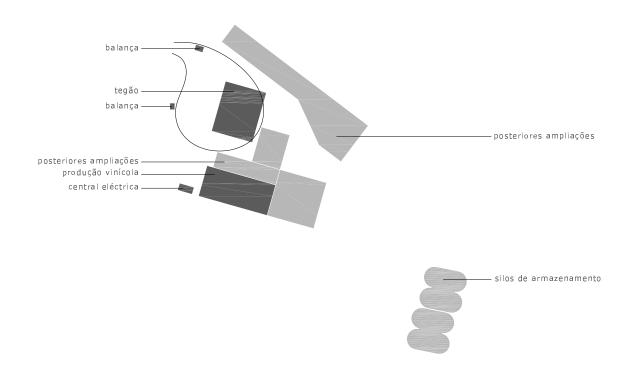
SÃO MAMEDE DA VENTOSA

adega cooperativa. primeira laboração em 1971.



figura 395 ortofoto da implantação





LABRUGEIRA

adega cooperativa. primeira laboração em 1975.

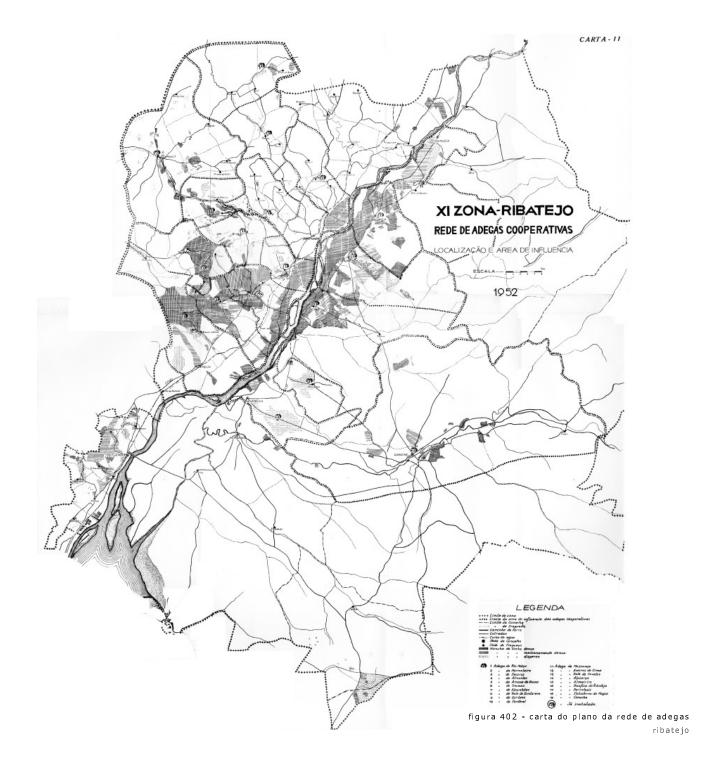


figura 398 ortofoto da implantação







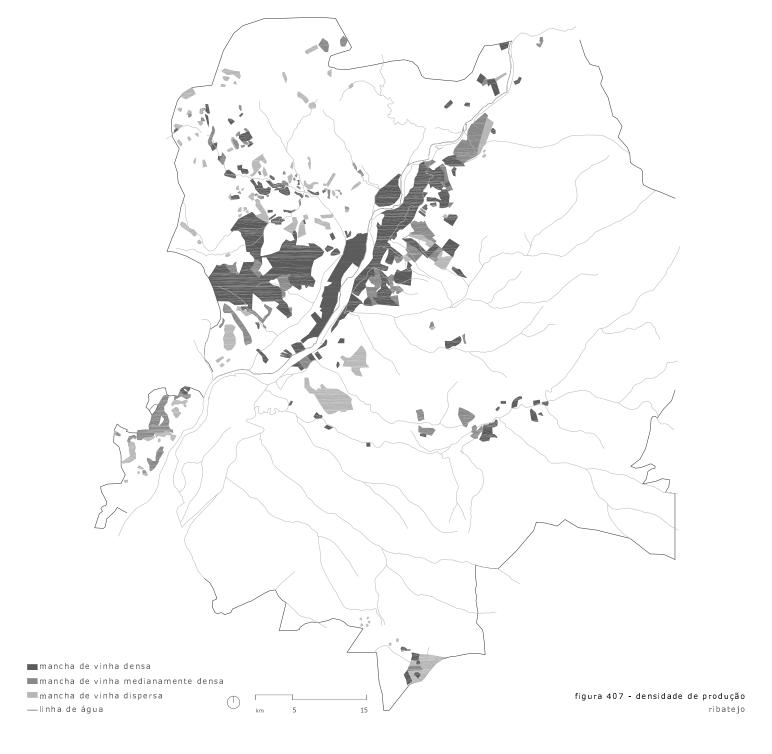


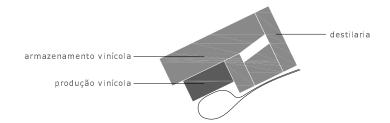












ALMEIRIM

armazém regulador JNV. primeira laboração em 1942.

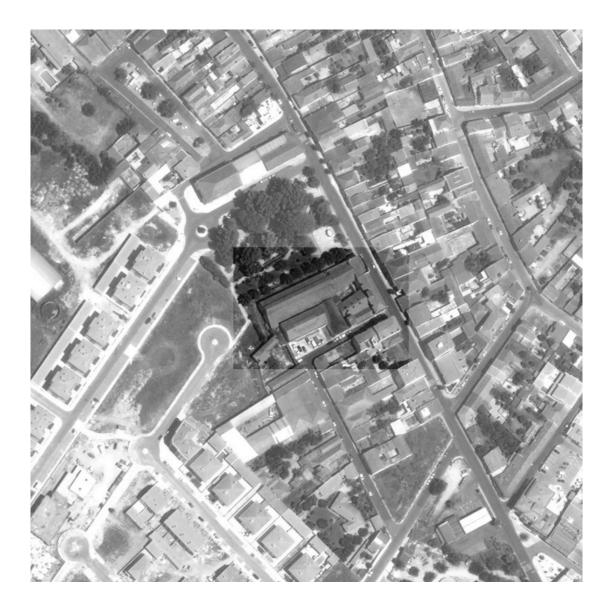


figura 409 ortofoto da implantação



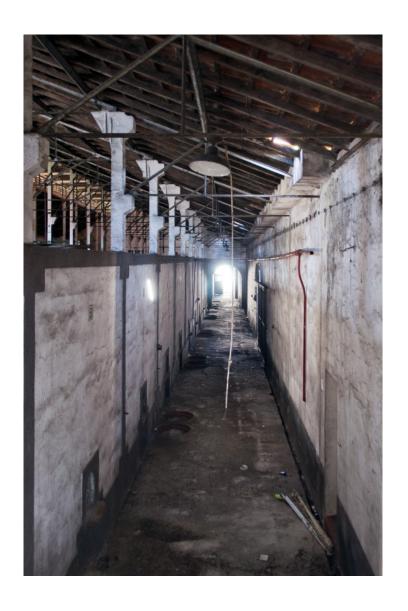




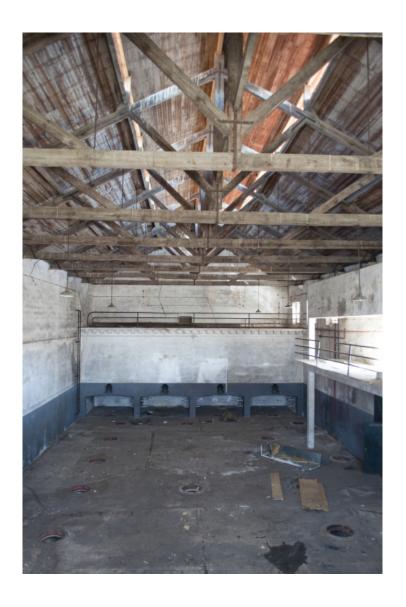
figura 412 - descarga da colheita no tegão registo da adega original

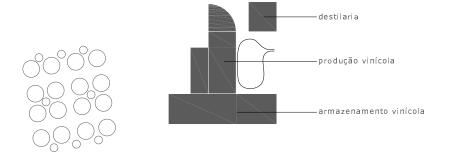












CARTAXO

armazém regulador JNV. primeira laboração em 1950.

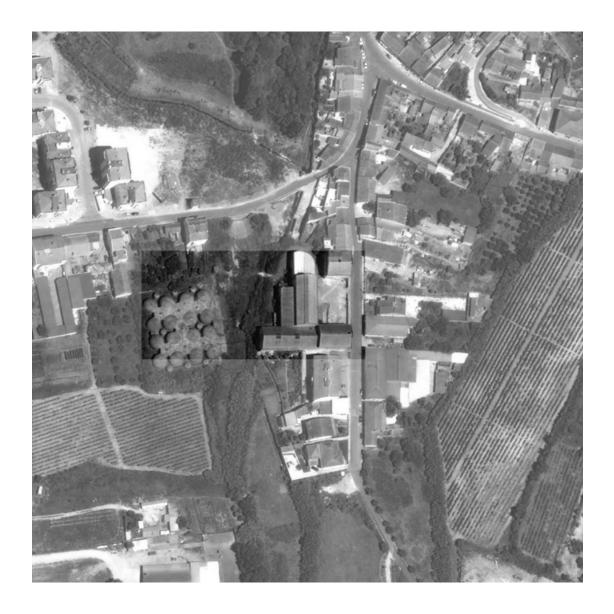


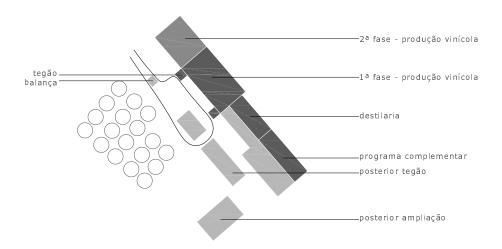
figura 419 ortofoto da implantação











CHAMUSCA

adega cooperativa. arquitectos josé bastos coelho e antónio ribeiro modesto. primeira laboração em 1958.



figura 425 ortofoto da implantação

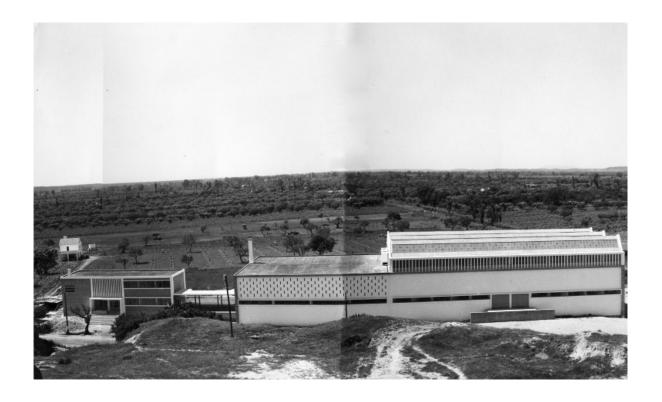












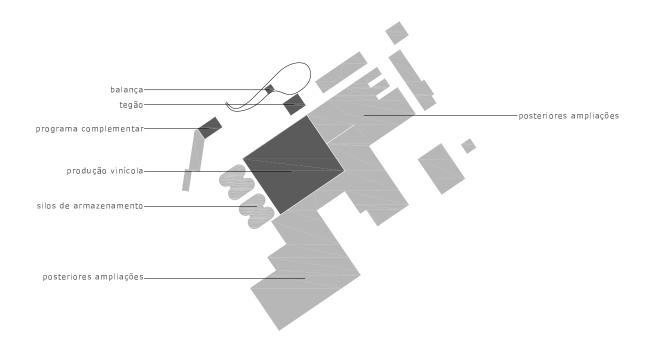






figura 434 - pormenor do vão de entrada do programa complementar registo actual (julho 2011)



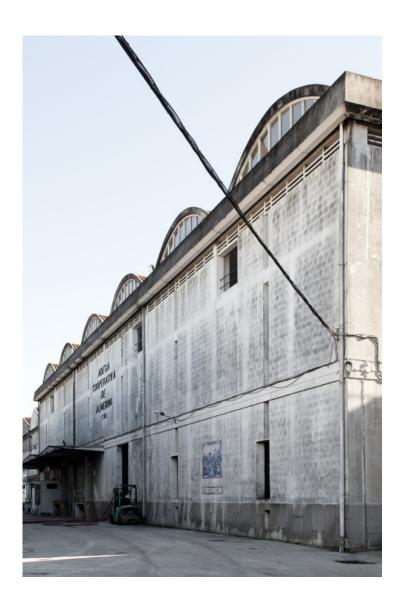


ALMEIRIM

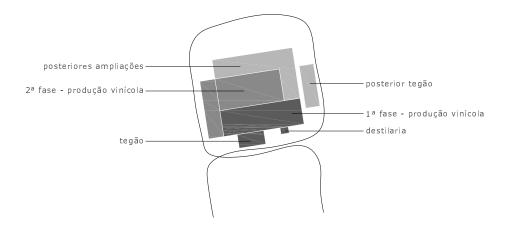
adega cooperativa. primeira laboração em 1960.



figura 437 ortofoto da implantação







VALE DO SORRAIA - CORUCHE

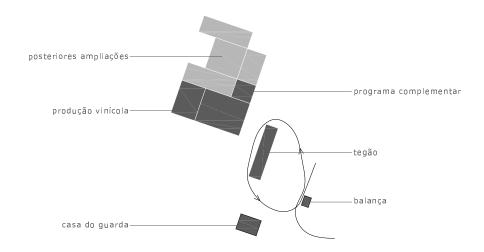
adega cooperativa. engº barrancos vieira. primeira laboração em 1961.



figura 441 ortofoto da implantação







ALCANHÕES

adega cooperativa. arquitecto francisco manuel gameiro. primeira laboração em 1962.



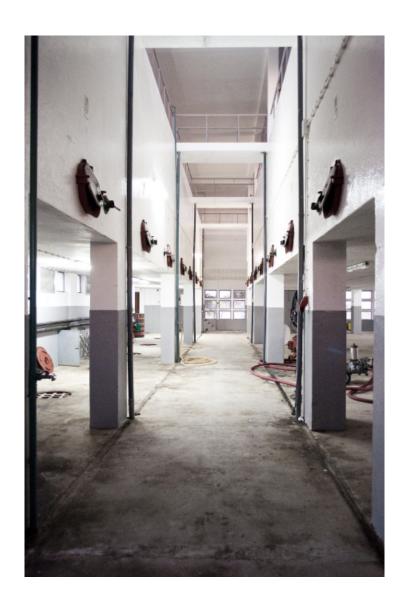
figura 445 ortofoto da implantação

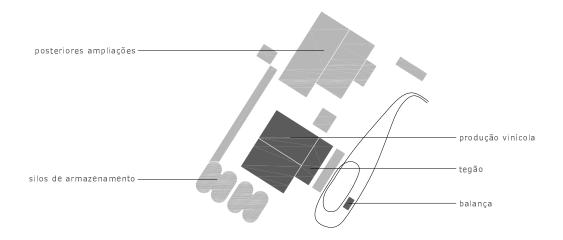






figura 448 - piso dos topos dos depósitos de fermentação registo actual (dezembro 2010)





BENFICA DO RIBATEJO

adega cooperativa. primeira laboração em 1964.



figura 451 ortofoto da implantação





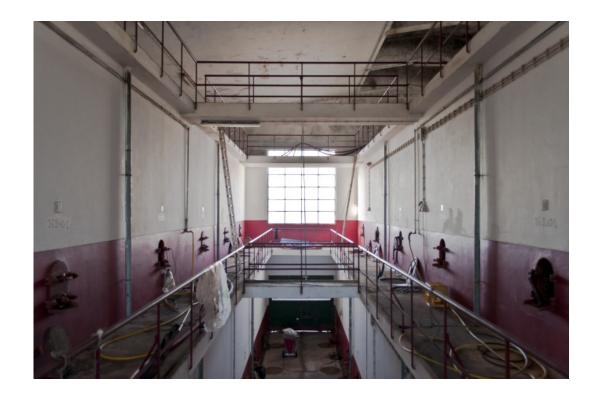
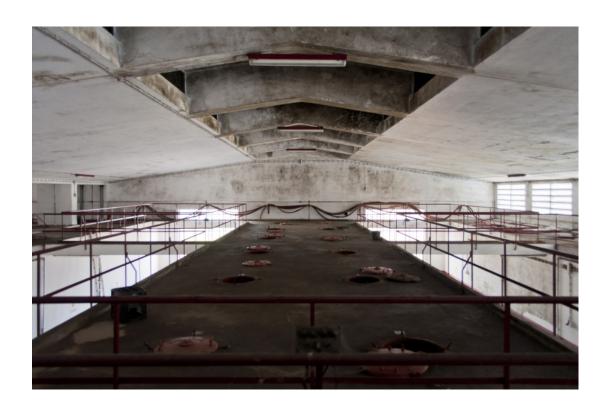
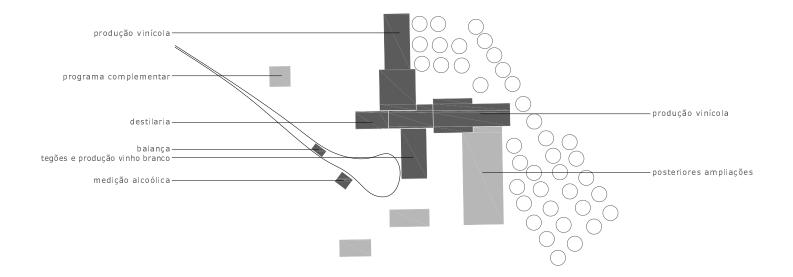


figura 454 - 2º nível dos depósitos de fermentação registo actual (dezembro 2010)





GOUXA

adega cooperativa JNV/JCI. primeira laboração em 1967.



figura 457 ortofoto da implantação



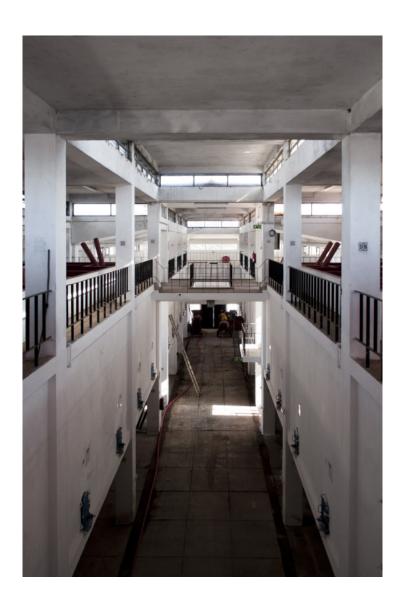


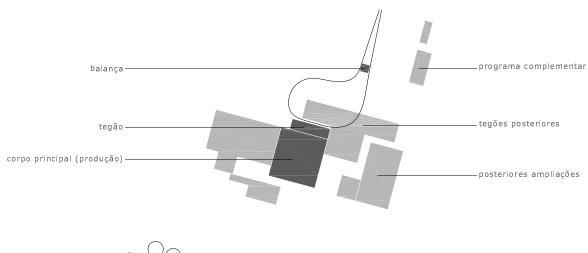


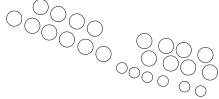




figura 462 - vista sudeste registo fotográfico actual (janeiro 2011)







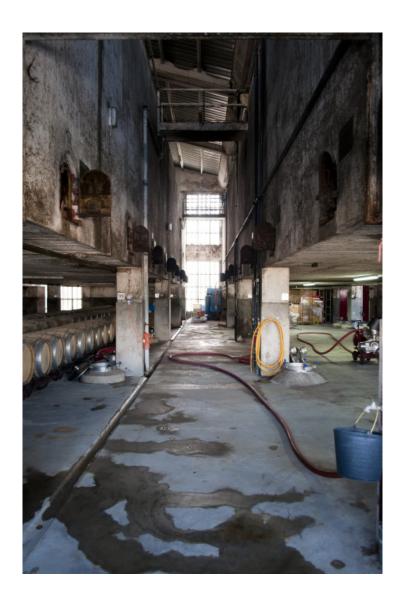
CARTAXO

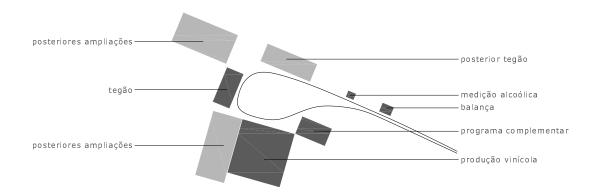
adega cooperativa. primeira laboração em 1974.



figura 465 ortofoto da implantação







ALPIARÇA

adega cooperativa. primeira laboração em 1975.

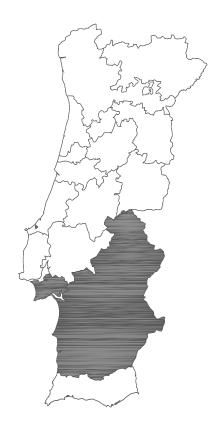


figura 469 ortofoto da implantação

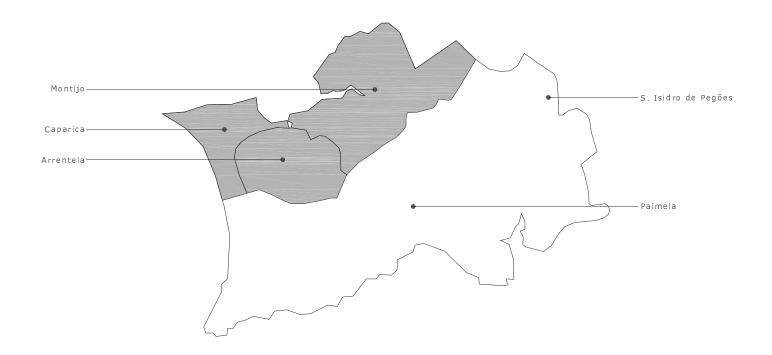


figura 470 - alçado principal da adega registo fotográfico actual (janeiro 2011)

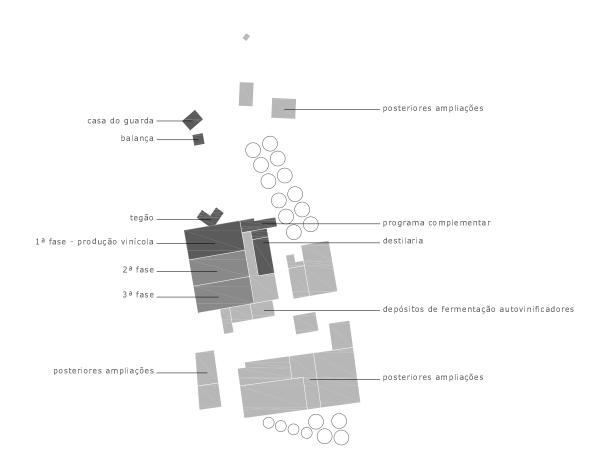




XII ZONA PENÍNSULA DE SETÚBAL







PALMELA

adega cooperativa. arquitecto antónio santos diniz. primeira laboração em 1955.









figura 479 - vista nordoeste registo fotográfico actual (janeiro 2011)

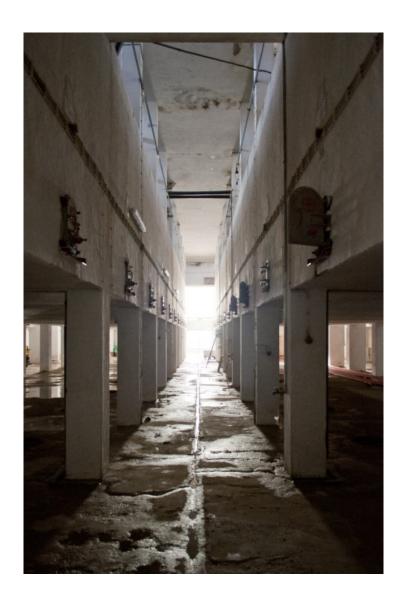
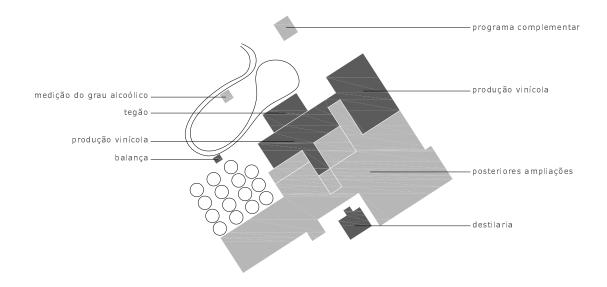




figura 481 - nível dos depósitos de fermentação registo fotográfico actual (janeiro 2011)





SANTO ISIDRO DE PEGÕES

adega cooperativa JNV/JCI. arquitecto vasco lobo. primeira laboração em 1958.

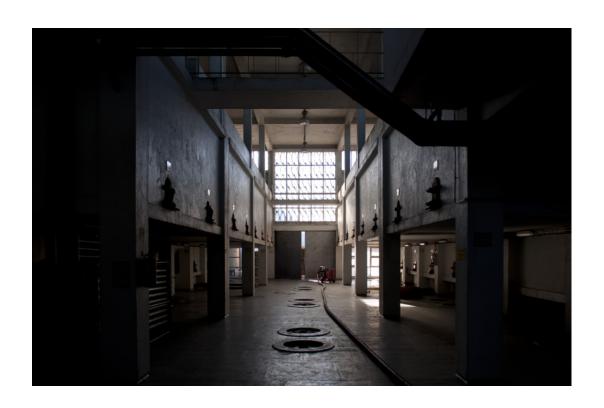


figura 484 ortofoto da implantação









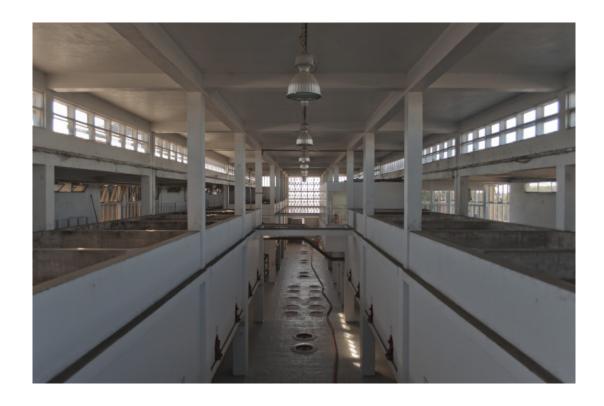
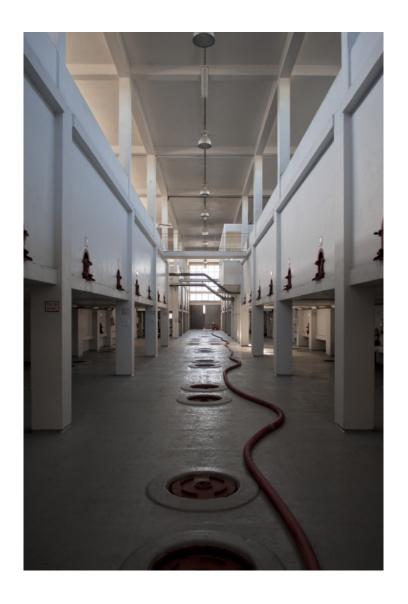


figura 489 - nível dos topos das ânforas registo fotográfico actual (janeiro 2011)



MONTIJO

adega cooperativa. primeira laboração em 1973. (extinta)

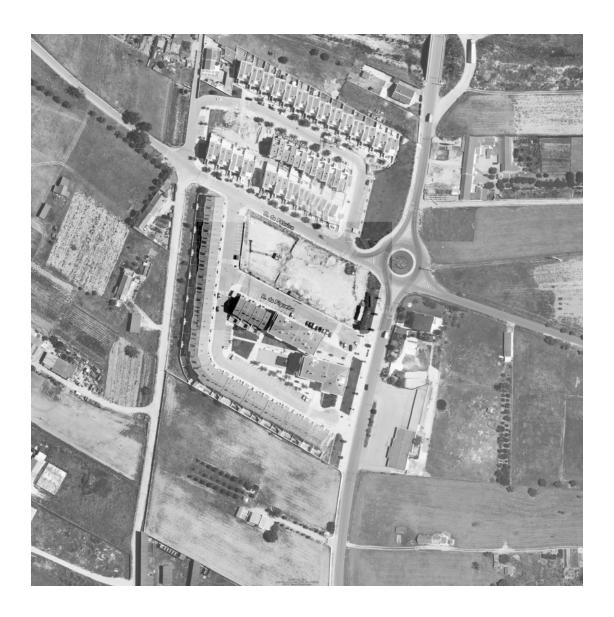


figura 492 ortofoto da implantação



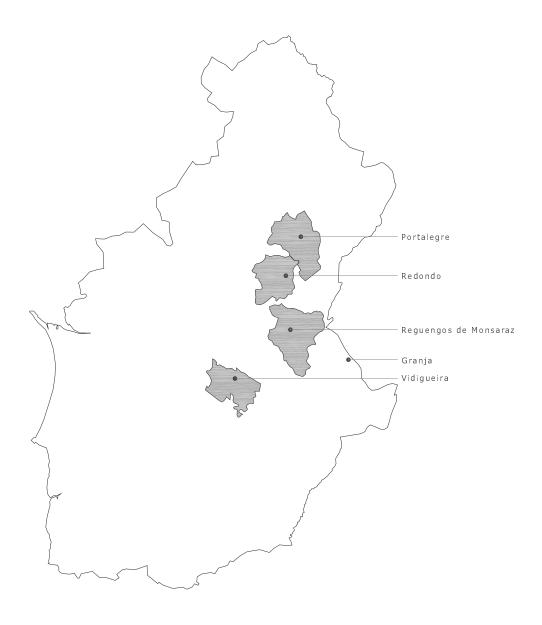


figura 494 - adegas concretizadas alentejo

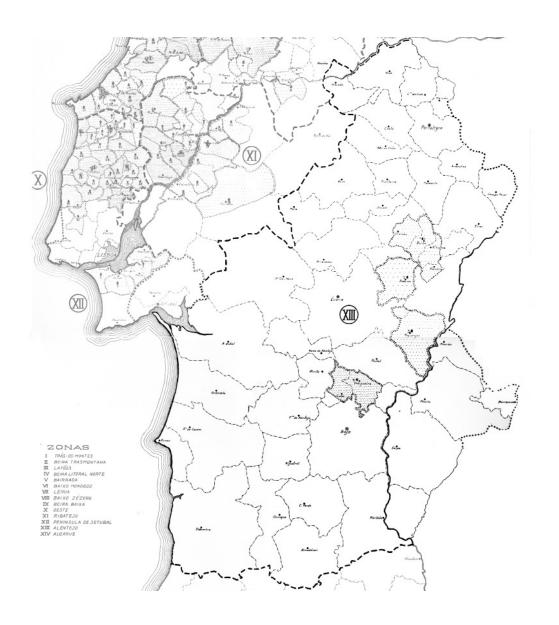
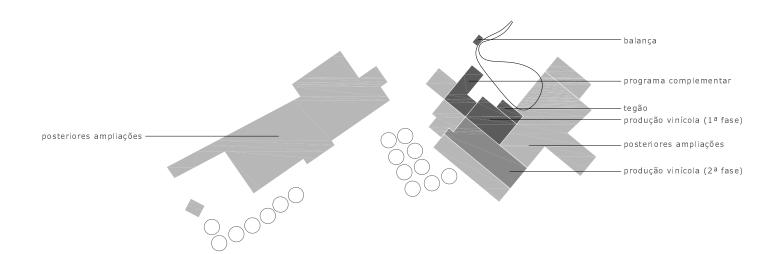


figura 495 - XIII zona representada na carta de conjunto alentejo



BORBA

adega cooperativa. primeira laboração em 1958.



figura 497 ortofoto da implantação





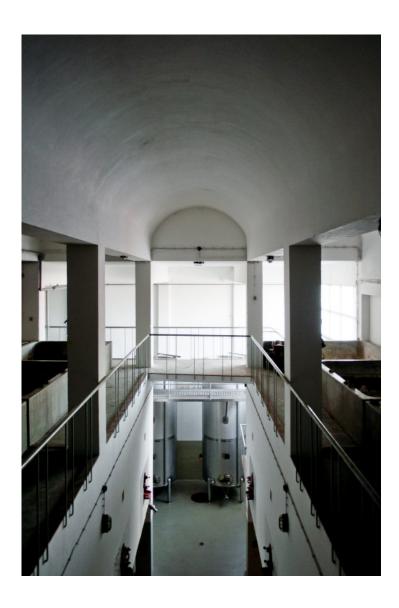
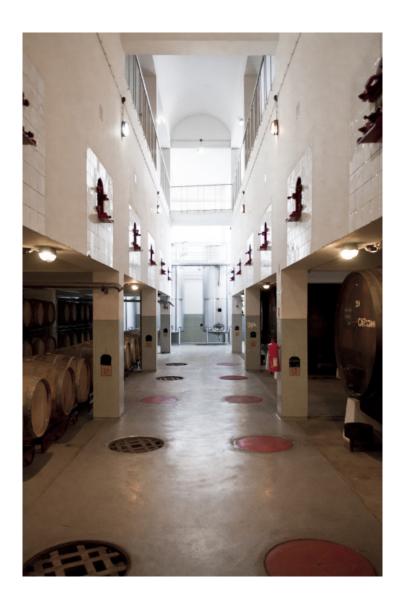
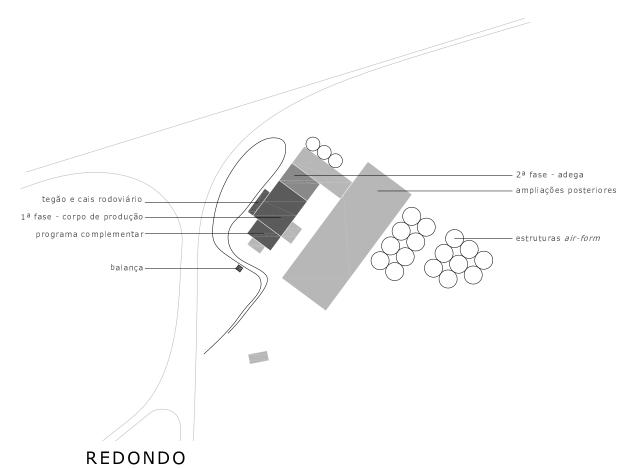


figura 500 - nível dos topos das ânforas argelinas registo fotográfico actual (fevereiro 2011)





adega cooperativa. arquitecto vasco leone. primeira laboração em 1960.

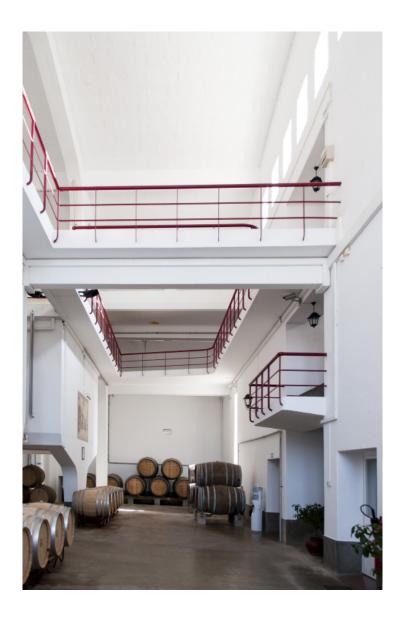


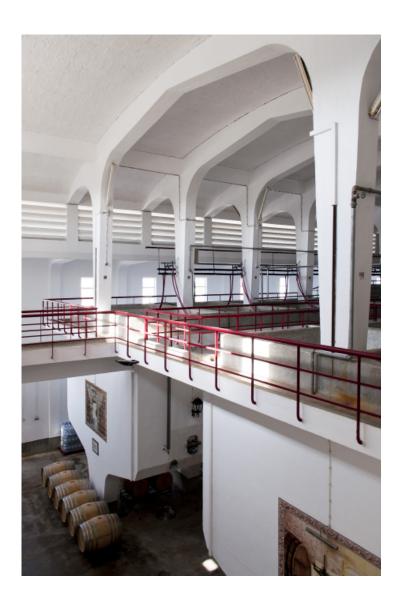
figura 503 ortofoto da implantação

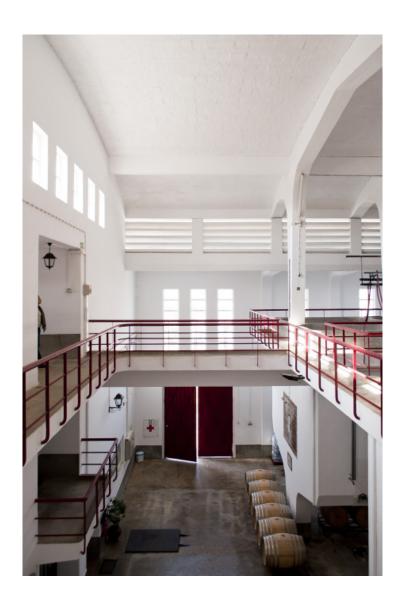












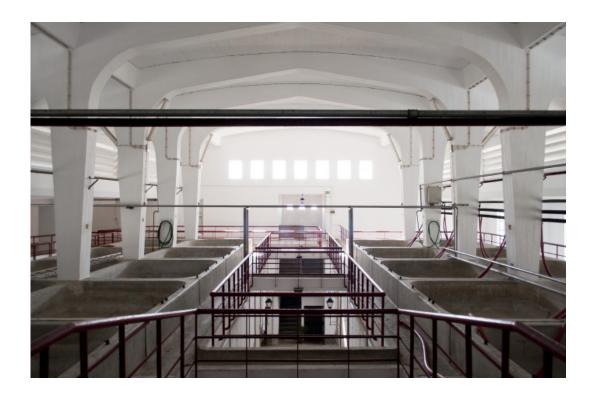
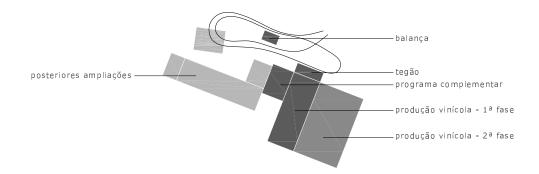


figura 510 - nível dos topos das ânforas argelinas registo fotográfico actual (fevereiro 2011)





PORTALEGRE

adega cooperativa. primeira laboração em 1962.



figura 513 ortofoto da implantação

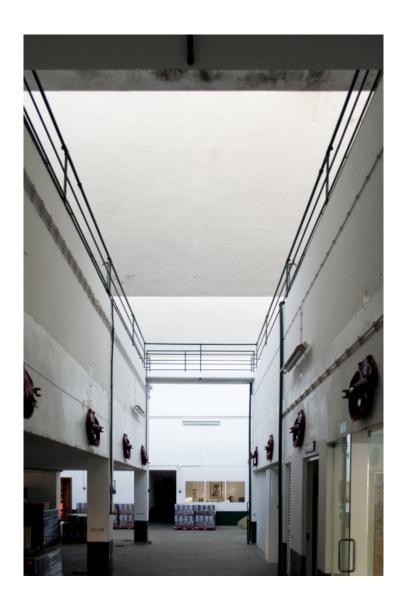


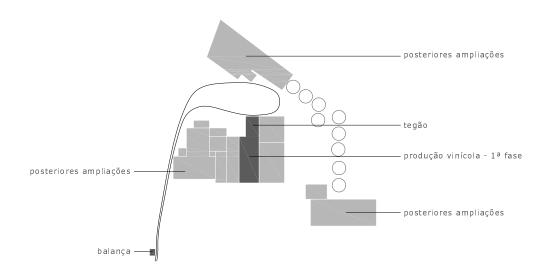












VIDIGUEIRA

adega cooperativa. primeira laboração em 1963.

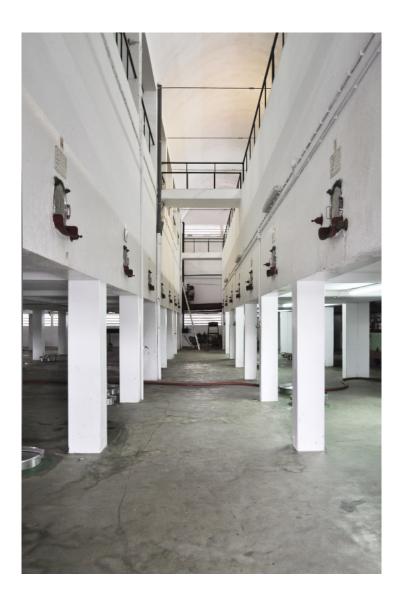


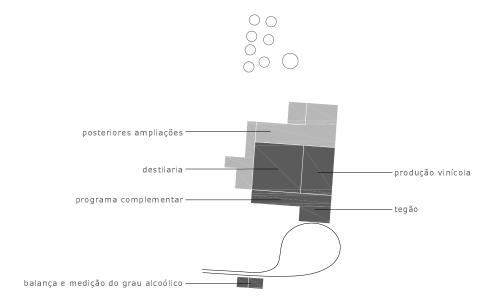
figura 521 ortofoto da implantação











GRANJA

adega cooperativa. arquitectos gomes da silva, octávio rego costa, leopoldo de almeida. primeira laboração em 1965.



figura 527 ortofoto da implantação











figura 532 - *air-form* de armazenamento registo actual (março 2011)





figura 534 - postigos dos depósitos de fermentação registo actual (março 2011)



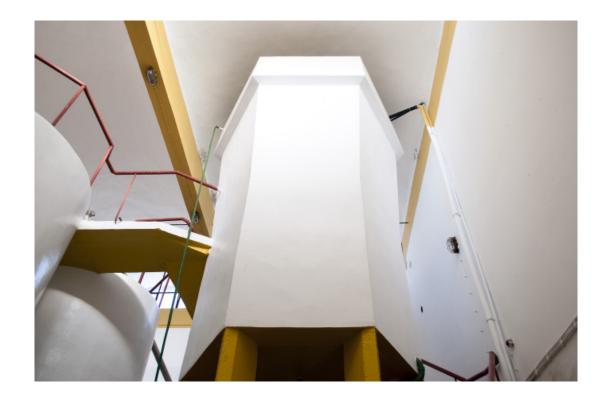
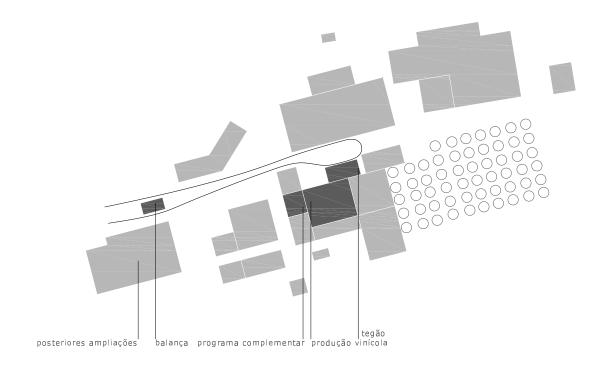




figura 537 - acesso ao topo dos depósitos aéreos de fermentação registo actual (março 2011)



REGUENGOS DE MONSARAZ

adega cooperativa. engenheiro humberto janes ramalho. primeira laboração em 1971.



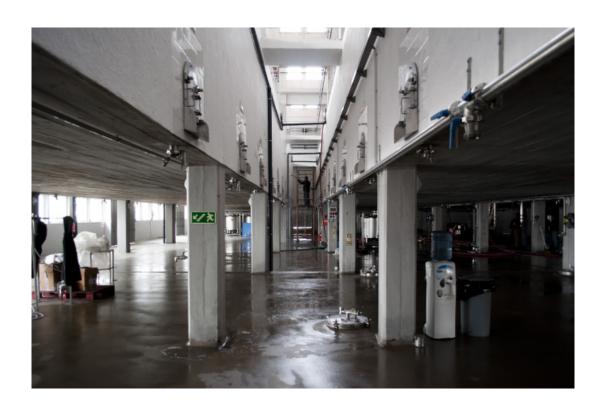
figura 539 ortofoto da implantação



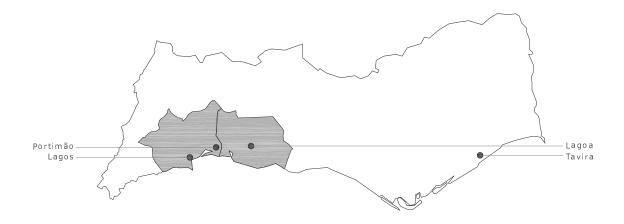




figura 542 - nível dos depósitos de fermentação registo actual (março 2011)

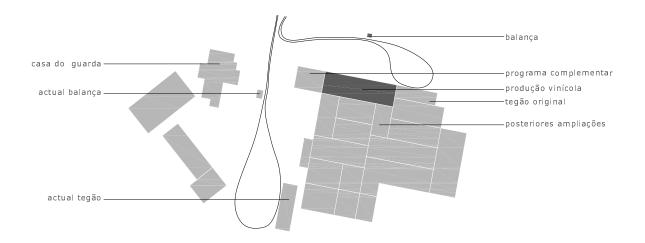








km 5 15



LAGOA

adega cooperativa. primeira laboração em 1948.

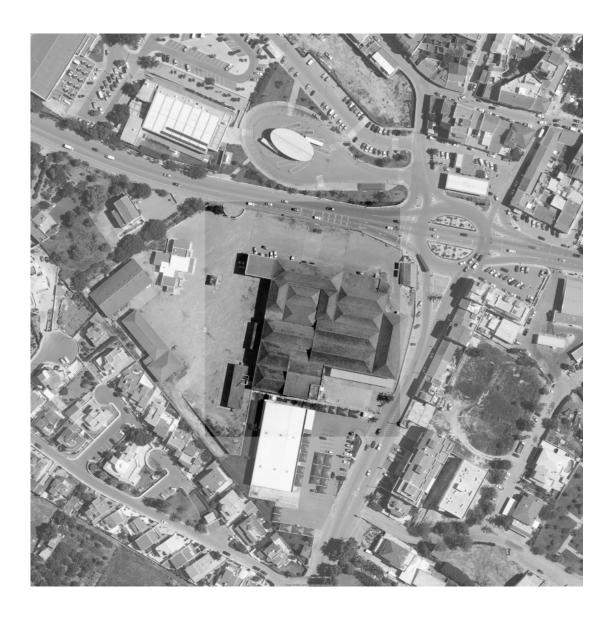


figura 548 ortofoto da implantação

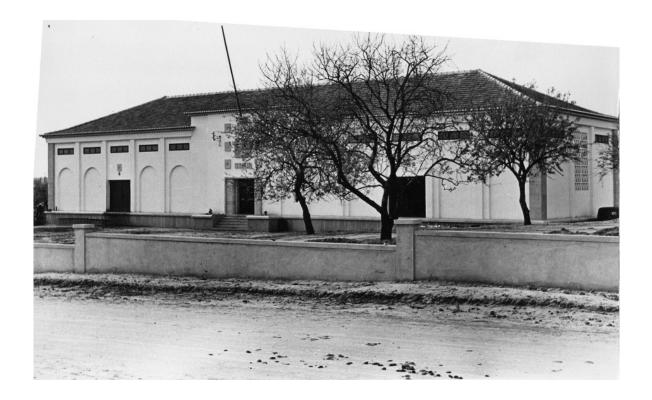






figura 551 - vista nordeste (pormenor do tegão original) registo antigo







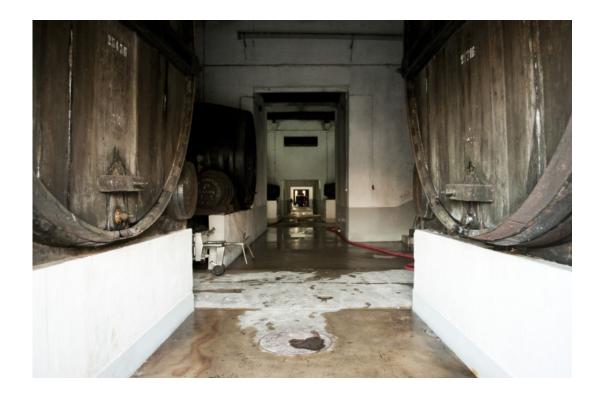
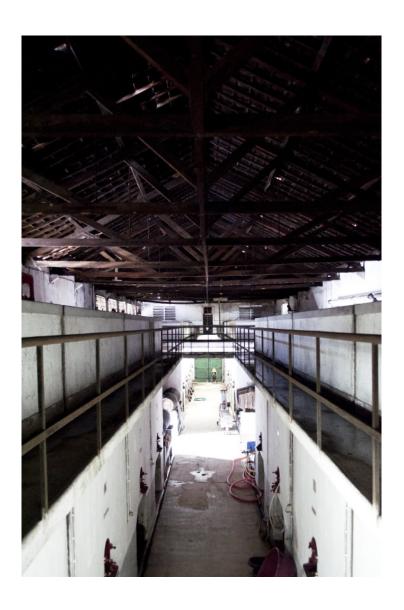
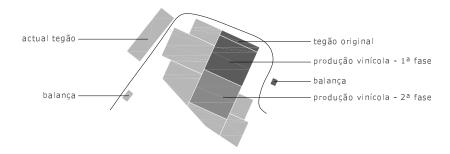


figura 555 - vão de entrada (pormenor dos tonéis) registo actual (dezembro 2010)





LAGOS

adega cooperativa. engenheiro fernando afonso vieira de campos. primeira laboração em 1947.



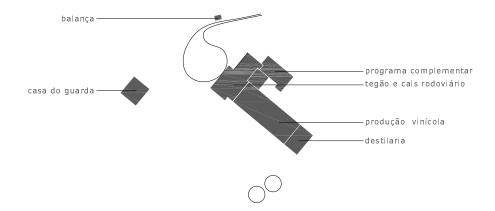
figura 558 ortofoto da implantação









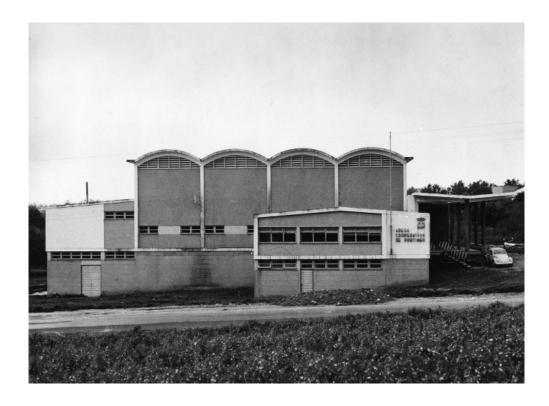


PORTIMÃO

adega cooperativa. arquitecto antónio vicente de castro. primeira laboração em 1961.



figura 564 ortofoto da implantação

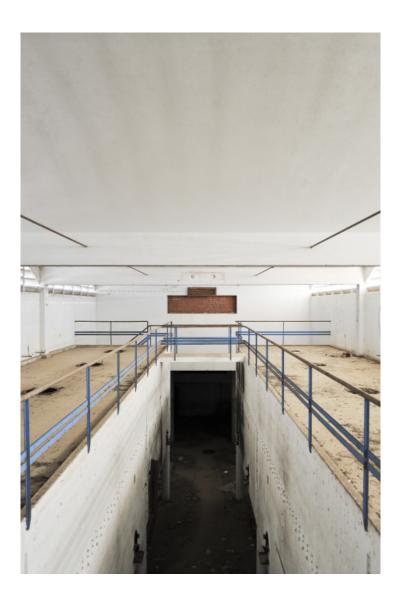


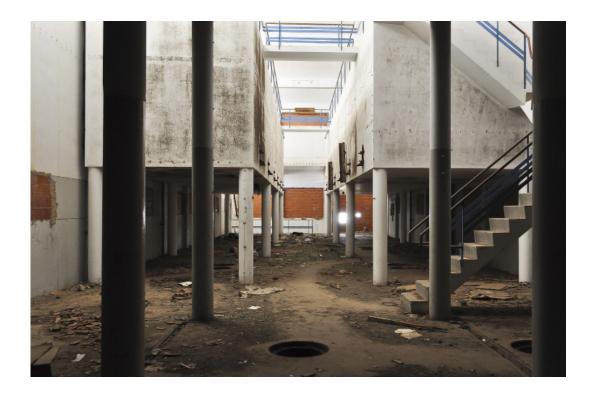




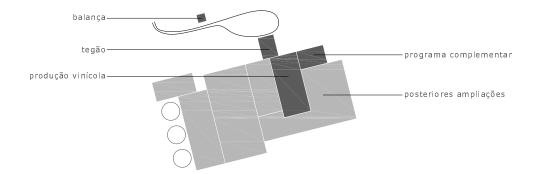












TAVIRA

adega cooperativa. engenheiro jorge morgado andré. primeira laboração em 1969.

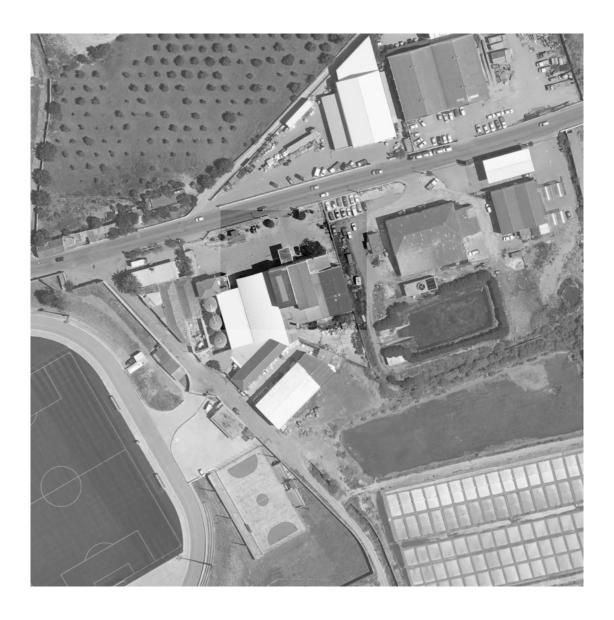
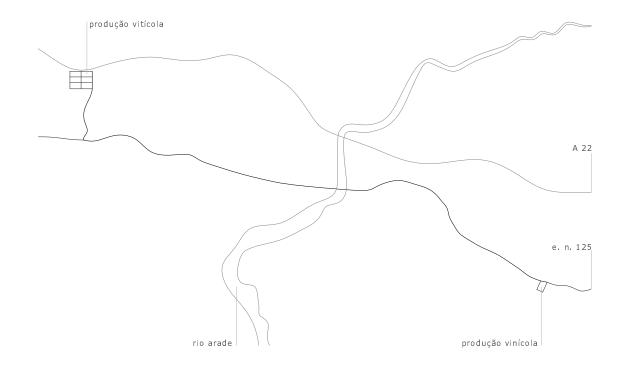


figura 574 ortofoto da implantação







VINDIMA E TRANSPORTE DA COLHEITA

herdade dos pimenteis - adega cooperativa de lagoa.

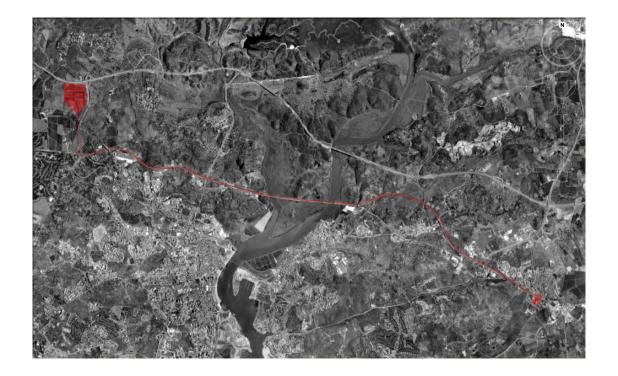












figura 583 registo actual (setembro 2010)







FONTES DAS FIGURAS

```
Figura 1-4 - Carta 12 in MIGUEL, Américo; OLIVEIRA, Rogério - Planificação de uma rede de adegas coopera-
tivas para a área da jurisdição da Junta Nacional do Vinho. Anais da Junta Nacional do Vinho. Lisboa: Publicação
da JNV, 1952.
Figura 5 - Autor.
Figura 6-11 - Carta 3 in MIGUEL, Américo; OLIVEIRA, Rogério - Op Cit.
Figura 12 - Autor.
Figura 13 - Ortofoto disponível em Google Earth Pro.
Figura 14-17 - DUQUE, Rosa [s.d.] - Arquivo fotográfico do IVV.
Figura 18-22 - Autor.
Figura 23 - Ortofoto disponível em Google Earth Pro.
Figura 24-26 - DUQUE, Rosa [s.d.] - Arquivo fotográfico do IVV.
Figura 27-33 - Autor.
Figura 34 - Ortofoto disponível em Google Earth Pro.
Figura 35-41 - Autor.
Figura 42 - Ortofoto disponível em Google Earth Pro.
Figura 43-47 - Autor.
Figura 48 - Ortofoto disponível em Google Earth Pro.
Figura 49-53 - Autor.
Figura 54 - Ortofoto disponível em Google Earth Pro.
Figura 55-59 - Autor.
Figura 60 - Ortofoto disponível em Google Earth Pro.
Figura 61, 62 - Autor.
Figura 63-68 - Carta 4 in MIGUEL, Américo; OLIVEIRA, Rogério - Op Cit.
Figura 69 - Autor.
Figura 70 - Ortofoto disponível em Google Earth Pro.
Figura 71, 72 - DUQUE, Rosa [s.d.] - Arquivo fotográfico do IVV.
Figura 73-75 - Autor.
Figura 76 - Ortofoto disponível em Google Earth Pro.
Figura 77-81 - Autor.
Figura 82 - Ortofoto disponível em Google Earth Pro.
Figura 83-85 - DUQUE, Rosa [s. d.] - Arquivo fotográfico do IVV.
Figura 86-89 - Autor.
Figura 90 - Ortofoto disponível em Google Earth Pro.
Figura 91-94 - Foto Neve [s. d.] - Arquivo fotográfico do IVV.
Figura 95-99 - Autor.
Figura 100 - Ortofoto disponível em Google Earth Pro.
Figura 101 - Reportagem [s. d.] - Arquivo fotográfico do IVV.
Figura 102-107 - Autor.
Figura 108 - Ortofoto disponível em Google Earth Pro.
```

Figura 109 - Reportagem [s. d.] - Arquivo fotográfico do IVV.

```
Figura 110-115 - Autor
Figura 116 - Ortofoto disponível em Google Earth Pro.
Figura 117-121 - Autor.
Figura 122 - Ortofoto disponível em Google Earth Pro.
Figura 123-125 - Autor.
Figura 126, 127 - Carta 12 in MIGUEL, Américo; OLIVEIRA, Rogério - Op Cit.
Figura 128 - Autor.
Figura 129 - Ortofoto disponível em Google Earth Pro.
Figura 130 - DUQUE, Rosa [s. d.] - Arquivo fotográfico do IVV.
Figura 131-133 - Autor.
Figura 134 - PASTOR, Artur [s. d.] - Arquivo fotográfico do IVV.
Figura 135, 136 - Autor.
Figura 137-142 - Carta 5 in MIGUEL, Américo; OLIVEIRA, Rogério - Op Cit.
Figura 143 - Autor.
Figura 144 - Ortofoto disponível em Google Earth Pro.
Figura 145-148 - DUQUE, Rosa [s. d.] - Arquivo fotográfico do IVV.
Figura 149-153 - Autor.
Figura 154-160 - Carta 6 in MIGUEL, Américo; OLIVEIRA, Rogério - Op Cit.
Figura 161 - Autor.
Figura 162 - Ortofoto disponível em Google Earth Pro.
Figura 163 - DUQUE, Rosa [s. d.] - Arquivo fotográfico do IVV.
Figura 164-167 - Autor.
Figura 168 - Ortofoto disponível em Google Earth Pro.
Figura 169, 170 - NOVAIS, Horácio [s. d.] - Arquivo fotográfico do IVV.
Figura 171 - DUQUE, Rosa [s. d.] - Arquivo fotográfico do IVV.
Figura 172 - NOVAIS, Horácio [s. d.] - Arquivo fotográfico do IVV.
Figura 173-177 - Autor.
Figura 178 - Ortofoto disponível em Google Earth Pro.
Figura 179, 180 - ASSIS, Francisco [s. d.] - Arquivo fotográfico do IVV.
Figura 181-187 - Autor.
Figura 188 - Ortofoto disponível em Google Earth Pro.
Figura 189 - Foto Ilda [s. d.] - Arquivo fotográfico do IVV.
Figura 190-193 - Autor.
Figura 194 - Ortofoto disponível em Google Earth Pro.
Figura 195-197 - Autor.
Figura 198 - Ortofoto disponível em Google Earth Pro.
Figura 199-203 - Autor.
Figura 204-209 - Carta 7 in MIGUEL, Américo; OLIVEIRA, Rogério - Op Cit.
Figura 210 - Autor.
Figura 211 - Ortofoto disponível em Google Earth Pro.
Figura 212, 213 - Reportagem [s. d.] - Arquivo fotográfico do IVV.
```

Figura 214-218 - Autor.

```
Figura 219-225 - Carta 8 in MIGUEL, Américo; OLIVEIRA, Rogério - Op Cit.
Figura 226 - Autor.
Figura 227 - Ortofoto disponível em Google Earth Pro.
Figura 228, 229 - DUQUE, Rosa [s. d.] - Arquivo fotográfico do IVV.
Figura 230 - Autor.
Figura 231 - Ortofoto disponível em Google Earth Pro.
Figura 232 - DUQUE, Rosa [s. d.] - Arquivo fotográfico do IVV.
Figura 233, 234 - Autor.
Figura 235 - Ortofoto disponível em Google Earth Pro.
Figura 236-240 - Autor.
Figura 241 - Ortofoto disponível em Google Earth Pro.
Figura 242, 243 - Autor.
Figura 244-249 - Carta 9 in MIGUEL, Américo; OLIVEIRA, Rogério - Op Cit.
Figura 250 - Autor.
Figura 251 - Ortofoto disponível em Google Earth Pro.
Figura 252, 253 - ASSIS, Francisco [s. d.] - Arquivo fotográfico do IVV.
Figura 254-258 - Autor.
Figura 259 - Ortofoto disponível em Google Earth Pro.
Figura 260-262 - Autor.
Figura 263, 264 - Carta 12 in MIGUEL, Américo; OLIVEIRA, Rogério - Op Cit.
Figura 265 - Autor.
Figura 266 - Ortofoto disponível em Google Earth Pro.
Figura 267-270 - DUQUE, Rosa [s. d.] - Arquivo fotográfico do IVV.
Figura 271-273 - Autor.
Figura 274 - Ortofoto disponível em Google Earth Pro.
Figura 275-277 - DUQUE, Rosa [s. d.] - Arquivo fotográfico do IVV.
Figura 278-285 - Autor.
Figura 286-292 - Carta 10 in MIGUEL, Américo; OLIVEIRA, Rogério - Op Cit.
Figura 293 - Autor.
Figura 294 - Ortofoto disponível em Google Earth Pro.
Figura 295, 296 - BRANCO, Castelo [s. d.] - Arquivo fotográfico do IVV.
Figura 297-300 - Autor.
Figura 301 - SOUSA, Teixeira de [s. d.] - Arquivo fotográfico do IVV.
Figura 302, 303 - Autor.
Figura 304 - Ortofoto disponível em Google Earth Pro.
Figura 305-307 - Autor.
Figura 308 - Ortofoto disponível em Google Earth Pro.
Figura 309, 310 - DUQUE, Rosa [s. d.] - Arquivo fotográfico do IVV.
Figura 311, 313 - Autor.
Figura 314 - Ortofoto disponível em Google Earth Pro.
Figura 315 - DUQUE, Rosa [s. d.] - Arquivo fotográfico do IVV.
```

Figura 316-319 - Autor.

```
Figura 320 - Ortofoto disponível em Google Earth Pro.
Figura 321 - Maquete [s. d.] - Arquivo fotográfico do IVV.
Figura 322, 323 - DUQUE, Rosa [s. d.] - Arquivo fotográfico do IVV.
Figura 324-331 - Autor.
Figura 332 - Ortofoto disponível em Google Earth Pro.
Figura 333, 334 - ASSIS, Francisco [s. d.] - Arquivo fotográfico do IVV.
Figura 335, 336 - Franco & Rebelo [s. d.] - Arquivo fotográfico do IVV.
Figura 337-341 - Autor.
Figura 342 - Ortofoto disponível em Google Earth Pro.
Figura 343 - SOUSA, Teixeira de [s. d.] - Arquivo fotográfico do IVV.
Figura 344 - DUQUE, Rosa [s. d.] - Arquivo fotográfico do IVV.
Figura 345, 346 - Autor.
Figura 347 - Ortofoto disponível em Google Earth Pro.
Figura 348 - ASSIS, Francisco [s. d.] - Arquivo fotográfico do IVV.
Figura 349 - NUNES, António [s. d.] - Arquivo fotográfico do IVV.
Figura 350, 351 - ASSIS, Francisco [s. d.] - Arquivo fotográfico do IVV.
Figura 352 - Autor.
Figura 353 - Ortofoto disponível em Google Earth Pro.
Figura 354, 355 - ASSIS, Francisco [s. d.] - Arquivo fotográfico do IVV.
Figura 356-360 - Autor.
Figura 361 - Ortofoto disponível em Google Earth Pro.
Figura 362-366 - Autor.
Figura 367 - Ortofoto disponível em Google Earth Pro.
Figura 368-372 - Autor.
Figura 373 - Ortofoto disponível em Google Earth Pro.
Figura 374-376 - Autor.
Figura 377 - Ortofoto disponível em Google Earth Pro.
Figura 378-380 - Autor.
Figura 381 - Ortofoto disponível em Google Earth Pro.
Figura 382-386 - Autor.
Figura 387 - Ortofoto disponível em Google Earth Pro.
Figura 388-391 - Autor.
Figura 392 - Ortofoto disponível em Google Earth Pro.
Figura 393-394 - Autor.
Figura 395 - Ortofoto disponível em Google Earth Pro.
Figura 396, 397 - Autor.
Figura 398 - Ortofoto disponível em Google Earth Pro.
Figura 399, 400 - Autor.
Figura 401-407 - Carta 11 in MIGUEL, Américo; OLIVEIRA, Rogério - Op Cit.
Figura 408 - Autor.
Figura 409 - Ortofoto disponível em Google Earth Pro.
```

Figura 410 - DUQUE, Rosa [s. d.] - Arquivo fotográfico do IVV.

```
Figura 411 - NOVAIS, Horácio [s. d.] - Arquivo fotográfico do IVV.
Figura 412, 413 - DUQUE, Rosa [s. d.] - Arquivo fotográfico do IVV.
Figura 414-418 - Autor.
Figura 419 - Ortofoto disponível em Google Earth Pro.
Figura 420 - DUQUE, Rosa [s. d.] - Arquivo fotográfico do IVV.
Figura 421-424 - Autor.
Figura 425 - Ortofoto disponível em Google Earth Pro.
Figura 426-429 - DUQUE, Rosa [s. d.] - Arquivo fotográfico do IVV.
Figura 430 - ASSIS, Francisco [s. d.] - Arquivo fotográfico do IVV.
Figura 431 - DUQUE, Rosa [s. d.] - Arquivo fotográfico do IVV.
Figura 432-436 - Autor.
Figura 437 - Ortofoto disponível em Google Earth Pro.
Figura 438-440 - Autor.
Figura 441 - Ortofoto disponível em Google Earth Pro.
Figura 442-444 - Autor.
Figura 445 - Ortofoto disponível em Google Earth Pro.
Figura 446 - NUNES, António [s. d.] - Arquivo fotográfico do IVV.
Figura 447-450 - Autor.
Figura 451 - Ortofoto disponível em Google Earth Pro.
Figura 452-456 - Autor.
Figura 457 - Ortofoto disponível em Google Earth Pro.
Figura 458 - ASSIS, Francisco [s. d.] - Arquivo fotográfico do IVV.
Figura 459-464 - Autor.
Figura 465 - Ortofoto disponível em Google Earth Pro.
Figura 466-468 - Autor.
Figura 469 - Ortofoto disponível em Google Earth Pro.
Figura 470-472 - Autor.
Figura 473, 474 - Carta 12 in MIGUEL, Américo; OLIVEIRA, Rogério - Op Cit.
Figura 475 - Autor.
Figura 476 - Ortofoto disponível em Google Earth Pro.
Figura 477, 478 - DUQUE, Rosa [s. d.] - Arquivo fotográfico do IVV.
Figura 479-483 - Autor.
Figura 484 - Ortofoto disponível em Google Earth Pro.
Figura 485-490 - Autor.
Figura 492 - Ortofoto disponível em Google Earth Pro.
Figura 493 - Autor.
Figura 494, 495 - Carta 12 in MIGUEL, Américo; OLIVEIRA, Rogério - Op Cit.
Figura 496 - Autor.
Figura 497 - Ortofoto disponível em Google Earth Pro.
Figura 498 - DUQUE, Rosa [s. d.] - Arquivo fotográfico do IVV.
```

Figura 499-502 Autor.

Figura 503 - Ortofoto disponível em Google Earth Pro.

```
Figura 504 - ASSIS, Francisco [s. d.] - Arquivo fotográfico do IVV.
Figura 505-512 - Autor.
Figura 513 - Ortofoto disponível em Google Earth Pro.
Figura 514 - ASSIS, Francisco [s. d.] - Arquivo fotográfico do IVV.
Figura 515-520 - Autor.
Figura 521 - Ortofoto disponível em Google Earth Pro.
Figura 522 - Reportagem [s. d.] - Arquivo fotográfico do IVV.
Figura 523-526 - Autor.
Figura 527 - Ortofoto disponível em Google Earth Pro.
Figura 528 - ASSIS, Francisco [s. d.] - Arquivo fotográfico do IVV.
Figura 529-538 - Autor.
Figura 539 - Ortofoto disponível em Google Earth Pro.
Figura 540-544 - Autor.
Figura 545, 546 - Carta 12 in MIGUEL, Américo; OLIVEIRA, Rogério - Op Cit.
Figura 547 - Autor.
Figura 548 - Ortofoto disponível em Google Earth Pro.
Figura 549 - SOUSA, Teixeira de [s. d.] - Arquivo fotográfico do IVV.
Figura 550-552 - DUQUE, Rosa [s. d.] - Arquivo fotográfico do IVV.
Figura 553-557 - Autor.
Figura 558 - Ortofoto disponível em Google Earth Pro.
Figura 559, 560 - DUQUE, Rosa [s. d.] - Arquivo fotográfico do IVV.
Figura 561-563 - Autor.
Figura 564 - Ortofoto disponível em Google Earth Pro.
Figura 565 - Sem autor.
Figura 566-573 - Autor.
Figura 574 - Ortofoto disponível em Google Earth Pro.
Figura 575 - Reportagem [s. d.] - Arquivo fotográfico do IVV.
Figura 576, 577 - Autor.
Figura 578 - Ortofoto disponível em Google Earth Pro.
Figura 579-586 - Autor.
```

anexos

I ZONA - TRÁS-OS-MONTES

Caracterização 1

É constituída pelos distritos de Vila Real e Bragança, com excepção dos concelhos, freguesias e ainda alguns prédios rústicos que fazem parte das Regiões Duriense e dos Vinhos Verdes.

A sua delimitação segue naturalmente pela fronteira com Espanha e pelas linhas de demarcação daquelas duas regiões.

O carácter legal destas linhas de demarcação obedeceu a determinantes ecológicas, como não podia deixar de ser, de modo a traduzirem o conceito de especialização e de tipicidade enológicas a que as condições ambientes lhes dão jus.

Onde confina com a Região dos Vinhos Verdes, a linha divisória coincide com a grande barreira natural, formada pelas cumeeira dos maciços Gerês – Barroso, cortando o vale do Tâmega na extrema do concelho de Ribeira de Pena, inflectindo depois acentuadamente para seguir o sinuoso recorte das cumeadas do Marão. É esta linha que divide o Minho de Trás-os-Montes.

A influência do relevo divisório nos agentes meteorológicos é tão profunda, particularmente no que respeita à queda pluviométrica, que a distinção entre as duas regiões é flagrante. Esta divisão é, pode afirmar-se, unanimemente aceite pelos geógrafos que lhe têm dedicado atenção. Para oeste ficam as terras onde a queda pluviométrica é normalmente superior aos 1.000 mm. Para este, na definição da zona de que se está tratando, as chuvas geralmente situam-se entre as isoiéticas dos 600 e dos 1.000 mm e em outros locais, nomeadamente na cova de Mirandela, não ultrapassam os 600 mm.

Para sul, a linha de contacto com o Douro é determinada, mais ou menos, por um lado, pela grande mole de xistos câmbricos (símbolo Cb2 da Carta Geológica de Portugal) que imprime a principal expressão geológica à Região Duriense, e por outro pelos factores climáticos que dão ao vale do Douro características mediterrânicas ou sub – mediterrânicas, traduzidas na expressão feliz de «terra quente» que muita querela tem suscitado em torno da demarcação daquela região produtora de vinhos generosos. Aqui a queda pluviométrica é quase sempre inferior a 600mm.

Vê-se, assim, que a Zona Transmontana se limita por linhas geográficas de contacto com regiões climáticamente muito díspares. Sabendo-se da influencia que os factores climáticos podem ter sobre as características dos vinhos, é fácil de supor que os desta zona nem atinjam o elevado teor sacarino dos da região típica que a limita a sul, nem o verdor e baixo grau alcoólico que caracterizam os vinhos da região húmida que a limita a oeste. Constitui, assim, uma zona ecologicamente diferente de todo o mundo vinícola que a rodeia e fisicamente separada do resto da área da jurisdição da JNV.

Esta zona, de feição planáltica, onde dominam os xistos pré-câmbricos e arcaicos e os afloramentos graníticos é, no entanto, recortada por certos núcleos orográficos que sobressaem do âmbito hipsométrico que a caracteriza (400 a 800 metros). Estas elevações têm influência meteorológica puramente local e pouco ou nada alteram o determinismo climático do conjunto, provocado pelo grande macico que limita a zona por oeste.

A intensa rede hidrográfica, formada pelos principais afluentes e subafluentes do Douro, concorre de maneira marcada para a localização dos vinhedos, que mostram preferência pelas encostas que limitam os vales dessas linhas de água e beneficiam da sua frescura.

A zona, na sua generalidade, é servida por uma rede de estradas transitáveis por veículos automóveis que, apesar de não muito densa, possibilitará, contudo, o intercambio entre as diversas adegas, o transporte de vinhos para os centros consumidores e o acesso dos produtos secundários aos centros cooperativos de aproveitamento onde possam ser manufacturados; apenas o núcleo vinhateiro de Mirando do Douro – Mogadouro, fica, neste aspecto, relativamente isolado da parte restante da zona, já pela sua posição deslocada, já por a rede de estradas que o serve ser menos densa e de má qualidade.

As culturas que revestem maior importância no ambiente económico-social desta zona são, fundamentalmente as florestais, a tritícola e a centeeira, atingindo a pecuária também certo relevo.

A produção de batata, particularmente de semente, é também factor de grande interesse na economia agrária de certos locais da zona. A vinha não constitui cultura dominante, revestindo antes carácter subsidiário, salvo em raras excepções – Ribeira da Oura, Rebordelo, parte dos concelhos de Miranda do Douro e de Valpaços – onde ocupa lugar de destaque. Os vinhos produzidos são, na quase totalidade, tintos, de uma maneira geral abertos, e com a graduação alcoólica oscilando entre 10 e 12 graus. Podem salientar-

¹ Transcrição de "Planificação de uma rede de adegas", Anais da Junta Nacional do Vinho 1952, p. 166-170. -se, neste tipo, os importantes núcleos de Chaves (Alto Tâmega), que só por si preenche cerca de 30% da produção total da zona (Quadro XII), e de Vila Real.

Registam-se, contudo, algumas excepções: em parte dos concelhos de Valpaços e Miranda do Douro os vinhos são mais alcoólicos e mais carregados; e nos vinhedos localizados em regiões de maior altitude (Boticas, Carrazede, etc.) os vinhos tendem para o tipo verde, bastante apreciado pelos habitantes locais.

A produção é, em grande parte, consumida na própria zona. O Porto é dos centros consumidores externos o mais importante. O tratamento das vinhas pode-se considerar regular. A vinificação, salvo raras excepções, é defeituosa, geralmente por ignorância, conduzindo consequentemente a vinhos com fraco poder de conservação. É realizada pelo próprio vinicultor em instalações deficientes. Em parte dos concelhos de Miranda do Douro e Mogadouro (freguesias de Sendim, Atenor, Urros, Bemposta, Travanca, Tó, e outras), contudo, as uvas produzidas são, na quase totalidade, exploradas por um reduzido número de adegas industriais. A produção, como se pode observar pelo Quadro XIII, encontra-se muito distribuída pela pequena viticultura. De tudo que se disse, facilmente se conclui que esta zona, pelo que beneficiaria sob os pontos de vista económico e social, constitui campo adequado para a instalação de adegas cooperativas.

Rede de adegas²

Como se disse, a vinha não constitui cultura dominante nesta zona, assumindo antes carácter subsidiário e encontrando-se mais ou menos dispersa.

Com excepção das freguesias que se localizam na serra, todas as outras apresentam alguma produção, mas em quantidades tão pequenas que só algumas vezes se consegue encontrar uma área económica de influência com produção bastante para permitir a instalação de uma adega, dentro dos critérios estabelecidos. Nestas condições, as áreas de influência tendem a tomar as maiores extensões compatíveis com as distâncias máximas admitidas para a área da JNV, ao contrário do que sucede em certas zonas de grande densidade cultural, em que a principal preocupação é a de não exceder os potenciais compatíveis com a instalação de adegas tecnicamente eficientes.

Assim, nesta Zona I, em virtude da fraca produção de todas as freguesias, ao delimitar a área de influência das adegas a primeira preocupação foi a de não exceder as distancias tida como económicas. É de prever que, nos estudos de pormenor a realizar antes da instalação de cada adega, aquelas áreas de influência sofram rectificações para melhor adaptação às condições da económica local, mormente no que respeita ao custo do transporte; porem, o facto em pouco afectará os potenciais previstos, pois as modificações que houverem de ser feitas por força incidirão nas freguesias mais distantes, as quais, em regra, em pouco contribuem para aquele potencial, em resultado do critério de restrição condicionado pela distancia.

A não ser nas freguesias mais próximas do local da adega, onde o produtor poderá utilizar veículo próprio, o transporte adoptado deve ser motorizado – tractor ou camioneta. Por isso, ao escolher as vias de acesso, tendo em conta a interferência que possam ter na delimitação das áreas de influência, pensou-se mais no seu estado de conservação e nas possibilidades de trânsito oferecidas a veículos motorizados do que propriamente no seu perfil, factor este que deve imperar quando predomina a tracção animal.

As áreas de influência com potenciais para a instalação de adegas dispersam-se pela zona sem aquela continuidade que caracteriza as zonas de grande densidade de produção. Normalmente, estendem-se ao longo das bacias das principais linhas de água. Tentou-se, por vezes, generalizar a fórmula cooperativista a certos locais que não dispunham de potencial inicial suficiente para a instalação de uma adega, por meio da criação de postos de recepção; porém, as vinhas capazes de fornecer produção suficiente para esse efeito encontravam-se tão dispersos que se tornava impossível tomar em consideração um factor de primordial importância – a concentração de produção – circunstância esta que não permitiu que se enveredasse por esta solução, ficando, portanto, tais locais fora do âmbito cooperativo.

É, porém, de admitir que, em época ulterior, de maior expansão cooperativista, se torne possível instalar adegas nalguns locais, hoje sem potencial bastante e com produção tão dispersa que sejam inviáveis os postos de recepção, mas cujos potenciais previstos para as fases subsequentes excedam as 500 pipas. A hipótese pode ser aplicável a Murça – Alijó, Reboredo (concelho de Vinhais) e Mirandela. Nesta zona são máximas as possibilidades de os limites das áreas de influência de todas as adegas coincidirem com os de circunscricões administrativas.

² Transcrição de "Planificação de uma rede de adegas", Anais da Junta Nacional do Vinho 1952, p. 274-279.

II ZONA - BEIRA TRANSMONTANA

Caracterização³

constituem o limite sul.

A delimitação desta zona coincide quase exactamente com a divisão regional de Amorim Girão, donde foi tirado o nome de Beira Transmontana. Orlando Ribeiro, na sua carta de divisões geográficas, para a delimitação da região 9, segue, mais ou menos, o mesmo contorno. A nomenclatura escolhida faz nascer a suspeita de qualquer identidade com a zona de Trás-os-Montes anteriormente descrita. Acerca do assunto escreve Orlando Ribeiro:

«Os planaltos e montanhas de um e de outro lado do Douro são em tudo semelhantes. Separa-os a vigorosa entalhadura aberta pelo rio e prolongada nos seus afluentes por bacias de abatimento».

Amorim Girão confirma: ... «reflectindo em que, embora não constitua propriamente o prolongamento de Trás-os-Montes, ela faz todavia «pendant» ao sul do Douro com essa região, reproduzindo os seus caracteres climáticos de maneira bem acentuada».

Ao norte, o limite da zona é estabelecido pela linha de contacto com a região Duriense, onde os xistos câmbricos e as características da «terra quente» tomam vulto. A este, a fronteira com Espanha impõe o limite; a oeste constitui-se a delimitação pela linha de contacto com a região demarcada do Dão, pela extrema do concelho de Manteigas, incluindo já noutra zona, e pelas extremas dos concelhos de Tarouca e Vila Nova de Paiva que, conforme se pode ver pelo Quadro XV, fazem parte desta zona. Sob o ponto de vista geográfico, rigorosamente, neste ponto o limite deveria passar pela cumeada da Serra de Leomil; porém, para que, enologicamente, não fosse afectada a região vinícola de Lafões, resolveu-se levar o limite mais para ocidente e incluir o ultimo concelho que se referiu.

Os contrafortes da Serra da Estrela, formando pronunciado prolongamento que passa ao sul de Sabugal e acaba na Serra da Malcata.

Geograficamente, esta zona fica, portanto, perfeitamente definida. O intervalo hipsométrico de 400 a 800 metros, quase totalmente formado por terrenos graníticos, predomina na expressão planáltica da zona. É neste intervalo hipsométrico, em que as chuvas por vezes são escassas, que a vinha assume maior importância, principalmente nas encostas que limitam os vales das linhas de água que mais ou menos abundantemente irrigam a região.

A rede de estradas pode considerar-se razoável quanto à densidade, uma vez que todas as freguesias estão ligadas por estradas nacionais e camarárias às respectivas sedes de concelho.

As culturas que revestem maior importância na economia da região são: o centeio, pela grande área que ocupa e pelo que representa como base de alimentação local, a batata, a castanha, o olival e, na parte serrana, a pecuária (ovinos). O trigo, no planalto ligado à fronteira, alcança também certa importância. A vinha, conquanto não domine no ambiente geral da zona, assume, todavia, papel de preponderância nos concelhos de Pinhel e parte de Figueira de Castelo Rodrigo e possivelmente nos de Tarouca e Moimenta da Beira. Enologicamente a zona fica perfeitamente definida, porquanto:

- nas linhas de contacto com as regiões Duriense e do Dão tem de haver distinção enológica de facto ou de direito;
- a Serra de Leomil separa desta zona a região dos vinhos de Lafões, de tipicidade sui-generis;
- ao sul, além da linha de elevações referida, barreira enológica natural, uma solução de continuidade da cultura separa esta zona vitícola da que mais adiante se definirá.

Podem considerar-se nesta zona, em que os vinhos são quase na totalidade tintos, três subzonas enológicas diferentes.

A do Alto Côa, englobando os concelhos de Sabugal e parte da Guarda, em que os vinhos produzidos são incaracterísticos.

A do Baixo Côa, comportando cerca de 50% da produção total da zona, e de que fazem parte os concelhos de Pinhel, Trancoso, Almeida e parte de Figueira de Castelo Rodrigo e de Meda. Os vinhos são de tipo palhete, muito bem apaladados, aproximando-se dos da Região Demarcada do Dão. Os do concelho de Figueira de Castelo Rodrigo são um pouco diferentes do tipo pela localização de grande parte dos vinhedos em terrenos de xisto, quando os da restante subzona assentam em solos graníticos.

A terceira subzona é definida pela faixa encravada entre a região Duriense e o Dão, produtora de vinhos pouco alcoólicos, por vezes de boa qualidade, como os de Lamego e Armamar, mas que a heterogeneidade orográfica não deixa de imprimir uniformidade.

A vinificação, em toda a zona, de maneira geral é defeituosa por ignorância e, nalguns raros casos, por fraude. Os vinhedos são geralmente bem tratados. Os vinhos, na sua quase totalidade, são consumidos na zona, saindo contudo alguns, principalmente para Lisboa e Porto, estes provenientes quase sempre da subzona do Baixo Côa. Para isso a adega cooperativa instalada em Pinhel tem contribuído grandemente.

Toda a zona mostra um ambiente pró-cooperativista, conforme atestam algumas solicitações para instalação de adegas cooperativas, tais como em Tarouca, Cótimos-Valdujo, Figueira de Castelo Rodrigo e Moimenta da Beira.

Pelo Quadro XVI verifica-se que a produção total está bastante distribuída o que, relativamente, eleva bastante os potenciais que podem interessar ao cooperativismo – Quadro XVII.

Rede de adegas⁴

Os critérios que presidiram à localização das adegas e à demarcação das respectivas áreas de influencia nesta zona são idênticos aos adoptados para a Zona I, dadas a identidade de caracteres físicos e as semelhanças na distribuição da produção, conquanto sejam de certo modo dispares os potenciais que interessam ao cooperativismo em cada uma das zonas.

³ Transcrição de "Planificação de uma rede de adegas", Anais da Junta Nacional do Vinho 1952, p. 170-175.

⁴ Transcrição de "Planificação de uma rede de adegas", Anais da Junta Nacional do Vinho 1952, p. 279-283.

III ZONA - LAFÕES

Caracterização⁵

⁵ Transcrição de "Planificação de uma rede de adegas", Anais da Junta Nacional do Vinho 1952, p. 175-178. Constitui uma zona produtora de vinhos especiais encravada entre as regiões demarcadas dos Vinhos Verdes e do Dão.

Compõem-na tradicionalmente os concelhos de S. Pedro do Sul, Vouzela, Oliveira de Frades, as freguesias de Lordosa, Bodiosa, Calde, Campo e Ribafeita do Concelho de Viseu, Alva e Gafanhão, do concelho de Castro Daire e Cedrim e Couto de Esteves do concelho de Sever do Vouga; porem, a tendência actual é para incluir nela todo o concelho de Castro Daire e Cedrim e Couto de Esteves do concelho de Sever do Vouga; porém, a tendência actual é para incluir nela todo o concelho de Castro Daire, o que já é seguido no desenvolvimento deste trabalho. É certo que os vinhos produzidos na maior parte deste concelho são de tipo diferente do característico de Lafões, mas a sua qualidade é boa a ponto de poder beneficiar as massas tradicionais, quando vinificadas em comum.

É uma zona bastante acidentada, formando parte da alta bacia do Vouga e rodeada de um circulo de alturas constituído pelas serras do Caramulo, Arada, Montemuro, Nave e Cota. Dominam os terrenos graníticos e climáticamente fica incluída numa faixa a que a grande pluviosidade imprime características nitidamente atlânticas. O âmbito hipsométrico é bastante amplo, oscilando entre as curvas de nível de 50 a 1.200 metros. No dizer de alguns geógrafos, esta zona constituí um prolongamento do Minho.

As culturas dominantes são: o milho, principalmente nos terrenos aluviais leves e frescos, e a vinha sob a forma de ramadas - «videiras», na terminologia regional – bordando o campo de cultura; o pinheiro também atinge certa importância, cobrindo as encostas declivosas, defendendo-as dos agentes erosivos. A batata e o feijão em determinados locais revestem-se de interesse.

Como se disse, o vinho é das culturas dominantes na economia agrária da zona. De um modo geral, todos os produtores agrícolas dispõem de algumas videiras. Como a propriedade é muito dividida, a produção de vinho encontra-se também muito distribuída, como se pode ver pelo Quadro XIX que regista 94,37% de vinicultores com produções medias anuais inferiores a 5 pipas. O facto, como não poderia deixar de ser, conduz a uma técnica de vinificação rudimentaríssima.

Os vinhos produzidos, entre verdes e maduros e na quase totalidade tintos, têm características «sui-generis» motivadas pela forma de cultura, pelo clima e pelas castas cultivadas, particularmente a Amaral. A produção não só é suficiente para o abastecimento local como ainda permite a sua saída para as zonas limítrofes e para Lisboa.

Já existe na região uma Adega Cooperativa, na freguesia da Várzea, do concelho de S. Pedro do Sul. A zona não é bastante grande para permitir a instalação de elevado número de adegas cooperativas, porém à sua delimitação presidiu essencialmente o tradicionalismo enológico.

Rede de adegas⁶

Nesta zona, onde a vinha se cultiva predominantemente em ramadas, bordando os campos, a produção, naturalmente muito dispersa, está distribuída, na maior partem por pequenos vinicultores.

Deste modo, as adegas foram localizadas de maneira a servir os mais importantes núcleos de produção – dispostos, principalmente, ao longo dos vales do Vouga e do Paiva – alargando-se a sua área de influência até ao limite condicionado por um transporte económico, segundo o critério oportunamente referido. Assim, o carro de bois – veículo usual na região para transporte de uvas – poderá ser utilizado pelos produtores cujas vinhas se encontram mais próximas das adegas e que constituem massa apreciável do total; para a produção mais distante terá que intervir o transporte motorizado. É esta uma das zonas em que reveste grande interesse a possibilidade de utilizar o tractor com atrelados, funcionando como posto de recepção volante.

Para as adegas que se localizarem no vale do Vouga, este rio, pela escassez de pontes, constitui factor de monta na delimitação das respectivas áreas de influência.

A falta de estradas e caminhos permitindo a utilização de transporte motorizado conduziu à exclusão, pelo menos neste estudo prévio, de algumas freguesias serranas, situadas a distancias relativamente grandes.

⁶ Transcrição de "Planificação de uma rede de adegas", Anais da Junta Nacional do Vinho 1952, p. 283-286.

IV ZONA - BEIRA LITORAL NORTE

Caracterização⁷

A delimitação desta zona, determinada por exclusão, é a seguinte:

- a norte pela Região Demarcada dos Vinhos Verdes:
- a leste pela tradicional zona de Lafões, já tratada, e pela Região Demarcada do Dão;
- a sul pela tradicional zona vinhateira da Bairrada, que se descrerá a seguir;
- a oeste o limite é imposto pelo Atlântico.

É uma zona de terrenos baixos e recentes em que as altitudes só no concelho de Águeda excedem os 200 m.

Geologicamente, é formada quase na totalidade por terrenos quaternários, terciários e secundários. Contudo, na parte leste do concelho de Águeda, aparecem alguns xistos câmbricos. Climaticamente, esta zona apresenta ainda muitas características atlântidas, por força da queda pluviométrica, de certo modo elevada. Porém, na parte litoral, mercê da menor quantidade de chuva, já se fazem sentir influências do clima mediterrânico.

A zona é servida por uma razoável rede de estradas que permite uma boa organização, tanto técnica como económica, da futura rede de cooperativas.

Por um lado o Vouga em toda a sua bacia, por outro a influência da proximidade do mar em toda a extensão litoral, dão à zona uma permanente frescura que, aliada à natureza dos solos, se traduz por uma fertilidade elevada.

As culturas que dominam na economia da região são o milho e o feijão. A batata e o arroz, particularmente no concelho de Aveiro, atingem certa importância. Do ponto de vista pecuário, a frescura natural já mencionada favorece os pastos e as forragens, permitindo a exploração de gado bovino com grande desenvolvimento da indústria de lacticínios.

A vinha, a não ser em certas freguesias de Águeda e Aveiro, não atinge grande predominância na zona. Aparece bordando quase todos os campos de cultura, em latadas ou bardos - «parreirois». Só na freguesia de Nariz, do concelho de Aveiro, confinante com a zona da Bairrada, e em algumas encostas mais secas do concelho de Águeda, é que os vinhedos revestem a forma baixa, em manchas continuas - «vinhas de pé» como se diz na região.

Nesta zona os cuidados culturais dedicados à vinha são aqueles que derivam de um cultivo intensamente consociado. Os tratamentos anti-criptogâmicos, no entanto assumem aqui a maior importância em virtude da frequência dos nevoeiros e da cultura em terrenos irrigados. O regime de «pulverização» é o que preside à distribuição da propriedade vitícola – Quadro XXII.

Na generalidade, os vinhos produzidos nas terras baixas e húmidas são incaracterísticos, de fraca graduação alcoólica e sem vida dada a sua baixa acidez fixa. Devem exceptuar-se, porém, grande parte dos vinhos do concelho de Águeda, de características especiais, constituindo, por assim dizer, um caso à parte dentro da zona, e com grande aceitação nos mercados do norte. As instalações vinárias e a técnica de vinificação são rudimentaríssimas.

No conjunto, o que a zona produz não chega para o abastecimento local e tem de existir comércio de importação de vinhos, principalmente do grande centro vinhateiro da Bairrada, que se estende ao Sul. Em 1953 já deve laborar em Águeda uma adega cooperativa instalada sob a égide da JNV. Os potenciais que podem interessar ao cooperativismo estão registados no Quadro XXIII.

Rede de adegas⁸

Nesta zona, a vinha aparece predominantemente cultivada em bardos e latadas, produzindo vinhos com características de transição de maduros para verdes. A semelhança com o vinho verde acentua-se de sul para norte, devendo destacar-se neste aspecto o concelho de Oliveira de Azeméis, cujos vinhos são de tipo nitidamente verde. Praticamente, só na freguesia de Nariz, do concelho de Aveiro, que confina com a Bairrada, se encontram vinhas cultivadas em forma baixa e vinhos semelhantes aos daquela zona.

Em suma, de modo geral, a maneira como a vinha é cultivada conduz a maior ou menor dispersão da produção e confere, quase sempre, a esta cultura de carácter subsidiário na economia local. Assim, as adegas previstas localizam-se, naturalmente, nas manchas mais importantes. Sempre que possível, deu-se primazia à possibilidade de utilização do carro de bois – que quase todos os produtores possuem – tanto mais que, em grande parte da zona, abundam as boas estradas e os caminhos através do pinhal praticáveis para aqueles carros, e o terreno é bastante plano.

Sendo os vinhos, na maior parte da zona, incaracterísticos, a adega cooperativa apresenta-se como meio eficiente de melhorar o nível da produção regional.

Dado o carácter disperso da produção e a reduzida extensão da maioria das freguesias, foi possível, quase sempre, levar os limites das áreas de influência a coincidir com os das circunscrições administrativas.

⁷ Transcrição de "Planificação de uma rede de adegas", Anais da Junta Nacional do Vinho 1952, p. 178-182.

⁸ Transcrição de "Planificação de uma rede de adegas", Anais da Junta Nacional do Vinho 1952, p. 286-291.

V ZONA - BAIRRADA

Caracterização9

⁹ Transcrição de "Planificação de uma rede de adegas", Anais da Junta Nacional do Vinho 1952, p. 182-185. Esta zona, um dos importantes centros produtores do País, é tradicionalmente constituída pelos concelhos de Oliveira do Bairro, Anadia, Cantanhede e Mealhada – Quadro XXIV. O conceito enológico impõe-se de tal modo que, praticamente, só ele influi na definição da zona. Localiza-se numa faixa de terras baixas, entre as bacias do Vouga e do Mondego e desde as abas do Bussaco até ao mar.

Quanto ao aspecto geológico, dominam as formações terciárias, representadas principalmente pelo plioceno, aparecendo com certa frequência o secundário. Na parte oeste do concelho de Anadia encontram-se também traços do primário (Câmbrico e Pérmico).

Climáticamente, Amorim Girão define a grande faixa que nasce nas proximidades de Espinho e se estende até Alcobaça, incluindo, portanto toda a zona, como Mediterrâneo – Atlântica.

A quantidade media anual de chuva na escala pluviométrica oscila geralmente entre as isoiéticas de 900 a 1.000 mm, só em alguns locais ultrapassando o limite superior.

A cultura dominante é a vinha que, em regime de propriedade bastante repartida, cobre extensas e continuas áreas de terreno. A forma de cultura, totalmente diferente da que aparece na zona que limita esta pelo norte, é baixa, e a vinha é tratada com certo esmero, o que não exclui a exploração intensiva do solo em cultura intercalar, principalmente constituída por leguminosas, milho, batata e, por vezes, cereais de inverno.

Os vinhos produzidos são, na quase totalidade, tintos, caracterizando-se pela sua cor, adstringência e corpo. O extracto seco atinge normalmente valores bastante elevados.O grau alcoólico oscila entre os 11 e os 13 graus. No seu conjunto, pode considerar-se esta zona bastante uniforme no que respeita ao tipo de vinho.

Pelas castas enxertadas, de que faz parte a Pinot, os vinhos brancos produzidos – pequeníssima percentagem em relação à produção total – são de superior qualidade. A vinificação, de bica aberta, é rodeada de certos cuidados, pois estes vinhos têm grande escoamento para o fabrico de espumantes e de espumosos gaseificados.

A produção da zona excede em muito as suas possibilidades de consumo, pelo que grande parte sai, principalmente, para a zona da Beira Litoral Norte, para Coimbra e para o Porto. A distribuição de grande parte da produção pelos pequenos e médios produtores, que se pode avaliar pelo Quadro XXV, facilitará a divulgação da ideia cooperativa. Os potenciais que podem interessar ao cooperativismo estão patentes no Quadro XXVI. Em Mogofores, concelho de Anadia, e na Mealhada já existem Adegas Cooperativas.

Rede de adegas

Nesta zona – uma daquelas em que a viticultura reveste maior interesse, no conjunto de todas as que foram consideradas na área da jurisdição da JNV – a grande densidade da produção vinícola, das mais elevadas do País, conduziu à localização de adegas com áreas de influência em regra pouco extensas e que, em geral, permitem a utilização do meio de transporte mais generalizado na região para a condução das uvas: o carro de bois. Acresce que o perfil suave da maior parte das vias de comunicação facilita grandemente aqueles transportes, permitindo a utilização dos bois até distâncias maiores do que nas regiões mais acidentadas.

O mesmo motivo acima apontado – grande densidade de produção – torna impossível fazer coincidir os limites das áreas de influência da maior parte das adegas com os das circunscrições administrativas, como em princípio, seria desejável. Por este motivo e pela topografia quase plana da região, foi a maior ou menor proximidade de um ou outro dos locais onde se previu a instalação de adegas o factor dominante na delimitação das áreas de influência.

Grande número de boas estradas e de caminhos praticáveis para os carros, asseguram o acesso fácil às adegas.

Do exposto se conclui que são relativamente poucos os casos em que haverá necessidade de considerar o transporte motorizado.

¹⁰ Transcrição de "Planificação de uma rede de adegas", Anais da Junta Nacional do Vinho 1952, p. 291-295.

VI ZONA - BAIXO MONDEGO

Caracterização 11

Esta zona é formada pelos concelhos que definem a bacia do Mondego para jusante dos prolongamentos da Serra do Bussaco.

A norte, é limitada pela Bairrada. A oeste, estabelece contacto com a Região Demarcada do Dão, servido de linha divisória a barreira natural da serra do Bussaco e seu prolongamento. A sul, por um lado, é a serra da Lousã que lhe determina o limite, separando-a de outras regiões geograficamente diferentes, por outro, são as extremas dos concelhos que marginam o baixo vale do Mondego – Soure e Fiqueira da Foz que, evidentemente, nela se incluem.

A zona pode ser dividida em duas subzonas de características físicas relativamente diferentes. Uma, a oeste e a jusante de Coimbra, formada pelos concelhos de Figueira da Foz, Soure, Montemor-o-Velho e Condeixa; a outra formada pelos concelhos do interior, localizados a leste de Coimbra. Esta diferenciação pode ser atribuída essencialmente ao relevo do solo e à geologia.

A primeira subzona é constituída por terras baixas e uniformes, que raramente excedem altitudes de 100 m. abundam as formações quaternárias e terciárias e aparecem por vezes tratos de secundário. A segunda subzona já apresenta características serranas. As altitudes não são muito elevadas; porém, o acentuado recorte sem orientação definida imprime a esta subzona fácies muito diferentes do da primeira. Geologicamente, dominam o secundário a oeste e o precâmbrico a leste. A configuração do relevo do solo determina também certa diferenciação climática entre as duas subzonas consideradas, isto é entre o litoral e o interior.

As chuvas na subzona litoral são mais escassas, não excedendo a queda pluviométrica, normalmente, os 1.000 mm anuais. Na subzona interior a altura pluviométrica media anual excede os 1.000 mm e, nalguns locais das áreas das serras de Bussaco e Lousã, atinge com frequência os 1.500 ou 1.750 mm. Por isso, a primeira subzona beneficia de um clima onde as características mediterrânicas têm já certa influência. A subzona do interior está situada numa faixa climática nitidamente atlântica.

No seu conjunto, a zona dispõe de uma rede de estradas que assegura fácil escoamento dos produtos.

As culturas que revestem maior importância são: o milho, o feijão, o vinho e o arroz. Na subzona interior o azeite também assume relativo interesse. No domínio florestal o pinheiro atinge certo relevo.

A vinha aparece mais frequentemente na sub-região do litoral. Os concelhos que mais contribuem para a produção total da zona são os de Figueira da Foz e Soure. O campo de Alqueidão, no primeiro concelho mencionado, com manchas extensas e contínuas de vinha, contém a mais expressiva paisagem vitícola da zona. Porém, a qualidade, aqui, é ate certo ponto afectada pelas frequentes inundações provocadas pelas cheias do Mondego. A vinha, de modo geral, reveste a forma de cultura baixa e pode afirmar-se que é tratada com certo esmero. Outrotanto não é possível dizer-se dos processos de fabrico que são normalmente deficientes. Os vinhos produzidos, na quase totalidade tintos mas bastante abertos, no que respeita à qualidade podem dividir-se em duas categorias, conforme a subzona a que pertencem. Os do litoral são normalmente de pior qualidade, apresentando baixo grau alcoólico e fraca acidez fixa que muito comprometem a sua conservação e características organolépticas. Os do interior são mais equilibrados, podendo destacar-se os produzidos nas freguesias de Assafarge e Souzelas, do concelho de Coimbra.

A produção é quase totalmente consumida na zona. Só os vinhos das freguesias de Lavos e Alqueidão são comercializados para o exterior, servindo para lote com outros mais graduados e de melhor qualidade.

Os Quadros XXVII, XXVIII e XXIX podem dar uma ideia da distribuição da produção na zona e dos potenciais que, dentro dos critérios estabelecidos, interessam ao cooperativismo.

Rede de adegas¹²

Com algumas excepções, a vinha aparece dispersamente em toda a zona. Apenas nalguns locais se encontram manchas densas, em regra de extensão reduzida. De resto, predomina o aspecto policultural, em que a vinha se integra, quase sempre, apenas como cultura subsidiária. Assim se explica que a rede de adegas cooperativas, abrangendo praticamente toda a zona, seja constituída por unidades cujas capacidades são bastantes equilibradas.

A localização das adegas foi fundamentalmente condicionada pela situação dos núcleos de produção mais importantes e, dado o carácter disperso da cultura da vinha, foi possível fazer coincidir os limites das áreas de influência com os das circunscrições administrativas.

De modo geral, a rede de estradas satisfaz, sendo mesmo, nalguns pontos, francamente boa. O transporte das uvas é habitualmente feito em carros de bois, que por vezes percorrem distâncias grandes, muito maiores do que as que, normalmente, terão de vencer para levar as uvas às adegas cooperativas. Para distâncias maiores terá de ser utilizado o transporte motorizado.

Nos locais em que a vinha reveste carácter mais subsidiário podem admitir-se alterações sensíveis aos potenciais ora determinados para as respectivas adegas cooperativas.

¹¹ Transcrição de "Planificação de uma rede de adegas", Anais da Junta Nacional do Vinho 1952, p. 185-189.

12 Transcrição de "Planificação de uma rede de adegas", Anais da Junta Nacional do Vinho 1952, p. 295-301.

VII ZONA - LEIRIA

Caracterização 13

¹³ Transcrição de "Planificação de uma rede de adegas", Anais da Junta Nacional do Vinho 1952, p. 189-193.

No que respeita à produção total, afirma-se como a 3.º zona do País. Constitui, por assim dizer, o prolongamento da importante zona do Oeste ou de Torres Vedras, que lhe fica a sul. O limite, por este lado, faz-se pelas extremas dos concelhos de Peniche, Óbidos e caldas da rainha, que se incluem nesta zona de Leiria. Têm influência, neste limite sul, principalmente aspectos vitivinícolas e de organizacão.

Nos dois lados desta linha divisória, as manchas de vinha apresentam-se com aspectos bastante diferentes quanto à sua intensidade – a sul os vinhedos cobrem grandes áreas contínuas, dominando intensamente na expressão geográfica do Oeste; a norte, a vinha, mais dispersas, alterna em maior escala com outras culturas. Os vinhos também apresentam uma certa diferença, que mais se acentua quando se caminha para o norte da zona.

No que respeita aos apontados aspectos de organização que presidiram a esta delimitação, faz-se notar que, devido às produções de qualquer das duas zonas e ao número de cooperativas que cada uma poderá comportar, aquela divisão parece a mais ajustada.

A leste impõe-se a barreira natural constituída pelas serras de Candeeiros e Sicó. A formação destas elevações não deve ser estranha a linha de separação das camadas geológicas secundárias e terciárias, a que corresponde uma prolongada cadeia de falhas. Estes factores determinam marcada diferenciação paisagística que atinge profundamente a vinha, salvo raras excepções.

Amorim Girão (Esboço de uma Carta Regional de Portugal) aproveitou-se desta barreira natural e das suas consequências para limitar a leste as sub-regiões de Porto de Mós e do Liz. A norte, o limite é delimitado pela já descrita zona do Baixo Mondego. É uma região de terras baixas comprimida contra o Atlântico que a limita a oeste.

Grande parte desta zona fica incluída na denominada geograficamente parte sul do País, em que as influências mediterrânicas comecam a fazer-se sentir com certa intensidade.

As chuvas, apesar da proximidade do mar, raramente atingem os 1.000 mm, integrando-se grande parte da zona entre as isoiéticas de 700 a 900 mm.

Os solos predominantes são oriundos de formações quaternárias, terciárias e secundarias. É das zonas mais férteis e ricas do País. De modo geral, a vinha é cultura preponderante na economia agrária da zona. Contundo, na parte norte e na faixa litoral, este domínio diminui para dar lugar ao do pinhal, que assume grande importância. O trigo, o milho, a batata, e os pomares também ocupam lugar de certo destaque.

A vinha, principalmente nos concelhos de Leiria, Batalha, Alcobaça, Caldas da Rainha e Óbidos, cobre extensas manchas de terrenos aluviais ou das encostas voltadas aos vales frescos. Em toda a zona aparece, frequentemente, acompanhando o pinhal.

Na parte sul, a cultura intercalar, representada na maior parte das vezes pela batata, milho e leguminosas, encontra-se com muita frequência; nos concelhos do norte, em que se inclui Batalha e Leiria, só esporadicamente aparece nos anos em que é feita a estrumação.

A vinha reveste a forma baixa e é tratada com certo esmero. As produções unitárias são bastante compensadoras. Os vinhos produzidos definem-se num tipo genérico bastante uniforme e de boa qualidade, destacando-se neste aspecto os de Alcobaça.

Também os vinhos de Óbidos, criados nas «Gaeiras», na região limítrofe das Caldas da Rainha, têm características próprias, que os tornam muito apreciados e inconfundíveis.

A produção da zona é mais do que suficiente para o consumo local, pelo que grande parte é comercializada principalmente para os mercados do norte.

Já existem na zona duas adegas cooperativas: em Alcobaça e em Cortes (Leiria).

A distribuição dos vinhedos na zona e a grande divisão da propriedade de que o Quadro XXXI pode dar ideia, são propícias à instalação de uma boa rede de cooperativas. Chama-se ainda a atenção para os Quadros XXX e XXXII, onde apresentam alguns elementos estatísticos que dão nota do interesse da vitivinicultura na região e são calculados os potenciais que podem interessar ao cooperativismo.

Rede de adegas14

Viu-se já que esta zona é das mais importantes da área da jurisdição da JNV. Constitui-a, por assim dizer, uma faixa litoral que se estende desde Pombal até Óbidos e Peniche. Em grande parte da área, a vinha localizava-se no interior da zona, a leste da grande faixa de pinhal que borda a orla costeira desde Pombal até à Nazaré, e forma frequentemente manchas apreciáveis, principalmente nos concelhos de Leiria (parte sul), Batalha, Alcobaça e Caldas da Rainha.

Em muitos casos, foi possível levar à coincidência os limites das áreas de influência das adegas com os das circunscrições administrativas, principalmente por a densidade de produção não ser, em regra, muito elevada. A mesma razão levou a considerar áreas de influência por vezes um pouco extensas; de facto, a dispersão da produção não permitia o estabelecimento de uma rede de malhas mais apertadas. A situação das mais importantes manchas de vinha e a disposição e perfil das vias de acesso foram os factores que dominaram na localização das adegas.

Duma maneira geral, os tipos de vinho – em quase toda a zona predominam os tintos – não apresentam diferenças de monta, pelo que não pesam na delimitação das áreas de influência. De notar, a região nitidamente produtora de vinhos brancos de Alfeizarão, no concelho de Alcobaça.

Em algumas das adegas desta zona – as de maior área de influência – terá de ser considerado o transporte motorizado, por as distancias não serem compatíveis com a utilização do carro de bois – o meio de que habitualmente dispõe o vinicultor.

Em alguns casos, a dispersão da produção, o grande número de pequeníssimos vinicultores, o carácter subsidiário da cultura da vinha, podem conduzir a potenciais que se afastam dos agora calculados e que só um rigoroso inquérito local permitirá determinar com maior aproximação.

¹⁴ Transcrição de "Planificação de uma rede de adegas", Anais da Junta Nacional do Vinho 1952, p. 301-308.

VIII ZONA - BAIXO ZÊZERE

Caracterização 15

A norte e oeste, esta zona é limitada por uma barreira natural formada por uma linha de alturas quase contínua que a separa de regiões inteiramente diferentes. A este, a zona chega ate à linha de diferenciação do campo e da charneca da Beira Baixa. Aqui, também é uma linha de alturas mais ou menos acentuadas, formada pela serra de Moradal e Alvelos, que impõe esta divisão a sul, marca-se o limite pela tradicional região Ribatejana, roubando-lhe certos concelhos que, não só sob o ponto de vista vitiv-inícola mas também em alguns aspectos geográficos, fogem de certo modo do que realmente se considera Ribatejo. Desta forma procurou-se dar maior uniformidade e melhores possibilidades de organização cooperativas ao Ribatejo vitivinícola. Além disso, pela relativa importância vinícola de alguns destes concelhos, valorizou-se a zona de que se está a tratar, que, mesmo assim, fica ainda sendo uma das de mais fraco interesse do País. No Quadro XXXIII pode dar-se conta dos concelhos que a constituem. Abrange esta zona a bacia do baixo Zêzere, mas geograficamente não constitui uma unidade definida, pois é de algum modo afectada pela sua grande extensão e pela configuração muito variada do relevo do solo, que conduzem a certa diversidade de paisagem.

Predominam em quase toda a zona as formações do precâmbrico. A sul, aparecem, contudo, alguns tratos de arcaico e de primário e, a sudoeste, é o secundário que imprime características.

Podem considerar-se duas subzonas distintas: uma em que a serra domina profundamente, com altitudes quase sempre superiores a 400 m; outra constituída por terras mais baixas, ainda que sempre acidentadas, onde a heterogeneidade geográfica não é tão acentuada.

Na primeira, a nordeste, a queda pluviométrica é bastante elevada, aproximando-se da que caracteriza o clima atlântico. Na segunda, a sudoeste, as chuvas são mais escassas e as tendências climáticas são tanto mais mediterrânicas quanto mais se aproxima do Ribatejo.

É uma zona mal servida de estradas, principalmente na 1ª subzona mencionada.

O revestimento florestal (pinheiro bravo) desempenha papel do maior relevo na valorização do solo, que é bastante pobre. O olival também assume grande importância, principalmente na mancha geológica do secundário.

A posição da vinha é de pouco destaque, mesmo nos concelhos de maior produção. Nos concelhos nitidamente serranos de Castanheira de Pêra, Pampilhosa da Serra, Oleiros e Proença-a-Nova aparece apenas muito dispersa e com pouca importância no seu conjunto, quase desaparecendo acima da curva de nível dos 600 metros. Nos concelhos de Pedrógão Grande e Vila de Rei, a descair mais para o baixo Zêzere, a vinha já é mais frequente, embora não constitua núcleos apreciáveis, caracterizando-se, pelo contrário, ainda por dispersão acentuada. Os concelhos em que toma mais importância são, de norte para sul: Figueiró dos Vinhos, Ancião, Ferreira do Zêzere, Tomar, Vila Nova de Ourém e Abrantes, todos, com excepção do ultimo, situados entre o Zêzere e o limite ocidental da zona. Em grande parte da zona, de uma maneira mais marcada na subzona serrana, a vinha aparece com muita frequência sob a forma de «bardo», delimitando os campos de cultura. Na região calcária, os vinhedos revestem a forma baixa e aparecem em manchas contínuas.

Os vinhos produzidos nos calcários são alcoólicos, palhetes e de boa qualidade. Os restantes, menos alcoólicos, também são apreciados.

A produção encontra-se pulverizadíssima, na maior parte distribuída por produtores com produções medias de cerca de 1 pipa, e o facto faz com que as instalações e processos de fabrico sejam rudimentaríssimos. Nestas zonas de tão reduzidas produções por vinicultor e em que a vinha reveste carácter subsidiários, é de admitir que haja alguns obstáculos ao fomento do cooperativismo, pois, em grande parte, o vinho produzido é destinado ao consumo próprio.

Rede de adegas16

Ao descrever esta zona fez-se referência à irregularidade da distribuição da vinha em todo o seu território, bem como ao aspecto mais ou menos disperso com que se apresenta. Deste modo, a localização das adegas foi principalmente influênciada pela situação das mais importantes manchas de vinha, sempre restritas, estendendo-se a área de influência até ao limite máximo permitido pelo custo do transporte. Tem, assim, que admitir-se a utilização muito frequente do transporte motorizado. Por vezes, a escassez ou a fraca qualidade das estradas dificultaram a tarefa, condicionando também a escolha do local para a adega. Em grande parte desta zona, a vinha não passa duma cultura subsidiária, destinada principalmente ao consumo caseiro e distribuindo-se por grande número de pequeníssimos produtores, cujas colheitas não chegam, frequentemente, a 1 pipa. Estes produtores, possivelmente, pelo menos de início, não mostrarão grande interesse em entregar as suas uvas na adega cooperativa. Nas adegas que se encontram nestas condições, só o pormenorizado inquérito local que precederá a sua instalação permitirá fazer ideia mais aproximada do potencial efectivo. Não significa isto que algumas das adegas previstas não tenham viabilidade, mas apenas que os seus potenciais poderão vir a ser um tanto diferentes dos que agora foram determinados com base em critérios aplicáveis a toda a área da JNV.

¹⁵ Transcrição de "Planificação de uma rede de adegas", Anais da Junta Nacional do Vinho 1952, p. 193-197.

¹⁶ Transcrição de "Planificação de uma rede de adegas", Anais da Junta Nacional do Vinho 1952, p. 308-313.

IX ZONA - BEIRA BAIXA

Caracterização 17

¹⁷ Transcrição de ™Planificação de uma rede de adegas", Anais da Junta Nacional do Vinho 1952, p. 197-200. O limite norte, estabelecendo contacto com a zona da Beira Transmontana, é definido pelos contrafortes da Serra da Estrela, que formam um prolongamento que passa ao sul de Sabugal e acaba na serra de Malcata, como já se referiu quando se tratou daquela zona. A este fica a fronteira. A sul, o Tejo forma a barreira natural, separando-a da zona alentejana. A oeste, serve de limite a linha que diferencia a charneca do campo da Beira Baixa.

Sob o ponto de vista geológico, aparecem grandes manchas de granito e de xistos pré-câmbricos e, em menor extensão, alguns tratos do terciário e primário (representado por silúrico e devónico).

Podem considerar-se duas subzonas de características climáticas distintas:

Ao norte da Serra da Gardunha, as chuvas atingem maiores alturas e o clima tem mais tendências atlânticas; ao sul, as alturas pluviométricas são menores e o clima é nitidamente ibero-mediterrânico.

As culturas dominantes na 1.ª subzona, onde se distingue pela sua fertilidade a Cova da Beira, são o centeio e o trigo e, por vezes, o milho e as árvores de fruto. Nos concelhos de Covilhã e Belmonte, a vinha reveste, também, papel de importância. Na subzona ao sul da Gardunha, já com certas características alentejanas, as culturas dominantes são o trigo e a oliveira. Do ponto de vista florestal, o sobreiro, em alguns locais, já assume certa importância. Nesta subzona, a vinha em concelho constitui elemento de interesse na sua economia agrária. É cultivada sob a forma baixa, em manchas contínuas. De modo geral é mal cuidada.

A propriedade vitícola encontra-se bastante dividida, chegando em alguns casos à pulverização, conforme se pode observar através do Quadro XXXVII.

As instalações vinárias e os processos de fabrico são normalmente muito deficientes. A venda de uvas por parte do pequeno produtor é muito vulgar nalguns concelhos.

Os vinhos produzidos são do tipo palhete, alcoólicos, e na totalidade consumidos na própria zona - Castelo Branco e Covilhã principalmente.

Já existe na zona uma adega cooperativa, localizada no Fundão, que tem dado os melhores resultados. Este facto e as várias solicitações para a construção de outras adegas deste tipo noutros locais da zona evidenciam o incremento que o cooperativismo aqui pode tomar, apesar das modestas produções totais.

Rede de adegas18

Como se viu, é das zonas menos importantes da área da Junta Nacional do Vinho. É a que apresenta um dos mais baixos números índices – o penúltimo.

Dentro dos critérios estabelecidos, apenas uma adega teria razões para ser instalada – a que serve o concelho da Covilhã, onde realmente o núcleo de vinha, ainda que a cultura não deixa de ter carácter subsidiário, toma foros de relativa importância. Atendendo, porém, ao êxito obtido com a adega instalada no Fundão, à qual tem afluído a quase totalidade dos produtores da freguesia, resolveu-se generalizar o sistema a outros núcleos onde se julga que o cooperativismo possa merecer interesse, ainda que a produção, só por si, o não justifique.

As áreas de influência, dada a dispersão da cultura, tendem a tomar grandes proporções e o transporte de grande parte da produção terá de ser efectuado em veículo motorizado. A via de acesso compatível com o transporte automóvel tomou certa importância na escolha do local da adega e na demarcação da sua área de influência. Tornou-se fácil levar os limites desta área a coincidirem com os das freguesias.

¹⁸ Transcrição de "Planificação de uma rede de adegas", Anais da Junta Nacional do Vinho 1952, p. 313-316.

X ZONA - OESTE

Caracterização 19

É a zona vinhateira mais importante do País. Justificado o limite norte quando se tratou da zona de Leiria e sabendo-se que a maior parte do seu perímetro oeste e sul margina o Atlântico e o estuário do Tejo, resta definir a limitação por leste. Geográfica e geologicamente, a zona fica perfeitamente separada do Ribatejo, com que contacta por esse lado. O relevo do solo, não muito elevado mas sempre presente no Ozeste, estabelece nítida separação da parte ribatejana de terrenos mais baixos, na linha onde o secundário se diferencia do terciário e do quaternário, pela cadeia de alturas de Montejunto e Ota. Com exclusão de uns pequenos tratos de basalto e de granito, a sul, a zona assenta na quase totalidade em formações secundárias.

A queda pluviométrica média anual localiza-se entre as isoiéticas de 600 a 700 mm, e as influências mediterrânicas já são acentuadas. O pinheiro bravo, o representante mais expressivo do clima atlântico, só aparece em manchas importantes no norte da zona.

A rede de estradas é das mais densas de todas as zonas.

A vinha é a cultura que domina, de longe, em toda a estrutura agrária da zona, conquanto o trigo e a batata, e ainda o pinhal, representem também apreciável riqueza. Excluindo a parte sul ate às freguesias do norte do concelho de Mafra, os vinhedos cultivados em forma baixa cobrem os vales e encostas em manchas extensas e compactas. É nesta zona que se integram os dois concelhos que contribuem com os maiores montantes para a produção total do País – torres Vedras com 108.150 pipas e Alenquer com 77.373 pipas, que só por si perfazem 15% da produção total da área da JNV. A cultura intercalar é necessidade frequente, pois, em consequência das grandes áreas ocupadas pelos vinhedos, o terreno escasseia.

Como cultura tradicional e de maior importância, a vinha é tratada com muito esmero. As sideraçõees substituem em muitos locais os estrumes, quando estes escasseiam. As produções unitárias são relativamente elevadas. No que respeita aos vinhos produzidos, a zona pode dividir-se em duas partes distintas: a do litoral, em que predominam os vinhos brancos, e a do interior, em que predominam os tintos. Não se verifica qualquer separação brusca entre estas duas partes, mas sim uma transição gradual.

O fabrico é deficiente na pequena e com frequência também na media vinicultura. Da produção de vinhos brancos, a que excede o consumo local é normalmente destinada a queima através das intervenções da JNV e as aguardentes produzidas são na maior parte enviadas para a região duriense, para beneficio e lotes do vinho do Porto. Os vinhos tintos, carregados e alcoólicos, são considerados bons vinhos de lote, aumentando assim o seu valor comercial. A produção destes excede em larga medida as necessidade de consumo local, sendo as quantidades sobrantes destinadas principalmente ao grande e próximo centro consumidor de Lisboa.

Por serem deficientes as instalações vinárias e os processos de fabrico, que conduzem, de modo geral, à obtenção de produto de difícil conservação; pela circunstância de nalguns locais abundarem certos comerciantes, por vezes pouco escrupulosos, explorando, com frequência, o pequeno e médio vinicultor, geralmente de fraca resistência financeira; pelo facto de a produção se encontrar, na maior parte, distribuída pelo pequeno e médio vinicultor; e, alem disso, pela grande fracção da riqueza vitivinícola portuguesa que se encontra nesta zona estar entregue a um liberalismo desregrado com todos os inconvenientes de exploração do mais fraco pelo mais forte, parece que a ideia cooperativa deve encontrar aqui ambiente bastante propicio.

Acerca da exploração do pequeno vinicultor por parte de comerciantes, vale a pena registar algumas palavras de Raul Mendes Fernandes em «Aspectos económico-sociais da vitivinicultura na região de A dos Cunhados» (Relatório Final do Curso de Engenheiro-Agrónomo):

«Com a venda a crédito, o comerciante tem forma fácil de aumentar o preço dos géneros que, por serem pagos mais tarde, são logo adicionados de mais uma importância correspondente ao pseudo favor concedido. Deste modo há dois preços: um de venda a dinheiro e um outro correspondente ao fiado. Obtido assim para o produto fiado um novo preço de venda, o comerciante não se esquece que sobre ele tem que vencer juro - e sabe Deus que juro!

A servidão continua porque, como é vulgar dizer-se, o homem que deve é propriedade dos seus credores. Ao conceder o crédito, o comerciante fica com mira no vinho do viticultor, fruto do trabalho anual seu e dos seus filhos.

O pequeno viticultor, por não ter adega – o que é mais vulgar – ou por falta de vasilhame, geralmente armazena o seu vinho em adega de estranhos. Então, o comerciante continua a sentir as vantagens que do crédito advieram, pois, aqueles a quem fiara, receosos de que a fiança termine, vão logo solícitos depositar o mosto nos seus depósitos. O comerciante, uma vez os vinhos ali armazenados, começa logo a intitular-se com falta de dinheiro para assim os puder chamar à sua posse, pois, lembrará àqueles a quem fiara, que têm de vender o seu vinho para desta maneira o satisfazerem. Porem, antes daquela sugestão, que é feita numa época de expectativa quanto a preços, o comerciante cuidou em abrir a sua compra de vinhos num preço demasiadamente

¹⁹ Transcrição de [™]Planificação de uma rede de adegas", Anais da Junta Nacional do Vinho 1952, p. 200-205. baixo – e de ruína. Debaixo de semelhante pressão, então o viticultor sente o desanimo motivado pela incerteza no preço do seu vinho, porquanto a venda, essa, esta sempre certa. Não encontrando comprador para o seu vinho, acaba por oferece-lo ao credor que, ao aceitá-lo, ainda mostra prosápia de assim proceder unicamente por piedosa magnanimidade».

Sob a égide da JNV, já foram instaladas nesta zona varias adegas cooperativas, em Torres Vedras, Lourinhã e Olhalvo (Alenquer), e o aumento de laboração que se tem verificado de ano para ano e que se pode analisar através do Quadro X é garantia evidente do que se afirmou. Em 1952 entraram em actividade mais as de S. Mamede da Ventosa (Torres Vedras) e Bombarral. Nesta zona, contudo, as adegas deste tipo, por tudo o que se apontou e pelo que se pode deduzir dos Quadros XXXIX, XL e XLI, devem atingir numero bastante mais elevado.

Rede de adegas²⁰

Como se demonstrou, esta zona é, sob todos os aspectos, a mais importante da área da JNV. A distribuição dos vinhedos no seu território apresenta um flagrante desequilíbrio, pois aparecem quase exclusivamente na metade norte, em manchas extensas e contíguas. Assim, é nesta parte, onde as vinhas beneficiam de esmerado tratamento, que deve ser localizada a totalidade das adegas cooperativas. Dada a grande densidade de produção, estas adegas tendem a atingir capacidades muito elevadas, por vezes excedendo os limites considerados mais convenientes. Não houve, por isso, a preocupação de evitar grandes distâncias; antes pelo contrário, enveredou-se pelo caminho de restringir a área de influência, de modo a definirem-se adegas com potenciais enquadrados nos melhores requisitos técnicos quanto às respectivas capacidades.

Daqui resultou ter sido, em geral, impossível respeitar o princípio de procurar fazer coincidir os limites das áreas de influência das adegas com os de circunscrições administrativas.

A grande densidade da vinha nesta zona e a preocupação de fazer ingressar no cooperativismo o maior número possível de pequenos vinicultores, sem enveredar pela construção de adegas de capacidade exagerada, levaram a restringir bastantes as áreas de influência; de modo que, salvo raras excepções, pode ser considerado apenas o transporte de tracção animal, alias o mais generalizado na região. Esta circunstância, aliada ao acidentado do terreno, teve grande importância na localização das adegas e na definição da sua área de influência; dominou, portanto, o conceito de via de acesso compatível com aquele meio de transporte.

²⁰ Transcrição de ™Planificação de uma rede de adegas", Anais da Junta Nacional do Vinho 1952, p. 316-327.

XI ZONA - RIBATEJO

Caracterização²¹

Na constituição desta zona seguiu-se a tradicional delimitação da província do Ribatejo, incluindo-lhe a freguesia de Canha do concelho do Montijo e excluindo os concelhos de Alcanena, Torres Novas, Entroncamento, Vila Nova da Barquinha, Constância, Abrantes, Sardoal, Tomar e Ferreira do Zêzere que, pelas razoes já apontadas quando se tratou da zona do Baixo Zêzere, nesta foram incluídos. Constitui, na sua essência, a baixa bacia do Tejo, composta na quase totalidade por formações terciárias e quaternárias. Na classificação de Amorim Girão, a zona integra-se numa faixa sub-mediterrânica que se prolonga pela metade litoral alentejana até à cordilheira do norte do Algarve. A queda pluviométrica média anual integra-se nas isoiéticas de 500 a 700 mm. Numa breve síntese, Mendes Frazão (A Autonomia Regional do Ribatejo sob o aspecto agro-climático), referindo-se ao clima do Ribatejo, diz tratar-se de «uma unidade climática regional relativamente uniforme dentro das múltiplas variantes que sob este aspecto o País reveste».

Esta zona é uma das mais ricas do País, debaixo do ponto de vista agrícola. As culturas de maior influência na sua agricultura são o vinho, o trigo e o azeite. O vinho, conquanto domine, de uma maneira geral, na maior parte da zona, assume maior interesse nos concelhos de Almeirim, Cartaxo e Alpiarça. Os primeiros concelhos mencionados ocupam o 3º e 4º lugares na contribuição para a producão total do País.

No que respeita à produção total, esta zona ocupa o 2º lugar, sendo superada apenas pela do Oeste ou de Torres Vedras. As vinhas, sob a forma de cultura baixa nas aluviões modernas das margens do Tejo – campo – atingem desenvolvimento invulgar e as produções unitárias são muito compensadoras. Na margem direita daquele rio, os terrenos do miocénico lacustre desenvolvem-se em formas orográficas já de relativa altitude, formando os solos tradicionalmente denominados bairro, cobertos também em larga escala de vinhedos, embora de produções unitárias mais modestas. Na margem esquerda, para alem do limite que o Tejo atinge com as suas inundações, estende-se a charneca miocénica e pliocénica, de aptidão francamente florestal, onde, em alguns locais não muito distantes do rio, a vinha desempenha também papel de certo relevo em regime de propriedade muito dividida e frequentemente sob a forma de arrendamento. fazendas ou foros.

A cultura da vinha exerce-se em toda a zona com esmero digno de registo, facilmente explicável pela sua grande preponderância sobre as restantes modalidades de exploração agrícola. Pode afirmar-se que todos os cuidados culturais executados constituem benefício directo e exclusivo para as cepas que, normalmente, só nos primeiros anos da plantação sofrem a concorrência das culturas intercalares. A falta de uniformidade dos solos que, «grosso modo», se define pelos três tipos atrás considerados, e ainda a natureza das castas, reflectem-se na qualidade dos vinhos, que igualmente apresentam três tipos genéricos, de características próprias. Na aluvião, principalmente na margem sul, predominam os vinhos brancos da casta Fernão Pires, que lhes confere características «sui-generis». Grande parte deles, pela natural gestão da economia vinícola da zona e do País, são destinados à queima.

Os vinhos da charneca, também com grande predominância dos brancos, são muito graduados em consequência da natural secura do solo. Constituem bom lote para os vinhos menos graduados da aluvião e matéria-prima de boa qualidade para o fabrico de licorosos. No campo da margem direita do Tejo ainda se encontra relativa percentagem de vinhos brancos, porem, à medida que se caminha para o norte, isto é, para a faixa miocénica dos bairros, os vinhos tintos, provenientes de uma complexidade de castas indígenas, tomam predominância. Estes vinhos são bastante graduados e assemelham-se de certo modo aos de Torres.

A produção da zona Ribatejana excede em muito as possibilidades do consumo local, pelo que grandes volumes saem, ou para o grande centro de consumo que é Lisboa, ou para o Algarve, onde são lotados com os vinhos indígenas, ou ainda, depois de destilados, principalmente para beneficio do vinho do Porto.

É a zona onde aparecem as explorações vitícolas com maiores áreas, onde o vinho é convenientemente fabricado, geralmente com a assistência de técnicos competentes. No pequeno produtor o fabrico reveste aspectos mais rudimentares.

Na zona foram instaladas já algumas adegas cooperativas (Muge, Almeirim e Cartaxo) com certo êxito. Os Quadros XLII, XLIII e XLIV permitem avaliar da importância económico-social da viticultura na zona.

Rede de adegas²²

Por ordem de importância, esta zona esta classificada em segundo lugar, logo a seguir ao Oeste. A grande maioria dos seus vinhedos ou se localizam ao longo do Tejo ou pelo menos beneficiam da influência deste rio.

Os critérios que presidiram à localização das adegas e à delimitação das suas áreas de influência, na maior parte das vezes, em tido se podem identificar aos que foram considerados para o Oeste. Assim, salvo os raros casos das adegas mais afastadas do Tejo, não houve a preocupação de evitar grandes distâncias; pelo contrário, enveredou-se pelo caminho de restringir a área de influência, de modo a definir adegas com potenciais enquadrados nos melhores requisitos técnicos quanto às respectivas capacidades.

As áreas de influência são, portanto, de molde a permitir, em grande percentagem, o transporte das colheitas para a adega em veículo de tracção animal. De modo geral, no "campo", a aluvião fértil faculta produções unitárias muito compensadoras, o que, aliado ao facto de a exploração vitícola atingir grandes proporções, faz com que grande parte dos produtores colham mais do que o volume previsto como limite máximo de entrega (100 pipas).

É também de considerar que grande parte destes vinicultores, pelo volume das suas produções, dispõe de adegas próprias em razoáveis condições técnicas. Deste modo, as adegas cooperativas planeadas nesta zona destinam-se essencialmente ao pequeno e médio produtor das terras miocénicas ou pliocénicas da "charneca" e do "bairro", conquanto todo o "campo" esteja incluído nas suas áreas de influencia, como não poderia deixar de ser, e por sinal a distancias bastante reduzidas dos locais considerados para a sua instalação. ²¹ Transcrição de "Planificação de uma rede de adegas", Anais da Junta Nacional do Vinho 1952, p. 205-209.

²² Transcrição de [™]Planificação de uma rede de adegas", Anais da Junta Nacional do Vinho 1952, p. 328-333.

XII ZONA - PENÍNSULA DE SETÚBAL

Caracterização²³

²³ Transcrição de "Planificação de uma rede de adegas", Anais da Junta Nacional do Vinho 1952, p. 209-212. No que respeita à área total é a mais reduzida zona do conjunto. A sua constituição foi mais ou menos imposta pela posição encravada entre a região demarcada do Moscatel de Setúbal, o Atlântico e o Tejo; tem uma breve linha de contacto com o Ribatejo, mas a sua situação deslocada não permite o seu enquadramento nesta zona. É constituída, na maior parte, por terrenos terciários e quaternários, onde se encontram por vezes tratos bastante produtivos, quase sempre devido às abundantes fertilizações realizadas com os lixos de Lisboa. Na parte sul da zona surge uma importante faixa de formações secundárias, que constituem o prolongamento da Serra da Arrábida, que atravessa todo o concelho de Sesimbra.

Apesar de pouco extensa, debaixo do ponto de vista climático pode considerar-se esta zona dividida em duas subzonas determinadas pela Serra da Arrábida: a norte, coincidindo mais ou menos com as manchas terciárias e quaternárias, a Outra Banda, na terminologia usual, com um clima semelhante ao já descrito para a zona do Oeste; a sul, a subzona da «Arrábida», caracterizada por um clima nitidamente mediterrânico, confirmado pela existência da alfarrobeira. Exceptuando a faixa serrana, a queda pluviométrica integra-se na isoiética dos 500 a 700 mm.

As culturas dominantes na economia rural da subzona norte são a batata, a vinha e as hortaliças. A cultura reveste o aspecto intensivo. Na parte sul – concelho de Sesimbra – a fisionomia da exploração apresenta carácter mais extensivo e com predomínio da cultura cerealífera. O pinhal também representa certa riqueza.

A vinha reveste a forma de cultura baixa e é normalmente bem tratada, principalmente no que se refere às fertilizações e aos tratamentos anticriptogâmicos. Na subzona norte é que se localiza a maior parte dos vinhedos da zona, contribuindo para a produção total desta com mais de 80%. Os vinhos desta subzona, produzidos nas areias secas, encontram a sua máxima expressão no concelho do Montijo. São excessivamente alcoólico e fortemente encorpados. Na subzona sul, a vinha já reveste menor interesse no que respeita à produção total, mas os vinhos das encostas secundárias são de boa qualidade, aproximando-se bastante dos da região demarcada limítrofe.

É uma zona onde a venda de uvas a adegas industriais é tradicional. Por isto e pela percentagem relativamente elevada da produção na posse do pequeno viticultor, é de admitir que a ideia cooperativa encontre na zona fácil expansão. Os Quadros XLV, XLVI e XLVII dão nota mais detalhada das repercussões económico-sociais da vinha nesta zona.

Rede de adegas²⁴

²⁴ Transcrição de "Planificação de uma rede de adegas", Anais da Junta Nacional do Vinho 1952, p. 333-335. Como se disse, esta zona é a menor de todas as que foram consideradas na área da jurisdição da JNV. A sua produção, pequena no conjunto desta área, tem, contudo, certa importância dentro da própria região.

Predominam os pequenos produtores, sendo habitual a venda de uvas, quer a vitivinicultores melhor apetrechados em instalações vinárias e possibilidades financeiras, quer a adegas montadas por particulares exclusivamente para esse fim.mDeste modo, a defesa da pequena vinicultura tomou papel de relevo na planificação das adegas cooperativas para esta zona.

Em suma, a relativa importância regional da cultura da vinha e as condições em que se processa a produção e o comércio da uva e do vinho explicam que, não obstante a reduzida extensão e a pequena produção da zona, nela fossem consideradas ainda três adegas cooperativas.

De modo geral, o terreno é pouco acidentado, o que facilita o transporte da uva para as adegas; todavia, em contrapartida, os braços do Tejo obrigam, por vezes, a percursos de certo modo longos.

XIII ZONA - ALENTEJO

Caracterização 25

Os limites impostos a esta zona são:

- ao norte a zona ribatejana, pela sua demarcação tradicional, e a divisão natural formada pelo Tejo que a separa da Beira Baixa;
- ao sul a barreira natural constituída pela cordilheira que prolonga o sistema Mariânico e estabelece linha divisória com a região totalmente diferente que é o Algarve («Em tais condições, não admira que esta região (refere-se ao Algarve) se aparte do resto do País e, muito particularmente, da estéptica do Alentejo, por uma fisionomia especialíssima». Amorim Girão)
- a este a fronteira espanhola:
- e a oeste o Atlântico e a região vinícola do Moscatel de Setúbal.

O Alentejo é a zona onde a cultura da vinha atinge menor importância relativa, tanto económica como social. Por este facto, apesar da sua enorme extensão, resolveu-se considera-lo totalmente englobado numa zona.

O facto de a cultura não assumir papel de importância nesta zona, não obstante o clima obedecer a determinantes mediterrânicas ou sub-mediterrânicas, sendo, portanto, propício ao desenvolvimento da vinha, salvo no que se refere à excessiva secura, parece dever-se mais a circunstâncias históricas, a que não podem ser estranhas as guerras da Reconquista, com as inerentes consequências sócias e económicas. O facto determinou o regime latifundiário e uma fraca densidade demográfica, factores que pouco possibilitam o desenvolvimento de culturas que requeiram elevados capitais e grande quantidade de mão-de-obra, tanto na sua instalação como no granjeio. Para testemunho do que se afirma, aconselha-se o cotejo da Carta Vinícola de Portugal (A. Miguel e M. Godinho) com as cartas da divisão da propriedade (Cartas de Amorim Girão) e da densidade da população; verificase que, de um modo geral, às maiores densidades de produção vinícola correspondem a maior divisão da propriedade rústica e a maior densidade demográfica.

Constitui o Alentejo uma zona peneplanáltica integrada nas hipsométricas de 50 a 200 m. (a maior parte) e 200 a 400 m. Episodicamente aparecem altitudes mais elevadas, como nas serras se S. Mamede e Ossa. O clima é seco e as estiagens bastante prolongadas; a queda pluviométrica normalmente não excede os 700 mm e em grande parte da zona não ultrapassa os 600 mm. A rede hidrográfica é de certo modo reduzida e, onde existe, apenas imprime características locais na vastidão alentejana. Pode-se afirmar que, nesta região, se encontram representadas todas as formações geológicas dando origem a terrenos da mais variada fertilidade.

As manchas de vinha que aparecem localizam-se, na sua maior parte, em terrenos arcaicos e primários. É interessante apontar também o facto de a distribuição dos vinhedos se verificar na zona climática denominada ibero-mediterrânica, solar da azinheira (Quercus ilex).

A rede de estradas utilizáveis para estabelecer o intercâmbio entre as diversas adegas cooperativas para as finalidades anteriormente previstas pode considerar-se suficiente.

A cultura dominante no Alentejo é a cerealífera, dela se destacando, de longe, o trigo, advindo daí para a região a denominação, que já de há muito constitui lugar comum, de celeiro de Portugal.

No domínio florestal, o sobreiro assume lugar de primeira grandeza. A azinheira também reveste grande importância, particularmente pela engorda de porcos e, subsidiariamente, pela lenha para carvão. Debaixo do ponto de vista pecuário, a exploração de ovinos, porcinos, e até certo ponto, de bovinos constitui riqueza apreciável.

A vinha não assume qualquer importância na generalidade da zona e mesmo nos núcleos mais importantes não se apresenta como cultura fundamental. Os principais centros produtores encontram-se muito dispersos e são: Vidigueira-Cuba, Redondo, Borba, Reguengos de Monsaraz, Évora e Estremoz.

Os vinhos, de maneira geral, são muito alcoólicos e de baixa acidez fixa. As vasilhas de barro pesgado, tradicionalmente usadas para a sua conservação, transmitem-lhes gosto característico. A produção é, na totalidade, consumida na Zona, como não poderia deixar de ser, dada a sua escassez.

A adega industrial aparece com certa frequência em alguns dos núcleos produtores. As produções unitárias não são grandes, o que não favorece o custo da produção; porém, é a zona do País mais adequada à mecanização da cultura, não só pela con-

²⁵ Transcrição de "Planificação de uma rede de adegas", Anais da Junta Nacional do Vinho 1952, p. 212-217. figuração do terreno como também pela fraca densidade demográfica, que não ocasionaria qualquer problema de ordem social. A vinha, salvo nos núcleos atrás mencionados, encontra-se muito dispersa, não proporcionando a instalação de grande número de adegas cooperativas.

Rede de adegas²⁶

²⁶ Transcrição de "Planificação de uma rede de adegas", Anais da Junta Nacional do Vinho 1952, p. 335-339. Esta zona, sob todos os aspectos vitivinícolas, assume interesse muito restrito para o País, como aliás já foi focado. Conquanto nela apareçam bastantes freguesias com produções superiores a 500 pipas, o que para as zonas do Norte já constituiria factor de valia para a formação do potencial previsto, aqui tal circunstância não reveste, a maior parte das vezes, papel de relevo, dada a grande dispersão destas produções motivada pela grande área das freguesias. Por isso, só onde excepcionalmente se formam núcleos relativamente mais compactos dos vinhedos é que se torna possível a instalação de adegas cooperativas. Só assim se explica que, da sua produção total, apenas uma restrita parcela possa ser considerada como susceptível de integração no sistema cooperativo. dentro dos critérios estabelecidos.

Nesta zona é possível levar os limites das áreas de influência das adegas à coincidência com os limites das freguesias; só por excepção isto não acontece com uma freguesia da área de influência da adega de Borba. Como era de admitir, as áreas de influência tendem a tomar grandes extensões; mas nem por isso as distâncias medias dos centros de produção aos locais destinados às adegas são exageradas, só excepcionalmente se aproximando dos máximos considerados económicos. O facto é explicado pelo já referido motivo de as adegas só serem viáveis nos núcleos de vinha mais compactos.

Os locais escolhidos para instalação das adegas coincidem, com uma única excepção, com sedes de concelho, facto que se deve, por um lado, ao próprio regime de distribuição da população alentejana em relativamente grandes aglomerados populacionais, que constituem aquelas sedes e são os principais centros de consumo, e, por outro lado, à própria localização das principais manchas de vinha em redor das povoações, como é usual nas zonas onde a cultura não reveste importância de vulto.

Como notas de mero interesse geográfico regista-se, em primeiro lugar, que todas as adegas cooperativas se situam na metade interior da zona – o que não é de estranhar se for lembrado que a maior parte dos vinhedos ali precisamente se encontram – e, em segundo lugar, que três das quatro adegas consideradas para todo o Alentejo pertencem ao distrito de Évora.

O principal meio de transporte considerado é o carro de mula – simples ou parelha – que pode vencer distâncias mais elevadas do que as consideradas para outras zonas onde o terreno é mais acidentado; contudo, nos cálculos, como medida de prudência, os coeficientes de restrição impostos pelas distâncias não serão modificados.

Ainda que se tenham considerado apenas quatro adegas neste plano inicial, por não existirem outras áreas com potenciais suficientes, aconselha-se, sempre que o ambiente o permita, o incremento do cooperativismo vinícola nesta zona, dada a influência que este tipo de adegas pode ter na expansão da cultura da vinha e os benefícios que esta, por sua vez, pode trazer para algumas das regiões da zona em que são frequentes as crises de trabalho.

Além disso, a venda de uvas é frequente em quase toda a zona, o que, aliado ao deficiente método de fabrico e à conservação em talhas revestidas de pez, constitui factor bastante favorável ao desenvolvimento do cooperativismo. Conyém salientar o caso de Portalegre que, não dispondo de potencial inicial para que possa considerar-se desde já integrado na rede do presente estudo, no futuro, se o ambiente se tornar propício, deverá comportar uma adega, pois 30 ou 40% da produção do pequeno e médio viticultor, que constitui a grande parte da zona, é actualmente objecto de venda a adegueiros industriais.

XIV ZONA - ALGARVE

Caracterização 27

Constitui, no conceito geográfico, uma zona perfeitamente definida. «Pela variada constituição geológica do seu solo; pelas suas formas especiais de relevo, comparáveis a um gigantesco anfiteatro por onde se desce em degraus sucessivos, das montanhas setentrionais para a costa marítima; pela sua exposição ao sul, factor determinante duma diferenciação climatérica profunda, de acentuado cunho mediterrânico; e, ainda, concomitantemente, pelos seus aspectos característicos de revestimento vegetal – a região algarvia forma uma espécie de mundo à parte...» (Esboco de uma Carta Regional de Portugal – Amorim Girão)

A serra separa esta zona, ao norte, do Alentejo de características totalmente diferentes. A este, o limite é determinado pela fronteira com a Espanha, estabelecida naturalmente pelo rio Guadiana. A sul e a oeste, é o mar que a limita. É a parte do País onde mais se faz sentir a influência mediterrânica.

O clima é quente e seco e com estiagem prolongada. As chuvas são escassas, não ultrapassando os 350 a 400 mm na parte litoral – a que constitui propriamente o Algarve. Numa seriação cronológica, no sentido norte-sul, pode dizer-se que se encontram representadas todas as eras geológicas. Contudo, são as formações secundárias e terciárias e, nalguns casos, as quaternárias, que imprimem expressão geológica à zona na orla litoral. Dispõe de uma boa rede de estradas.

A rede hidrográfica é de fraquíssima densidade, não influindo na caracterização da paisagem rural algarvia. A parte litoral – a que mais interessa sob o ponto de vista cultural – integra-se nas hipsométricas de 0 a 50 m. (a maior parte) e 50 a 200 m.. A faixa serrana, como é evidente, atinge altitudes muito mais elevadas. É no litoral que a vinha se localiza na quase totalidade, muitas vezes mesmo sobre a rocha sobranceira ao mar, beneficiando da frescura que este proporciona.

O Algarve é a região do País onde a policultura atinge mais elevado grau. Porém, as culturas que assumem maior importância são a figueira, a amendoeira, a alfarrobeira, a cultura hortícola intensiva para obtenção de primícias e, nalguns locais, a cultura do trigo, os pomares e a batata.

A vinha povoa a zona escassa e heterogeneamente, não assumindo qualquer papel de importância senão no concelho de Lagoa e nalgumas freguesias de Silves, que por si preenchem 40% da produção total da Zona. Assenta quase toda ela em manchas de terreno pliocénico. Já revestiu maior importância no Algarve mormente na freguesia de Moncarapacho (concelho de Olhão), produzindo os característicos vinhos da Fuzeta; porém, a filoxera (os vinhedos são na sua quase totalidade plantados de pé franco) e algumas estiagens prolongadas têm reduzido imenso a área de vinha e consequentemente a produção. Actualmente, nos locais onde já foram instaladas adegas cooperativas – Lagoa e Lagos – está a assistir-se, por assim dizer, a um ressurgimento vitícola, principalmente no primeiro destes dois concelhos.

Os vinhos produzidos, tomando como principal referência o concelho de Lagoa, onde, sob todos os aspectos, a vinha assume maior interesse, são muito alcoólicos, pouco carregados e por vezes desequilibrados devido à baixa acidez fixa.

Dado o uso generalizado da vinificação em adegas industriais, com o inerente interesse do comprador em que as vindimas se realizem «no tarde», o elevado teor natural da uva em açúcar ainda mais se exacerba. É, porventura, uma zona propícia ao fabrico de vinhos licorosos.

A Zona não é auto-suficiente no que respeita ao montante da produção, tendo assim de importar grandes quantidades que, de modo geral, provêm do Ribatejo. Os vinhos regionais atingem preços bastante mais elevados do que os importados, pois são muito apreciados, principalmente pelo seu elevado grau alcoólico. Já se referiu que a vinificação é realizada em regime de adega industrial e daí a consequente exploração do produtor.

Por ignorância e pela natural tendência das massas para o amuo, os vinhos são normalmente mal fabricados. Este facto e a baixa acidez fixa dão-lhes fraco poder de conservação. As vinhas são deficientemente cultivadas, particularmente no que se refere aos tratamentos anticriptogâmicos.

Por tudo o que ficou exposto e pelo facto da produção se distribuir na sua grande parte pelos produtores pequenos e médios,

²⁷ Transcrição de "Planificação de uma rede de adegas", Anais da Junta Nacional do Vinho 1952, p. 217-221. conforme indica o Quadro LII, esta zona pode considerar-se das mais adequadas ao desenvolvimento das adegas cooperativas. De resto, as duas adegas já lá instaladas são disso prova evidente. Porem, a fraca produção e a sua dispersão sem montantes elevados não possibilitarão a criação de muito mais adegas do que as já existentes.

Rede de adegas²⁸

²⁸ Transcrição de "Planificação de uma rede de adegas", Anais da Junta Nacional do Vinho 1952, p. 339-344. É das zonas menos importantes da área da JNV, apresentando o menor número – índice de todas elas, como já foi mostrado. Pode dizer-se que a vinha só apresenta valia no concelho de Lagoa. No que se refere ao montante de produção, é este o único local da zona onde se justifica uma adega dentro dos moldes estabelecidos. Tem, contudo, de atender-se à prática, bastante generalizada no Algarve, da venda de uva para vinificação em adegas industriais, o que traz como consequência a exploração sistemática do produtor. Foi por isso que a JNV resolveu experimentar uma adega cooperativa em Lagos (além da de Lagoa) ainda que a produção total da sua área de influência em pouco exceda as 1000 pipas e o potencial referente à fase inicial seja da ordem das 254 pipas.

A experiência resultou com pleno êxito e a quase totalidade dos produtores actualmente entrega a sua uva na adega.

Nesta ordem de ideias, parece que, na planificação da rede de cooperativas desta zona, deve tomar-se essencialmente em consideração a defesa do vinicultor regional que não dispõe de adega própria e para quem a cooperativa é encarada sob os melhores auspícios. Porém, a dispersão que a cultura da vinha reveste faz com que a instalação de qualquer adega cooperativa necessite de muito pormenorizado estudo prévio, que não cabe no âmbito deste plano. Deste modo, consideram-se com carácter efectivo as duas adegas já instaladas de Lagoa e Lagos e faz-se referência aos locais em que, à primeira vista, há possibilidade de instalação de outras.